

PE-90005/2026
- SRP

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM ACESSO AO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO,
RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VIA WEB



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2026



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

EDITAL
BENS E SERVIÇOS COMUNS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90005/2026 - SRP

CONTRATANTE (ÓRGÃO GERENCIADOR - UASG):

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG – UASG 389089

OBJETO:

Registro de preços para contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 9.915.762,00 (Nove milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e sessenta e dois reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

11/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP:

NÃO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:

NÃO

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis

CONTATOS:

E-mail: licitacoescrea@crea-mg.org.br

Telefones: (31) 3299-8782 / (31) 3299-8964

Endereço: Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, 4º Andar, Bairro Santo Agostinho,
Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-917



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ATENÇÃO, LICITANTE! DICAS IMPORTANTES

É de suma importância estar ciente de que, para participar de uma licitação, você deve se certificar de **TUDO** que está contido no Edital, desde a DATA de entrega das propostas, da abertura e do julgamento, passando pelo OBJETO da licitação, o VALOR MÁXIMO estimado, a DOCUMENTAÇÃO solicitada para a proposta comercial e para a habilitação, bem como os PRAZOS e formas para questionamentos, impugnações, recursos e outros aspectos.

LEIA E RELEIA O EDITAL ATENTAMENTE!

Não se deixe levar pelo ímpeto de ler somente o que lhe interessa, correndo o risco de ser desclassificado ou inabilitado por deixar de apresentar um documento qualquer ou por desconhecimento das condições exigidas na licitação.

A simples apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. Portanto, formule sua proposta de preço com cuidado. Utilize o modelo constante do Edital, analise corretamente o que foi solicitado. Fique atento aos detalhes, principalmente ao preço, à unidade de medida utilizada, aos prazos, locais e formas de entrega ou execução do objeto. Se não estiver seguro, solicite ao seu contador ou a algum profissional de sua empresa que revise as condições do certame, a proposta de preço e a sua documentação ANTES do cadastramento.

Não participe do certame sem estar ciente de todas as condições estabelecidas.

Ao obter o Edital, **faça um *checklist*** e comece desde já a preparar a documentação. Alguns documentos levam tempo para a emissão.

Em caso de dúvidas ou contestações, exerça seu direito por intermédio do e-mail licitacoescrea@crea-mg.org.br, conforme previsto no Edital.

FIQUE ATENTO AOS PRAZOS ESTABELECIDOS!

Fique atento aos comunicados que venham a ser publicados pelo CREA-MG nos sites <https://www.crea-mg.org.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

FIQUE ATENTO TAMBÉM AO CHAT DO SISTEMA COMPRASNET. APÓS A FASE DE LANCES ACONTECE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROCESSO NO SISTEMA É FUNDAMENTAL PARA EVITAR A PERDA DE NEGÓCIOS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Sumário

1. OBJETO.....	6
2. REGISTRO DE PREÇOS	7
3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	7
4. CREDENCIAMENTO	8
5. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	8
6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	11
7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	15
8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 17	
9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	23
10. AMOSTRAS, TESTES E APRESENTAÇÕES	29
11. SUBCONTRATAÇÃO	29
12. HABILITAÇÃO.....	29
13. RECURSOS.....	40
14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	41
15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	43
16. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	44
17. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	44
18. CONTRATAÇÃO	45
19. GARANTIA DE EXECUÇÃO	50
20. VISITA TÉCNICA.....	57
21. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	57
22. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).....	58
23. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	61
24. ANEXOS.....	63
ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)	64
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.....	107
ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	169
ANEXO IV – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL	170
ANEXO V – MATRIZ DE RISCOS	180
ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	180
ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO	251



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
CREA-MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90005/2026 - SRP

VINCULADO AO PROCESSO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 0055/2025

Torna-se público que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Avenida Álvares Cabral, 1600 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, realizará Licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo.

Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será realizada em **grupo único**, formado por 08 (oito) itens, conforme tabela constante nos Anexos II – Termo de Referência e III - Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 1.3.** As especificações detalhadas do objeto são as constantes do Anexo II - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.
- 1.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, **prevalecerão as descritas no Edital e seus anexos**.
- 1.5.** Sempre que a especificação técnica do CATMAT/CATSER não corresponder à descrição do Termo de Referência (Anexo II do edital), **prevalecerá a que consta no Termo de Referência**.
- 1.6.** O(s) proponente(s) se submete(m) aos termos deste Edital, com os quais desde já concorda(m).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

2. REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1.** A despesa global com a contratação de que trata o objeto foi estimada em **R\$ 9.915.762,00 (Nove milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e sessenta e dois reais)**, conforme o preço estimado constante do Processo de Compra/Serviço nº 0055/2025 e Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo III).

- 3.1.1.** Os valores estimados dos **itens e grupo** são os seguintes:

GRUPO 01							
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade	R\$ 6.133,18	R\$ 73.598,16	R\$ 558.119,38	R\$ 6.697.432,56
2	Veículo tipo hatch elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade	R\$ 12.393,07	R\$ 148.716,84	R\$ 99.144,56	R\$ 1.189.734,72
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade	R\$ 12.460,34	R\$ 149.524,08	R\$ 12.460,34	R\$ 149.524,08
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade	R\$ 7.607,55	R\$ 91.290,60	R\$ 76.075,50	R\$ 912.906,00
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade	R\$ 17.698,52	R\$ 212.382,24	R\$ 35.397,04	R\$ 424.764,48
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade	R\$ 7.088,22	R\$ 85.058,64	R\$ 14.176,44	R\$ 170.117,28
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade	R\$ 13.556,12	R\$ 162.673,44	R\$ 27.112,24	R\$ 325.346,88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS)*	116	Serviço	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Total estimado para o Grupo 01:						R\$ 9.915.762,00	

- 3.2.** O valor estimado pelo CREA-MG, seja ele global, por grupo ou de cada item, é o limite máximo aceitável por esta Administração para contratação, sob pena de desclassificação, conforme dispõe o art. 37, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREA-MG para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa	
Código	Descrição
6.2.2.1.1.01.04.09.026	Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos

- 3.4.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrá(ão) à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1.** O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória **Pregão**, em sua forma Eletrônica.
- 4.2.** O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este certame.
- 4.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de

Página 8 de 257

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), devendo as licitantes utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

- 5.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.2.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do CREA-MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 5.3.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.4.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.5.** Não poderão participar desta licitação:
 - 5.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 5.5.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 5.5.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 5.5.4.** que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - 5.5.4.1.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 5.5.4.2.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 5.5.4.3.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de licitar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 5.5.4.4.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

CREA-MG ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.4.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.4.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.5.5. agente público do CREA-MG;

5.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.5.8. sociedades cooperativas;

5.5.9. pessoas físicas.

5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço agente público do CREA-MG, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

5.7. O impedimento de que trata o item **5.5.4.3** aplica-se também à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.5.4.1** e **5.5.4.2** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do CREA-MG.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto às empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens **5.5.4.1** e **5.5.4.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Página **10** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 5.12.** A vedação de que trata o item **5.5.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
--

- 6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2.** A simples apresentação da proposta neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 6.3.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.4.** **CABE À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.**
- 6.5.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.6.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **12.1** e **12.11.1** deste Edital.
- 6.7.** **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, NO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL, A LICITANTE DECLARARÁ, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, QUE:**
- 6.7.1.** Em relação às condições de contratação:
- 6.7.1.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 6.7.1.2.** a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.
- 6.7.2.** Em relação às declarações para fins de habilitação:
- 6.7.2.1.** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em lei e definidos no Edital e seus Anexos;
- 6.7.2.2.** inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Página **11** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.7.2.3.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 6.7.2.4.** manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 6.7.2.5.** cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 6.7.3.** Em relação às declarações de cumprimento à legislação trabalhista:
 - 6.7.3.1.** observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
 - 6.7.3.2.** cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 6.8.** A licitante organizada em cooperativa (desde que admitida a sua participação no certame) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.9.** A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 6.10.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.10.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 6.10.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.11.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, a pessoa jurídica:
 - 6.11.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 6.11.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.11.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 6.11.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida Lei;
- 6.11.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 6.11.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 6.11.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 6.11.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financeiro e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 6.11.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 6.11.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações; e
- 6.11.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 6.12.** A falsidade da declaração de que trata os itens **6.7** e **6.10** sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 6.13.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.14.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.15.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.16.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 6.16.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.16.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.17.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.17.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.17.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **6.16** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o CREA-MG, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.19.** Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.20.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.21. A LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR OS VALORES UNITÁRIOS E MÁXIMOS ESPECIFICADOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.**
- 6.22. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA COMERCIAL COM VALOR POR ITEM E/OU GLOBAL SUPERIOR AO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 6.23.** Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais ou cópia autenticada quando houver dúvida em relação à integridade dos mesmos, pelos seguintes procedimentos, sob pena de inabilitação, no prazo de até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, por meio de:
- 6.23.1.** apresentação do original perante a administração; e/ou
- 6.23.2.** apresentação de declaração de autenticidade por advogado; e/ou
- 6.23.3.** apresentação de cópia com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital.
- 6.23.3.1. ENDEREÇO PARA ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS ACIMA:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG, Seção de Aquisições, situada na Av. Álvares Cabral, n.º 1.600, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.170-917, em Belo Horizonte/MG, em envelope fechado, com os seguintes dizeres:
- CREA-MG
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº **PE-90005/2026 - SRP**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A: _____

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

TELEFONE FIXO: _____

E-MAIL: _____

6.23.3.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.23.3.3. O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação não se responsabilizará por documentos recebidos fora do prazo, cujo atraso ou extravio se deva à falta de informações suficientes no envelope, independentemente da data de protocolo na central de distribuição de correspondências do CREA-MG.

6.23.3.4. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

6.24. Não será exigida garantia de proposta.

7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A proposta de preço deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: "Conforme Edital". É vedada a inclusão de qualquer símbolo, nome estranho que a identifique, sob pena de desclassificação.

7.1.1. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, considerando-se que pelo preço proposto a licitante obrigar-se-á ao descrito neste Edital e seus Anexos.

7.1.2. A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.3. EM CASO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIO E TOTAL, PREVALECERÁ O PREÇO UNITÁRIO, DA MESMA FORMA QUE PREVALECERÁ O VALOR EXPRESSO POR EXTENSO SOBRE O VALOR NUMÉRICO.

7.2. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE NÃO ATENDEREM ÀS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), SEJAM OMISSAS OU APRESENTEM IRREGULARIDADES, OU DEFEITOS CAPAZES DE DIFICULTAR O JULGAMENTO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, o desconto, a marca e o modelo ofertados, vinculam a licitante.
- 7.3.1.** A licitante deverá oferecer proposta no exato quantitativo previsto para contratação.
- 7.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL –, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.
- 7.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.8.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.9.1.** **O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO SERÁ INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO.**
- 7.9.2.** As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.9.3.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, as licitantes devem respeitar os preços máximos previstos para cada item; e
- 7.9.4.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos para cada item.
- 7.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7.11.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, a licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.12.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 7.13.** Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 7.14.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 7.15.** Nas propostas comerciais ofertadas por pessoas físicas, desde que admitida a sua participação no certame (para qualquer tipo de serviço) ou de microempreendedores individuais - MEIs (apenas para os serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos), o valor ofertado deverá acrescido em 20% (vinte por cento), referente à Seguridade Social a ser paga pelo CREA-MG ao INSS, sem prejuízo das demais retenções devidas em função da emissão do Recibo de Pagamento de Autônomo – RPA (para pessoas físicas) ou da nota fiscal (para MEIs). Dessa forma, para cálculo do valor final para fins de concorrência, deverá ser considerada a seguinte fórmula: Valor da proposta comercial + 20% (vinte por cento) de Seguridade Social = valor final para fins de concorrência. Exemplo: caso o fornecedor deseje ofertar o valor de R\$ 100,00 (cem reais) pelo serviço objeto deste certame, ele deverá cadastrar sua proposta comercial no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), o que corresponde à soma do valor ofertado para o serviço e os 20% (vinte por cento) relativos à Seguridade Social.
- 7.15.1.** O valor correspondente à Seguridade Social não fará parte do pagamento devido à Contratada, pois o CREA-MG recolherá tal valor diretamente ao INSS.

8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
--

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente ou os documentos de habilitação, quando for o caso inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação e as licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item. Em tempo, em itens agrupados não poderá haver lance, para em cada item, com o valor maior do que o estimado pelo Crea-MG naquele item.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.7.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 8.8.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, poderá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 8.10.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11.** Será adotado para o envio de lances no certame eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período da sessão pública.
- 8.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.
- 8.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, quando o(a) substituir, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das seguintes colocações.
- 8.11.5.** Após o reinício previsto no subitem supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 8.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13.** Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 8.17.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertada, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14.133/2021.
- 8.18.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.
- 8.18.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 8.19. EM RELAÇÃO A ITEM(NS) OU GRUPO(S) NÃO EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, UMA VEZ ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, SERÁ EFETIVADA A VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA, JUNTO À RECEITA FEDERAL, DO PORTE DA ENTIDADE EMPRESARIAL, CASO A CONTRATAÇÃO NÃO SE ENQUADRE NAS VEDAÇÕES DO §§ 1º E 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133 DE 2021. O SISTEMA IDENTIFICARÁ EM COLUNA PRÓPRIA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS PARTICIPANTES, PROCEDENDO À COMPARAÇÃO COM OS VALORES DA PRIMEIRA COLOCADA, SE ESTA FOR EMPRESA DE MAIOR PORTE, ASSIM COMO DAS DEMAIS CLASSIFICADAS, PARA O FIM DE APLICAR-SE O DISPOSTO NOS ARTS. 44 E 45 DA LC Nº 123, DE 2006, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538 DE 2015.**
- 8.19.1.** QUANDO HOUVER PROPOSTAS BENEFICIADAS COM AS MARGENS DE PREFERÊNCIA, APENAS PODERÃO SE VALER DO CRITÉRIO DE DESEMPATE PREVISTO NOS ARTS. 44 E 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, AS PROPOSTAS DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE TAMBÉM FIZEREM JUS ÀS MARGENS DE PREFERÊNCIA (ART. 5º, §9º, I, DO DECRETO N.º 8538, DE 2015).
- 8.19.2.** O PARÂMETRO PARA O EMPATE FICTO, NESSE CASO, CONSISTIRÁ NO PREÇO OFERTADO PELA FORNECEDORA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA.
- 8.20. CASO A MELHOR OFERTA VÁLIDA TENHA SIDO APRESENTADA POR EMPRESA DE MAIOR PORTE, AS PROPOSTAS DE LICITANTES QUALIFICADOS COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE SE ENCONTRAREM NA FAIXA DE ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) CASO SE TRATE DE UMA CONCORRÊNCIA, OU DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) CASO SE TRATE DE UM PREGÃO, ACIMA DA PROPOSTA OU LANCE DE MENOR PREÇO SERÃO CONSIDERADAS EMPATADAS COM A PRIMEIRA COLOCADA.**
- 8.21.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.22.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso de trate de uma Concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um Pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.24.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.25.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.25.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 8.25.2.** Em observância ao § 2º, do art. 61, da Lei 14.133/2021, a negociação direta com o licitante melhor classificado será realizada em campo específico do sistema, devendo este responder no prazo máximo de 10 (dez) minutos, prorrogável, manifestando concordância ou apresentando contraproposta. O(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá, discricionariamente, abrir nova contraproposta, até que haja a desistência definitiva do licitante.
- 8.25.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.25.4.** Toda e qualquer negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.25.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.25.6.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 8.26.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.26.1.** disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.26.2.** avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.26.3.** desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.26.4.** desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.27.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.27.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.27.2.** empresas brasileiras;
- 8.27.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.27.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.28.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.
- 8.29. APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES, A(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S), DATADA(S) E AJUSTADA(S) COM OS LANCES OFERTADOS, DE PLENO ACORDO COM TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS, DEVERÁ(ÃO) SER ENVIADA(S) EXCLUSIVAMENTE, COMO ANEXO, ATRAVÉS DA FUNÇÃO "ENVIAR ANEXO/PLANILHA ATUALIZADA", DISPONIBILIZADA PELO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO NA FASE DE ACEITAÇÃO, IMPRETERIVELMENTE NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, SOB PENA DE SER RECUSADA PELO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.**
- 8.29.1.** A proposta deverá conter as seguintes informações:
- 8.29.1.1.** valor (unitário para 12 meses) e valor (total para 12 meses) do item;
- 8.29.1.2.** marca, modelo e ano do modelo;
- 8.29.1.3.** fabricante;
- 8.29.1.4.** descrição do objeto, contendo as informações correspondente à especificação do Termo de Referência.
- 8.29.2.** A proposta de preços deverá estar acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.29.3.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo. Nesse caso, será concedido novo prazo de 02 (horas), improrrogáveis.
- 8.29.4.** Os anexos deverão ser enviados em arquivos específicos: tipo “xls” ou “xlsx”, compatíveis com o aplicativo Microsoft Excel, tipo “doc” ou “docx”, compatíveis com o aplicativo Microsoft Word, ou ainda, em formato não editável do tipo “pdf”.
- 8.29.5.** Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivo para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 8.29.
- 8.30.** Em caso de pequena divergência entre o preço da proposta comercial e o valor homologado pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, em função de dízima periódica, será considerado o menor valor, caso a licitante não corrija sua proposta comercial.
- 8.30.1.** Para obtenção dos **preços totais**, aplicar-se-á o critério de arredondamento da Norma ABNT NBR 5891, quando da ocorrência de frações de centavo e dízimas.
- 8.31.** No caso de o Grupo ser composto por mais de um item, a proposta comercial deverá atender à totalidade global da quantidade exigida no Grupo, não sendo aceitas aquelas propostas que contemplem apenas parte do Grupo.
- 8.32.** O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:
- 8.32.1.** proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, cotação dos valores unitários e totais por item, marca e referência ou modelo, de acordo com as especificações constantes do Edital, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- 8.32.2.** prazo de entrega conforme as especificações deste Edital e seus anexos;
- 8.32.3.** declaração expressa de que todos os tributos, custos, inclusive de entrega, e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- 8.32.4.** indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF e endereço;
- 8.32.5.** indicação do telefone para contato e e-mail comercial;
- 8.32.6.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, **devendo estar DATADA e a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal**;
- 8.32.7.** Informações dos dados bancários (Banco, Agência, Conta).
- 8.33.** As licitantes deverão utilizar o Anexo IV (Modelo de Apresentação de Proposta Comercial) deste Edital como Modelo para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.
- 8.34.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.35.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.36. ATENÇÃO: OS VALORES DO ITEM 8 NÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÃO PARA EFEITO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA. NÃO OFERTAR LANCES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**
- 8.37.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** Para julgamento será adotado o critério de menor preço por grupo atendidas as especificações contidas neste Edital e seus Anexos.
- 9.2.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.2.1.** SICAF;
- 9.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 9.2.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:116929296511660::NO:3,4,6>); e
- 9.2.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.4.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 9.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 9.4.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.4.3.** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada desclassificada, por falta de condição de participação.
- 9.5.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento de proposta.
- 9.6.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.7.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 9.7.1.** Caso a licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 9.8.** Encerrada a etapa de lances e negociação, depois da verificação de possível empate, e verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à exequibilidade e compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, e à sua exequibilidade.
- 9.9.** Será desclassificada a proposta que:
- 9.9.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 9.9.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.9.3.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 9.9.4. APÓS A NEGOCIAÇÃO COM A LICITANTE, SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA OU O LANCE VENCEDOR COM VALOR SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO POR ITEM OU QUE APRESENTAR PREÇO MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEL.**
- 9.9.4.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.9.4.2.** Quando exigido pela Administração, a licitante deverá comprovar a exequibilidade de sua proposta.
- 9.9.4.3.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.9.4.4.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação que comprove:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.9.4.4.1.** Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 9.9.4.4.2.** Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.9.4.5.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 9.9.4.5.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 9.9.4.5.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 9.9.4.5.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
 - 9.9.4.5.4.** Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.11.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo III) elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 9.12.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 9.12.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, a licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 9.12.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 9.12.4.** As licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;
- 9.12.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 9.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
 - 9.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 9.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.15.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.17.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, quando se tratar de amostras física de algum bem, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.18.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.19.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.
- 9.20.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 9.21.** Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 9.22.** O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 9.23.** O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação concederá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.24.** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço por grupo.
- 9.25.** O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá convocar a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.25.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.25.2.** O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.
- 9.26.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.27.** Sendo aceitável a proposta da licitante detentor da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina este Edital e seus Anexos.
- 9.28.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.
- 9.28.1.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.28.2.** Todas as licitantes deverão permanecer conectadas até que o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as providências cabíveis.
- 9.29.** Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.
- 9.30.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.
- 9.31.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado a licitante classificada, sendo-lhe validada a sua condição de participar da Fase de Habilitação.
- 9.32.** Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 12º, inciso II da Lei nº 14.133/2021). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.
- 9.33.** Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.
- 9.34.** É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.
- 9.35.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do certame eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade na legislação pertinente.
- 9.36.** O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CREA-MG para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, o mesmo poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 9.37.** O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.
- 9.38.** Realizada a diligência, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

10. AMOSTRAS, TESTES E APRESENTAÇÕES

- 10.1.** Não há amostras, testes ou apresentações neste certame. Dessa forma, passa-se, após o aceite da proposta e após a fase de habilitação, à intenção de recurso, cujo prazo para interposição é de 10 (dez) minutos.

11. SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** As informações relativas à possibilidade e às condições de subcontratação estão dispostas no Termo de Referência (Anexo II).

12. HABILITAÇÃO

- 12.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.1.1.** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

- 12.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 12.2.1.** Na hipótese de a licitante ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixada.

- 12.3.** Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas.

- 12.4.** A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 12.5.** A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

- 12.6.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

caput).

- 12.6.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º parágrafo único).
- 12.7.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.7.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.
- 12.7.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase da apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 12.7.3.** Somente mediante autorização do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacoescrea@crea-mg.org.br.
- 12.8.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 12.8.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.
- 12.8.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos as licitantes.
- 12.9.** Encerrando o prazo para envio da documentação de que trata o item **12.11.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas (duas horas), para:
- 12.9.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 12.9.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.9.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 12.9.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

Página **30** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.10.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 12.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):
- 12.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- 12.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimentos das propostas.
- 12.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.13.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no subitem **12.11.1.**
- 12.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 12.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na Licitação (art. 4º do decreto nº 8.538/2015).
- 12.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.17. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 12.17.1.** Em caso de **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, quando a participação de pessoas físicas for permitida no certame;
- 12.17.2.** Em caso de **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.17.3.** Em caso de **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.17.4.** Em caso de **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo,

Página 31 de 257



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.17.4.1. Em se tratando de estatuto, deverá ser apresentada cópia da ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a pessoa jurídica.

12.17.5. Em caso de **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

12.17.6. Em caso de **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.17.7. Em caso de **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.17.8. Em caso de **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, quando a participação de sociedades cooperativas for permitida no certame.

12.17.9. Em caso de **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.17.10. Em caso de **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.17.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.18. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.18.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para pessoas físicas;

12.18.2. prova de inscrição no Programa de Integração Social (PIS), ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) ou NIT (Número de Identificação do Trabalhador) para pessoas físicas, quando a participação de pessoas físicas for permitida no certame;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.18.3.** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para pessoas jurídicas;
- 12.18.4.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.18.5.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não se aplicando a pessoas físicas;
- 12.18.6.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 12.18.7.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.18.7.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 12.18.8.** prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital equivalente do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.18.8.1.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 12.18.9.** prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital equivalente do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.18.9.1.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 12.18.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

12.19. HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- 12.19.1.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da IN Seges/ME nº 116/2021) (quando a participação de pessoas físicas for permitida no certame) ou de sociedade simples;
- 12.19.2.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- 12.19.3.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 12.19.3.1.** Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º);
- 12.19.3.2.** As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º);
- 12.19.3.3.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.
- 12.19.3.4.** Caso o fornecedor seja cooperativa (quando a participação de sociedades cooperativas for permitida no certame), o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 12.19.4.** Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, por meio de apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação, pela licitante, de cálculo constante no balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 12.19.4.1.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**
- 12.19.4.2.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, onde constem os memoriais de cálculo para verificação da aplicação das fórmulas descritas no item **12.23.4.** As fórmulas deverão ser enviadas dentro do balanço patrimonial ou em documento separado, desde que assinado pelo contador da empresa.
- 12.19.4.3.** A empresa deverá utilizar os valores dos balanços patrimoniais enviados na habilitação para o cálculo dos índices citados no item **12.23.4.**
- 12.19.4.4.** Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa, da empresa de pequeno porte e MEI a apresentação de balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.20. HABILITAÇÃO TÉCNICA

12.20.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 12.20.1.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de, no mínimo, 01 (uma/um) certidão ou atestado, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 12.20.1.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:

Página **35** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

12.20.1.2.1. Quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, descritas abaixo:

12.20.1.2.1.1. Item 1: Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm;

12.20.1.2.1.2. Item 2: Veículo tipo hatch elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291km;

12.20.1.2.1.3. Item 4: Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm;

12.20.1.2.1.4. A aptidão para gestão de plataforma para emissão de relatórios gerenciais referentes aos veículos disponibilizados para a locação e de aplicativo de identificação de condutores, deve ser comprovada e integrar o atestado.

12.20.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.20.1.4. **Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços**, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos.

12.20.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.20.1.6. Os atestados deverão conter o nome completo, o endereço e o telefone fixo de contato dos atestadores, e-mail ou qualquer outro meio com o qual o CREA-MG possa valer-se para manter contato, se necessário.

12.20.1.7. O CREA-MG se reserva ao direito de verificar *in loco* a qualidade dos serviços/produtos de que tratam os atestados exigidos.

12.20.1.8. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

12.20.1.9. Os atestados mencionados deverão conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do CREA-MG.

12.20.1.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo CREA-MG, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 12.21.** Haverá, ainda, a consulta pelo CREA-MG aos seguintes sites de transparência:
- 12.21.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
 - 12.21.2.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:116929296511660::NO:3,4,6>); e
 - 12.21.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 12.22.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.23.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.24.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.25.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.26.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 12.27.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pelo Contratante, a respectiva documentação atualizada.
- 12.28.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.29.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.30.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes às certidões negativas de débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.31. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.31.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 12.31.1.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;
 - 12.31.1.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 12.31.1.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 12.31.1.4.** O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;
 - 12.31.1.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 12.31.1.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 12.31.1.6.1.** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 12.31.1.6.2.** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 12.31.1.6.3.** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - 12.31.1.6.4.** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
 - 12.31.1.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 12.32.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, caso atenda a todas as demais exigências do Edital e seus Anexos.
- 12.32.1.** A declaração da vencedora acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.33. CASO A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEJA OFERTADA POR MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA, E UMA VEZ CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA RESTRIÇÃO NO QUE TANGE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, A MESMA SERÁ CONVOCADA PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APÓS A DECLARAÇÃO DA VENCEDORA, COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO REQUERIDA PELA LICITANTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.33.1.** As regularidades fiscais e trabalhistas são condições indispensáveis para a assinatura do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
- 12.34.** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, com a reabertura da sessão pública.
- 12.35. NO CASO DE A LICITANTE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO DECRETO Nº 7.174/2010, ESTE DEVERÁ APRESENTAR O ROL DE DOCUMENTOS LISTADOS NO REFERIDO DECRETO, A FIM DE COMPROVAR O ATENDIMENTO AO BENEFÍCIO, ESPECIALMENTE O LISTADO NOS ARTIGOS 6º E 7º, ALÉM DE OUTROS DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SOLICITADOS PELO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PARA OS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS, NÃO EXCLUINDO AS DILIGÊNCIAS QUE PORVENTURA VIEREM A SER NECESSÁRIAS.**
- 12.36.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.37. SERÁ INABILITADA A LICITANTE QUE NÃO COMPROVAR SUA HABILITAÇÃO, DEIXAR DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO OU APRESENTÁ-LOS EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**
- 12.38.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.39.** Serão aceitos documentos que, relativamente à regularidade fiscal, expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, nem determinada pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, expedido há 180 (cento e oitenta) dias, no máximo, da data de apresentação das propostas. Não estão incluídos neste dispositivo os atestados de capacidade técnica.
- 12.40.** A documentação exigida deverá ter data de validade até a data da convocação para apresentação.
- 12.41.** Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras, ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem as exigências de habilitação.
- 12.42.** O CREA-MG não se responsabilizará por documentação e propostas enviadas via postal ou entregues em outros setores que não seja o estipulado neste Edital.
- 12.43.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 12.44.** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 12.45.** A apresentação da proposta comercial por parte da licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste Edital.
- 12.46. QUANDO TODAS AS LICITANTES FOREM INABILITADAS, O(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PODERÁ FIXAR-LHES O PRAZO DE 08 (OITO) DIAS ÚTEIS PARA A APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS, ESCOIMADOS DAS CAUSAS**

Página 39 de 257



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

REFERIDAS NO ATO DE INABILITAÇÃO, RETOMANDO A PRIMEIRA COLOCADA NA FASE DAS PROPOSTAS.

12.47. Da sessão pública do certame divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

13. RECURSOS

13.1. DECLARADA A VENCEDORA E DECORRIDA A FASE DE REGULARIZAÇÃO FISCAL DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA, SE FOR O CASO, SERÁ CONCEDIDO O PRAZO DE 10 (DEZ) MINUTOS PARA QUE QUALQUER LICITANTE MANIFESTE A INTENÇÃO DE RECORRER, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, DE FORMA MOTIVADA, ISTO É, INDICANDO CONTRA QUAL(IS) DECISÃO(ÕES) PRETENDE RECORRER E POR QUAIS MOTIVOS.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

13.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

13.5.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.5.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.5.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 13.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.11.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
--

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
 - 14.2.2.** multa;
 - 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 3 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **14.1.1**, **14.1.2** e **14.1.3**, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **14.1.4**, **14.1.5**, **14.1.6**, **14.1.7** e **14.1.8**, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **14.1.1**, **14.1.2** e **14.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **14.1.4**, **14.1.5**, **14.1.6**, **14.1.7** e **14.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **14.1.1**, **14.1.2** e **14.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 14.9.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou a Ata de registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **14.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15.** Para a garantia da ampla defesa e do contraditório das licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, por ato da Autoridade Superior, o objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, e a Licitação será homologada.
- 15.1.1.** A adjudicação será realizada após a análise de todos os documentos enviados durante o certame, ou encaminhados posteriormente na forma do item **6.23**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

16. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1.** Homologado o resultado da licitação, a licitante mais bem classificada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante mais bem classificada ou do fornecedor convocado, desde que:
- 16.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 16.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pelo CREA-MG.
- 16.3.** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 16.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, que será denominada como Fornecedor Registrado, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 16.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CREA-MG a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 16.7.** Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado ao CREA-MG convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.
- 16.8.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 16.8.1.** Em caso de prorrogação da Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 16.9.** A Ata de Registro de Preços será lavrada na forma da minuta anexa a este Edital (Anexo VI).
- 16.10.** As regras de reajuste e repactuação da Ata de Registro de Preços estão previstas na referida minuta.

17. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 17.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro:
- 17.1.1.** das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da Adjudicatária, observada a classificação na licitação e excluído o percentual

Página **44** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

- 17.1.2.** das licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 17.2.** Após declarada a vencedora do certame, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação convocará, pelo chat do sistema, as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem formalmente sua concordância em assumir o fornecimento pelo mesmo preço e condições da proposta vencedora, **no prazo de 10 (dez) minutos**.
- 17.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
 - 17.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.
 - 17.3.2.** Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da Adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 17.4.** A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 17.4.1.** quando a licitante vencedora não assinar a Ata de registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 17.4.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 17.5.** Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao da Adjudicatária concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada, o CREA-MG, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 17.5.1.** convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária; ou
 - 17.5.2.** adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. CONTRATAÇÃO

- 18.1.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, caso se conclua pela contratação, serão firmados Contratos ou Ordens de Compra/Serviço conforme a necessidade do CREA-MG.
- 18.2.** O Fornecedor Registrado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou Ordem de Compra/Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 18.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o CREA-MG para a assinatura do Contrato ou Ordem de Compra/Serviço, o CREA-MG poderá encaminhá-lo(a) para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido(a) no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 18.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do Fornecedor Registrado e aceita pelo CREA-MG.
- 18.3.** Nos casos em que for utilizado como instrumento contratual uma Ordem de Compra/Serviço, em substituição ao Contrato, a assinatura da Ordem implica o reconhecimento de que:
- 18.3.1.** a referida Ordem de Compra/Serviço está substituindo o Contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 18.3.2.** o Fornecedor Registrado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
- 18.3.3.** o Fornecedor Registrado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 18.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 18.4.1.** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços tem sua vigência estabelecida no Termo de Referência.
- 18.5.** Antes de formalizar Contrato ou Ordem de Compra/Serviço, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal da Adjudicatária, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo. (Art. 91 §4º da Lei nº 14.133/2021).
- 18.5.1.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a Adjudicatária deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.
- 18.6.** Condições para assinatura do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço:
- 18.6.1.** Será exigida do Fornecedor Registrado o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo mesmo durante a vigência do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
- 18.6.1.1.** Caso seja constatado o registro do CNPJ ou do CPF da Adjudicatária no CADIN, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da situação, prorrogável, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

critério da Contratante, condicionado à análise de justificativa a ser apresentada pela Adjudicatária.

18.6.1.2. A persistência do registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

18.6.2. O Setor de Contratos e Convênios convocará a adjudicatária, em até 3 (três) dias úteis da homologação da licitação para a prova de conceito, ocasião em que será testada a plataforma ofertada, conforme o art. 41, inciso II, da Lei 14.133/21. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar acesso ao ambiente demonstrativo, por meio de login e senha, bem como apresentar um veículo equipado com as funcionalidades integradas à solução ofertada, de forma a possibilitar a verificação prática das funcionalidades do sistema, bem como um canal de suporte e tira dúvidas para o requisitante do Crea- MG verificar se o mesmo atende aos requisitos definidos neste Termo de Referência.

18.6.2.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **do aplicativo**:

18.6.2.1.1. Identificação individualizada e segura do motorista, via login e senha, biometria, reconhecimento facial, escaneando um QR Code ou outro meio equivalente;

18.6.2.1.2. Sua disponibilidade em ser realizado o download na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e versões compatíveis com o mercado corporativo.

18.6.2.2. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **da plataforma**:

18.6.2.2.1. Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;

18.6.2.2.2. Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios; e

18.6.2.2.3. Possibilidade de Integração com sistemas internos do CREA-MG;

18.6.2.2.4. Geração de relatórios gerenciais, que contenha:

18.6.2.2.4.1. Número de frota e placa do veículo;

18.6.2.2.4.2. Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 18.6.2.2.4.3.** data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE Consumo de combustível;
- 18.6.2.2.4.4.** Distância percorrida por faixa de horário;
- 18.6.2.2.4.5.** Manutenções realizadas (preventivas e corretivas), incluindo troca de pneus.
- 18.6.2.2.4.6.** Permitir a consistência de digitação dos coletores de custo, classificando-os como "válido", "inválido" (digitação inconsistente) ou "vencido" (prazo expirado);
- 18.6.2.2.4.7.** Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;
- 18.6.2.2.4.8.** Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:

18.6.2.2.4.8.1. O planejamento de revisão de garantia, manutenção preventiva e manutenção corretiva, compreendendo a disponibilidade e ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;

18.6.2.2.4.8.2. Os locais e instalações próprias ou

Página **48** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

de terceiros
vinculados à
Contratada
para
execução de
todas as
manutenções
citadas neste
item.

18.6.3. O link do sistema, com login e senha para teste, exigido pelo Setor de Contratos e Convênios, deverá ser enviado preferencialmente para o e-mail contratos@crea-mg.org.br, no prazo máximo de 1 (UM) DIA ÚTIL A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, sob pena de desclassificação. Caso não obtenha a confirmação de leitura pelo Crea-MG no prazo de até 2 (duas) horas úteis após o envio, a Adjudicatária deverá entrar em contato com o Crea-MG pelo telefone disponibilizado e, em seguida, formalizar o contato por e-mail. Neste último caso, deverá ser comprovado que o envio foi realizado dentro do prazo estipulado neste item.

18.6.3.1. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada, que deve ser encaminhada, ao e-mail contratos@crea-mg.org.br pelo interessado, antes de findo o prazo máximo estipulado em 18.6.3.

18.6.4. O Setor Requisitante, com auxílio dos setores técnicos pertinentes, tem o prazo máximo de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, prorrogáveis por igual período, para a análise do sistema diante dos requisitos explicitados nas cláusulas **18.6.2.1. e 18.6.2.2.**

18.6.5. Constatado, na prova de conceito, que o sistema atende aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, as partes deverão prosseguir com os procedimentos finais para a assinatura do contrato, ao qual será dada a devida publicidade após a celebração.

18.6.5.1. Se o link apresentado(s) pelo primeiro adjudicatário não for aceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, no mesmo rito, de habilitação e homologação da licitação. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) como condição de assinatura do contrato e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.6.5.2. Os interessados deverão colocar à disposição do CREA-MG todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

18.7. Será facultado à Administração, quando a Adjudicatária convocada não assinar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço nas condições propostas pela licitante vencedora.

Página **49** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 18.8.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 18.9.** Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item **18.7**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:
- 18.9.1.** convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- 18.9.2.** adjudicar e celebrar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 18.10.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 18.11.** A regra do item **18.12** não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item **18.9**.
- 18.12.** Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens **18.9** e **18.11**.
- 18.13.** O Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço será lavrado(a) na forma da minuta anexa a este Edital (Anexo VII).
- 18.13.1.** O procedimento de assinatura do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço será por meio de certificado digital.
- 18.14. FARÃO PARTE DO CONTRATO OU DA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, TODAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO PRESENTE EDITAL, SEUS ANEXOS E A PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA APRESENTADA PELA ADJUDICATÁRIA.**
- 18.15.** Em casos de divergência nas exigências deste Edital e as contidas no Contrato ou na Ordem de Compra/Serviço, prevalecerá o definido neste Edital.
- 18.16.** Em caso de divergência nas exigências do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço e as contidas no Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo de Referência.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 19.1.** Será exigida a garantia de execução nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 19.2.** Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput do artigo 98 da Lei 14.133/2021.

Página **50** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 19.3.** A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução:
- 19.3.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - 19.3.2.** fiança bancária;
 - 19.3.3.** seguro-garantia;
 - 19.3.4.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 19.4.** Caso utilizada a caução em dinheiro, a garantia deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária pelo índice da poupança.
- 19.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 19.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.6.1.** É irregular a aceitação de cartas de fiança fidejussória, de natureza não bancária, como garantia de contrato administrativo, uma vez que não correspondem ao instrumento de fiança bancária (art. 96, § 1º, inciso III da Lei 14.133/2021), emitida por banco ou instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil. (Acórdão 1912/2024 Plenário)
- 19.7.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 19.8.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 19.9.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **19.13**, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.10.** Nos Contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.11.** A garantia de execução nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato.
- 19.12.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a Adjudicatária deverá fazê-lo previamente à assinatura do Contrato, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, conforme art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 19.13.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 19.13.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.13.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- 19.13.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 19.14.** No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia de execução deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 19.15.** No caso de prorrogação da vigência do Contrato, a garantia deverá ser renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.16.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 19.16.1.** O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
 - 19.16.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 19.17.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CREA-MG recorrerá à garantia de execução citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela Contratada, com o intuito de reparar tais danos. A Contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia de execução no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua notificação.
- 19.18.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 19.19.** No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, a garantia de execução será executada para ressarcimento ao CREA-MG dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se, ainda, a Contratada a outras penalidades.
 - 19.19.1.** A garantia de execução prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice da poupança.
- 19.20.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- 19.21.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 19.22.** A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.
- 19.23.** A garantia de execução é independente da garantia legal e de eventual garantia contratual do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 19.24.** Procedimentos de transição e finalização contratual:
- 19.24.1.** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
- 19.24.1.1.** É um dever do contratado "eliminar completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes" em até 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato ou a ausência de necessidade de utilização dos dados, salvo exceções legais.
- 19.24.1.2.** O CREA-MG deve ser informado sobre a eliminação e pode solicitar a colaboração na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD).
- 19.25.** O Sistema/plataforma web será o ambiente central de controle da frota, com funcionalidades voltadas à **gestão, acompanhamento de telemetria, análise de dados operacionais e administrativos**. A solução deverá ter alta disponibilidade sistêmica (mínimo 99,5% disponível por dia) e interface moderna e responsiva.
- 19.25.1.** Além da disponibilização para consulta via web, o B.I. deverá enviar semanalmente, via e-mail a ser informado após a assinatura do contrato, os relatórios abaixo relacionados:
- 19.25.1.1. Relatório por motorista:** Distância percorrida por motorista, com registro do início e do fim do deslocamento (hodômetro inicial e final), data e hora; Horários e utilização do veículo dentro e fora do expediente por motorista.
- 19.25.1.2. Relatório por Veículo:** Distância percorrida por veículo, com registro do início e do fim do deslocamento (hodômetro inicial e final), data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE; Distância percorrida por faixa de horário.
- 19.25.2.** Além das informações descritas nos relatórios previstos nos itens acima, devem ser disponibilizados para consulta online todas as informações e funcionalidades descritas acima e seus subitens, incluindo:
- 19.25.2.1.** Traçado do roteiro percorrido;
- 19.25.2.2.** Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
- 19.25.3.** Todos os dados gerados deverão estar disponíveis em plataforma web e em arquivo (em formatos ".txt", ".xlsx", ".csv" ou semelhante, com layout definido em conjunto com o CONTRATANTE), que permita a tabulação dos dados a critério do CONTRATANTE.
- 19.25.4. Funcionalidades e módulos da plataforma web:**
- 19.25.4.1.** Monitoramento em tempo real da frota: Visualização da posição atual de todos os veículos em mapa digital, com atualização contínua de localização, velocidade, ignição,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

tempo de parada e status de rede. Os veículos deverão ter dispositivos embarcados com conectividade GPRS (mínimo 2G/4G) e redundância de rede, homologados pela ANATEL.

- 19.25.4.2.** Consulta ao histórico de rotas e eventos críticos: Acesso completo ao histórico de deslocamentos, com visualização de eventos como desvios de rota, acelerações excessivas e entradas em áreas restritas, do traçado do roteiro percorrido, com filtro de data.
 - 19.25.4.3.** Gestão de manutenções preventivas e corretivas: Módulo para controle de revisões por tempo ou quilometragem, com alertas automáticos e status atualizado (em dia, próximo do vencimento ou vencido), além de histórico detalhado por veículo.
 - 19.25.4.4.** Gestão financeira e faturas: Consulta e controle de faturas por período, veículo ou status de pagamento (em aberto, paga, vencida), com exportação de dados e integração com relatórios gerenciais.
 - 19.25.4.5.** Gestão documental da frota: Repositório digital centralizado com documentos obrigatórios (como CRLV, seguros, laudos), contendo alertas por data de vencimento e acesso segmentado por perfil de usuário.
 - 19.25.4.6.** Relatórios gerenciais e dashboards analíticos: Geração de relatórios customizados com indicadores operacionais, ambientais e financeiros, além de painéis interativos para tomada de decisão com base em dados consolidados.
 - 19.25.4.7.** Consulta à identificação dos condutores por viagem: Autenticação do condutor no início da utilização do veículo, estabelecendo vínculo automático e inviolável entre o motorista e o evento, assegurando total rastreabilidade e controle de responsabilidade. O logout somente ocorrerá por iniciativa do próprio condutor, como, por exemplo, ao final do expediente, quando o veículo for recolhido às dependências de uma unidade do Crea-MG ou a garagem locada pela autarquia.
 - 19.25.4.8.** Relatórios periódicos de utilização e custos para controle da Administração;
 - 19.25.4.9.** Atendimento de demandas operacionais e administrativas do CREA-MG;
 - 19.25.4.10.** Importante: a plataforma web é voltada exclusivamente a usuários com perfil gerencial ou técnico. Ela integra dados dos veículos e dos condutores autenticados via aplicativo mobile, permitindo visão estratégica e governança da frota.
 - 19.25.4.11.** O sistema de dados deverá ser armazenado em cloud (nuvem) ou hardware localizado no Brasil.
- 19.25.5.** O aplicativo mobile será utilizado exclusivamente pelos condutores da frota para garantir a identificação eletrônica/digital individual no início de cada uso do veículo. Seu objetivo é assegurar a verificação/credenciamento de identidade, rastreabilidade,

Página 54 de 257



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

responsabilidade e controle sobre o condutor de cada veículo no momento de sua utilização.

19.25.5.1. Sendo uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.

19.25.5.2. Funcionalidades e requisitos mínimos do aplicativo mobile referente a identificação do condutor:

19.25.5.2.1. Disponibilidade na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e constantemente atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e compatibilidade com versões voltadas ao mercado corporativo. Tal exigência fundamenta-se no fato de que, em decorrência da contratação realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 0004/2022, originária do Pregão Eletrônico nº 018/2022, o CREA-MG adquiriu diversos smartphones com sistema operacional Android para uso dos fiscais e de outros servidores que também poderão atuar como condutores. Assim, em observância aos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, impõe-se que o aplicativo esteja disponível na plataforma compatível com os equipamentos já existentes, garantindo o aproveitamento eficiente dos recursos públicos.

19.25.5.2.2. Identificação/credenciamento do condutor por QR Code e/ou credenciais:

19.25.5.2.2.1. O condutor poderá realizar sua identificação de duas formas:

a) Escaneando um QR Code fixado no interior do veículo;

b) Realizando login com credenciais pessoais (usuário e senha vinculados ao sistema, digital, reconhecimento facial ou tecnologia similar).

19.25.5.2.3. Obrigatoriedade de autenticação para uso do veículo: O sistema deverá informar caso ocorra qualquer início de jornada sem identificação válida e registrada, para que toda viagem tenha um condutor vinculado formalmente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 19.25.5.2.4. A funcionalidade do veículo NÃO PODERÁ sofrer nenhum bloqueio durante seu uso para a segurança do condutor;**
- 19.25.5.2.5.** Associação automática da viagem ao condutor identificado: Uma vez credenciado/autenticado, todo deslocamento, evento ou infração será registrado automaticamente em nome do condutor logado no aplicativo
- 19.25.6.** O aplicativo mobile é uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.
- 19.25.7.** Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:
- 19.25.7.1.** Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.
- 19.25.7.2.** Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.
- 19.25.7.3.** O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.
- 19.25.7.4.** O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.
- 19.25.7.5.** O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora encaminhado para a Contratada, e será mantido no histórico. Uma vez aceito, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.
- 19.25.8.** Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o CREA-MG conseguirá reforçar a

Página **56** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.

20. VISITA TÉCNICA

20.1. Não há a necessidade de realização de Visita Técnica para este certame.

21. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, podendo ser impugnado por irregularidade na aplicação das disposições legais.

21.2. QUALQUER PESSOA É PARTE LEGÍTIMA PARA IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO POR IRREGULARIDADE NA APLICAÇÃO da Lei nº 14.133/2021, OU PARA SOLICITAR ESCLARECIMENTO SOBRE OS SEUS TERMOS, DEVENDO PROTOCOLAR O PEDIDO ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

21.3. A impugnação e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoescrea@crea-mg.org.br ou por petição dirigida e protocolada no endereço da Av. Álvares Cabral, n.º 1.600, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.170-917, Belo Horizonte/MG.

21.3.1. O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação não se responsabilizará por documentos recebidos fora do prazo, cujo atraso ou extravio se deva à falta de informações suficientes no envelope, independentemente da data de protocolo na central de distribuição de correspondências do CREA-MG.

21.3.2. O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação não se responsabilizará por e-mails recebidos fora do prazo, nem por e-mails não recebidos por problemas técnicos ou endereçamento errado. Dessa forma, orienta-se que a licitante entre em contato por telefone com o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação para confirmar o recebimento do e-mail.

21.4. No último dia do prazo, as impugnações e os pedidos de esclarecimento realizados na forma eletrônica pelo e-mail licitacoescrea@crea-mg.org.br só serão apreciadas caso tenham sido encaminhadas até às 17h00min deste dia, sendo consideradas intempestivas eventuais impugnações enviadas por e-mail após este horário.

21.5. A resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas no Portal Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no sítio do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br>), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e serão juntados aos autos do processo licitatório, estando disponível para consulta por qualquer interessado

21.5.1. O(A) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 21.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso o acolhimento modifique a formação de preços da proposta comercial.
- 21.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 21.8.** O CREA-MG poderá, a qualquer momento, pronunciar a existência de vício no Edital, sendo-lhe lícito promover a invalidação parcial ou total, conforme o vício verificado.
- 21.9.** Qualquer modificação no Edital e seus Anexos exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.10.** As empresas e/ou representantes que obtiverem o instrumento convocatório e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no Portal Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), no sítio do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br>) e publicações em jornais, quando for o caso, com vista a possíveis avisos, esclarecimentos, impugnações, alterações e outros.
- 21.11. AS RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS, BEM COMO OS AVISOS, ADEREM A ESTE EDITAL TAL COMO SE DELE FIZESSEM PARTE, VINCULANDO A ADMINISTRAÇÃO, AS LICITANTES E QUAISQUER INTERESSADOS.**

22. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 22.1.** O presente instrumento está amparado na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 22.2.** O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 22.2.1.** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os arts. 7º e 11 da Lei 13.709/2018 para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 22.2.2.** o tratamento esteja limitado às finalidades do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 22.2.3.** os sistemas operacionais utilizados para o armazenamento dos dados pessoais coletados deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação no Governo Federal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 22.2.4.** os dados obtidos em virtude do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço Original serão armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e
- 22.2.5.** encerrada a vigência do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço Original ou não mais havendo a necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Contratante, eliminará completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se a Contratada tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.
- 22.3.** As partes serão responsáveis, por si e por seus colaboradores, pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, e caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos dados pessoais contra quaisquer das partes, elas deverão auxiliar-se mutuamente no levantamento de documentos e informações para a apresentação de defesa.
- 22.3.1.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no Contrato ou na Ordem de Compra/Serviço e, também, de acordo com os artigos 42 a 45 da LGPD.
- 22.3.2.** Caso as partes não garantam o tratamento adequado às finalidades do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço e à LGPD, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, a parte infratora:
- 22.3.2.1.** será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos colaboradores, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha acesso aos dados pessoais decorrentes do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, sendo-lhe aplicável a responsabilidade pela reparação de eventuais danos patrimoniais e/ou morais, individuais ou coletivos causados, nos termos do art. 42 da LGPD;
- 22.3.2.2.** poderá ter o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço rescindido(a), a critério da parte inocente.
- 22.4.** As partes se comprometem ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação de programas/sistemas.
- 22.4.1.** As partes obrigam-se e garantem que seus colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em decorrência dos serviços contratados, abstendo-se de divulgá-los, utilizá-los ou reproduzi-los, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no Contrato ou na Ordem de Compra/Serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 22.4.2.** Caso a Contratada seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, dever informar ao Contratante para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 22.5.** As partes se responsabilizam pela adoção de medidas técnicas e boas práticas organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, dispondo de processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço original e compatíveis com a legislação aplicável.
- 22.5.1.** Poderão as partes estabelecer mecanismos próprios visando a segurança no compartilhamento de dados em razão do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
- 22.6.** A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante ao receber solicitação do titular a respeito dos dados pessoais e responder qualquer solicitação no que tange a dados pessoais do solicitante nas instruções documentadas do Contratante ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.
- 22.7.** Na ocorrência de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares cujos dados são tratados pela relação contratual, deverá a Contratada:
- 22.7.1.** Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares de dados ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância do Contratante, que deverá controlar a redação final dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD;
- 22.7.2.** Notificar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Contratante, em até 5 (cinco) dias úteis, devendo prestar as seguintes informações:
- 22.7.2.1.** data e hora do incidente e sua duração;
- 22.7.2.2.** data e hora da detecção;
- 22.7.2.3.** circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros;
- 22.7.2.4.** descrição dos dados pessoais e informações afetadas, como natureza e conteúdo dos dados pessoais, categoria e quantidade de dados e de titulares afetados e, se possível, a relação desses indivíduos;
- 22.7.2.5.** resumo do incidente de segurança com dados pessoais, com indicação da localização física e meio de armazenamento;
- 22.7.2.6.** possíveis consequências e efeitos negativos sobre os titulares dos dados afetados;
- 22.7.2.7.** dados de contato do encarregado ou, não havendo encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;
- 22.7.2.8.** medidas de segurança, técnicas e administrativas preventivas adotadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 22.7.2.9.** resumo das medidas implementadas até o momento para controlar os possíveis danos;
 - 22.7.2.10.** possíveis problemas de natureza transfronteiriça;
 - 22.7.2.11.** outras informações úteis para elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados (RIPD), para proteção dos dados pessoais pelos titulares ou para prevenir possíveis danos.
- 22.8.** A critério do encarregado do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço Original no tocante a dados pessoais.
- 22.9.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Seção III, Capítulo VI da LGPD.
- 22.10.** As partes consentem e concordam que para a execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço original, a parte Contratada atuará como Operador de Dados, conforme preceitua o art.52, VII, da Lei 13.709/18 e a parte Contratante atuará como Controlador dos dados pessoais em consonância com o art. 52, VI, da Lei 13.709/18.
- 22.11.** O Contratante poderá, a qualquer momento acessar, modificar, eliminar, armazenar, transferir, compartilhar, coletar, entre outras formas de tratamento previstas na LGPD, dados pessoais, observando os limites e responsabilidades previstas nos termos da Lei nº 13.709/18.
- 22.12.** A Contratada poderá, mediante solicitação por escrito do Contratante, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, eliminar os dados pessoais armazenados pela Contratada e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos.
- 22.13.** Compete ao Contratante compartilhar com a Contratada apenas os dados que forem necessários para o estrito cumprimento do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
- 22.14.** Caso o compartilhamento de dados seja necessário para o cumprimento do objeto do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço original, poderá a Contratada transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em virtude da presente relação contratual, e desde que haja autorização do Contratante para tanto, nos termos do artigo 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.
- 23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e relevar omissões puramente formais dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos endereços eletrônicos Portal Compras.gov (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br>).
- 23.11.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.12.** É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela, após aberta a sessão do certame.
- 23.13.** Todo e qualquer ônus referente a direito de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros de direito de terceiros, bem como a responsabilidade por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade da Contratada, que deverá responder pelos mesmos e defender o Contratante, em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas ao assunto.
- 23.14.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 23.15.** Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 23.16.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 23.17.** Os casos omissos ou de dúvida interpretação, anteriores ou posteriores à abertura das propostas, são de exclusiva deliberação e julgamento do(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, levando-se sempre em conta o superior interesse do CREA-MG.
- 23.18.** O CREA-MG não considerará qualquer alegação da licitante no que diz respeito a omissão, incompreensão ou incorreta interpretação deste Edital ou de seus anexos.
- 23.19.** Os dados fornecidos às licitantes para informações e preparo das propostas não excluem sua total responsabilidade, ficando a seu critério efetuar averiguações próprias, no sentido de cientificar-se das condições que poderão afetar o custo do fornecimento dos materiais e/ou serviços/produtos.
- 23.20.** Em razão da natureza jurídica de entidade autárquica federal do CREA-MG, o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte é competente para conhecer e julgar as questões judiciais decorrentes deste certame.
- 23.21.** Em caso de expressa divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as descritas no Termo de Referência.

24. ANEXOS

- 24.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.1.1.** Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)
 - 24.1.2.** Anexo II – Termo de Referência
 - 24.1.3.** Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços
 - 24.1.4.** Anexo IV – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial
 - 24.1.5.** Anexo V – Matriz de Riscos
 - 24.1.6.** Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços
 - 24.1.7.** Anexo VII – Minuta do Contrato

Belo Horizonte, data da última assinatura eletrônica.

Assinatura do Gerente II do Departamento Administrativo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Nome do Projeto/Solução: Registro de preços para contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile.

Setor Requisitante: Departamento Técnico e de Fiscalização

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, §1º, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021).

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade apresentar a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de veículos, que se iniciará com a Ata de Registro de Preços com duração inicial de 12 (doze) meses e, após, para os veículos solicitados será formalizada a demanda em contratos pelo período, também, de 12 (doze) meses, em regime mensal e com quilometragem livre, de forma a atender às demandas operacionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG).

O CREA-MG é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, responsável pela fiscalização do exercício profissional das diversas modalidades da engenharia, agronomia, geociências e áreas correlatas, nos termos das Leis nº 5.194/1966, nº 5.524/1968, nº 4.076/1962, nº 6.664/1979, nº 6.835/1980 e nº 7.410/1985. Como integrante do Sistema CONFEA/CREA, instituído pelo Decreto nº 23.569/1933, atua de forma integrada com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), zelando pela defesa da sociedade e pelo desenvolvimento sustentável do País, observados os princípios éticos e profissionais. A autarquia possui sede em Belo Horizonte e diversas inspetorias distribuídas pelo Estado de Minas Gerais, abrangendo os 853 municípios mineiros. Essa estrutura demanda eficiente logística de deslocamento para a execução das atividades institucionais.

Para o pleno cumprimento de sua missão, o CREA-MG necessita assegurar mobilidade adequada a seus empregados, viabilizando deslocamentos para atividades de fiscalização, diligências, forças-tarefa, atendimentos emergenciais, participação em eventos técnicos, reuniões de Câmaras e Plenárias, bem como transporte de materiais e documentos entre a sede e as inspetorias.

A contratação de serviço de locação de veículos, em detrimento da aquisição de frota própria, apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração, uma vez que elimina custos com manutenção preventiva e corretiva, bem como despesas com

Página **64** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

renovação e depreciação de veículos; dispensa a necessidade de estrutura própria e equipe técnica especializada para gestão e manutenção da frota; proporciona flexibilidade, permitindo adequação da quantidade de veículos conforme a demanda operacional; e reduz riscos operacionais, garantindo disponibilidade contínua dos veículos sem ônus adicional para o Conselho.

A exigência de que os veículos locados sejam equipados com sistema de gestão e rastreamento veicular justifica-se pela necessidade de assegurar maior controle, segurança e eficiência na utilização da frota; permitir o acompanhamento em tempo real da localização dos veículos, possibilitando definição de rotas mais eficientes e pronta resposta em situações emergenciais; monitorar o desempenho operacional por meio de dados como tempo de uso, consumo de combustível, velocidade média e paradas, favorecendo medidas preventivas e corretivas; e garantir transparência e controle financeiro, eliminando reembolsos e adiantamentos para pagamento de pedágios, além de reduzir riscos de extravios de comprovantes.

A implementação de tais sistemas contribui para a modernização da gestão logística do CREA-MG, atendendo aos princípios da eficiência administrativa, economicidade, segurança e transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021 em seu art. 5º e o seu objetivo de incentivar a inovação, conforme art. 11 em seu inciso, IV da mesma Lei.

Essa diversidade de atividades gera uma demanda por veículos com diferentes características, atualmente atendida pelo contrato de locação de veículos CPS-0047/2023, que tem o fim da sua vigência prevista para 23/04/2026. A continuidade desse modelo contratual é essencial para manter a eficiência operacional do Conselho, garantindo a disponibilidade de veículos adequados às necessidades institucionais.

Diante do exposto, a contratação do serviço de locação de veículos, com a inclusão de sistema integrado de gestão, rastreamento, monitoramento e identificação de condutor revela-se essencial para a otimização das atividades logísticas e operacionais do CREA-MG, assegurando a continuidade, eficiência e economicidade na execução de suas atividades institucionais.

<p>2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021).</p>

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do CREA-MG (Nº 173 na tabela de apresentação/ página 19), alinhando-se às diretrizes estratégicas da instituição para otimização de recursos e eficiência logística. O planejamento da contratação foi realizado considerando a experiência adquirida em contratações anteriores e a necessidade de garantir a continuidade das operações sem interrupções. A locação de veículos atende às demandas de mobilidade do Conselho de forma sustentável e previsível, permitindo uma melhor alocação orçamentária e evitando custos imprevistos com manutenção e aquisição de frota própria.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI Nº 14.133/2021)

1) Quais são os requisitos necessários ao atendimento da necessidade?

Características dos Veículos:

- O Ano do Modelo deve ser a última versão lançada no mercado na efetiva entrega do veículo.
- O Ano de Fabricação deve ser, no máximo, um ano anterior ao ano do modelo.

Deste fato, considerando que o mercado automobilístico lança novos modelos para o ano seguinte geralmente no segundo semestre do ano atual, estima-se que os primeiros pedidos pós assinatura da Ata de Registro de Preços terão o Ano Modelo 2026, podendo ter o Ano Fabricação 2026 ou 2025.

- Os Veículos deverão ser entregues novos (0 km);
- Os Modelos dos veículos deverão ter capacidade compatível com a demanda operacional (planilha e descrição na cláusula 3 do Termo de Referência);
- Os Veículos deverão estar equipados com ar-condicionado, direção assistida e airbags frontais;
- Os Veículos deverão ter itens de segurança obrigatórios conforme normas vigentes (ABS, cintos de segurança de três pontos, etc.);
- Deverá haver disponibilidade de veículos adaptados para necessidades especiais, quando necessário.
- Os Veículos deverão ser substituídos por outros novos (0 km) a cada 02 (dois) anos da efetiva entrega do veículo, mantendo todas as condições pactuadas.

Manutenção e Assistência Técnica

- Manutenção preventiva e corretiva inclusa no contrato;
- Seguro total sem franquia para o contratante;
- Serviço de assistência 24 horas para casos de pane, acidentes ou emergências;
- Substituição do veículo em caso de falha mecânica ou necessidade de manutenção prolongada;
- Monitoramento da frota por rastreamento para garantir segurança e controle operacional.

Sistema/Plataforma Web – Gestão Operacional e Administrativa:

O Sistema/plataforma web será o ambiente central de controle da frota, com funcionalidades voltadas à **gestão, acompanhamento de telemetria, análise de dados operacionais e administrativos**. A solução deverá ter alta disponibilidade sistêmica (mínimo 99,5% disponível por dia) e interface moderna e responsiva.

Funcionalidades e módulos da plataforma web:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- **Monitoramento em tempo real da frota:** Visualização da posição atual de todos os veículos em mapa digital, com atualização contínua de localização, velocidade, ignição, tempo de parada e status de rede. Os veículos deverão ter dispositivos embarcados com conectividade GPRS (mínimo 2G/4G) e redundância de rede, homologados pela ANATEL.
 - **Consulta ao histórico de rotas e eventos críticos:** Acesso completo ao histórico de deslocamentos, com visualização de eventos como desvios de rota, acelerações excessivas e entradas em áreas restritas, do traçado do roteiro percorrido, com filtro de data.
 - **Gestão de manutenções preventivas e corretivas:** Módulo para controle de revisões por tempo ou quilometragem, com alertas automáticos e status atualizado (em dia, próximo do vencimento ou vencido), além de histórico detalhado por veículo.
 - **Gestão financeira e faturas:** Consulta e controle de faturas por período, veículo ou status de pagamento (em aberto, paga, vencida), com exportação de dados e integração com relatórios gerenciais.
 - **Gestão documental da frota:** Repositório digital centralizado com documentos obrigatórios (como CRLV, seguros, laudos), contendo alertas por data de vencimento e acesso segmentado por perfil de usuário.
 - **Relatórios gerenciais e dashboards analíticos:** Geração de relatórios customizados com indicadores operacionais, ambientais e financeiros, além de painéis interativos para tomada de decisão com base em dados consolidados.
 - **Consulta à identificação dos condutores por viagem:** Autenticação do condutor no início da utilização do veículo, estabelecendo vínculo automático e inviolável entre o motorista e o evento, assegurando total rastreabilidade e controle de responsabilidade. O logout somente ocorrerá por iniciativa do próprio condutor, como, por exemplo, ao final do expediente, quando o veículo for recolhido às dependências de uma unidade do Crea-MG ou a garagem locada pela autarquia.
- Relatórios periódicos de utilização e custos para controle da Administração;
 - Atendimento de demandas operacionais e administrativas do CREA-MG;

Importante: a plataforma web é voltada exclusivamente a usuários com perfil gerencial ou técnico. Ela integra dados dos veículos e dos condutores autenticados via aplicativo mobile, permitindo visão estratégica e governança da frota.

O sistema de dados deverá ser armazenado em cloud (nuvem) ou hardware localizado no Brasil.

Aplicativo Mobile - Identificação Obrigatória de Condutores:

O aplicativo mobile será utilizado exclusivamente pelos condutores da frota para garantir a identificação eletrônica/digital individual no início de cada uso do veículo. Seu objetivo é assegurar a verificação/credenciamento de identidade, rastreabilidade, responsabilidade e controle sobre o condutor de cada veículo no momento de sua utilização.

Sendo uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

I. Funcionalidades e requisitos mínimos do aplicativo mobile referente a identificação do condutor:

- Disponibilidade na Play Store

O aplicativo deverá estar publicado e constantemente atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e compatibilidade com versões voltadas ao mercado corporativo. Tal exigência fundamenta-se no fato de que, em decorrência da contratação realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 0004/2022, originária do Pregão Eletrônico nº 018/2022, o CREA-MG adquiriu diversos smartphones com sistema operacional Android para uso dos fiscais e de outros servidores que também poderão atuar como condutores. Assim, em observância aos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, impõe-se que o aplicativo esteja disponível na plataforma compatível com os equipamentos já existentes, garantindo o aproveitamento eficiente dos recursos públicos.

- Identificação/credenciamento do condutor por QR Code e/ou credenciais:

O condutor poderá realizar sua identificação de duas formas:

- a) Escaneando um QR Code fixado no interior do veículo;
- b) Realizando login com credenciais pessoais (usuário e senha vinculados ao sistema, digital, reconhecimento facial ou tecnologia similar).

- Obrigatoriedade de autenticação para uso do veículo: O sistema deverá informar caso ocorra qualquer início de jornada sem identificação válida e registrada, para que toda viagem tenha um condutor vinculado formalmente.

- **A funcionalidade do veículo NÃO PODERÁ sofrer nenhum bloqueio durante seu uso para a segurança do condutor;**

- Associação automática da viagem ao condutor identificado: Uma vez credenciado/autenticado, todo deslocamento, evento ou infração será registrado automaticamente em nome do condutor logado no aplicativo.

II. O aplicativo mobile é uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.

III. Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:

- a) Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.
- b) Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.
- c) O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.
- d) O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor

Página **68** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.

- e) O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora encaminhado para a CONTRATADA, e será mantido no histórico. Uma vez aceite, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.

- IV. Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o Conselho conseguirá reforçar a accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.

2) Quais são os padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto?

Para garantir o atendimento das necessidades do CREA-MG de forma contínua e sem interrupções, a solução contratada deverá atender aos seguintes padrões mínimos de qualidade:

Disponibilidade e Desempenho:

- Garantia de veículos sempre disponíveis conforme a demanda, sem falhas de operação.
- Veículos com desempenho adequado para as atividades de campo, incluindo eficiência no consumo de combustível e manutenção mínima.

Manutenção e Conservação:

- Os veículos devem ser mantidos em ótimo estado de conservação, com manutenção preventiva rigorosa, conforme especificações do fabricante.
- Substituição imediata de qualquer veículo que apresente falhas mecânicas recorrentes ou que não atenda aos padrões operacionais mínimos.

Conforto e Segurança:

- Todos os veículos devem oferecer um padrão mínimo de conforto e segurança, com revisão regular dos sistemas de ar-condicionado, pneus, direção assistida e equipamentos de segurança.

Sustentabilidade e Eficiência Energética:

- A empresa contratada deve adotar práticas para reduzir o impacto ambiental, com preferências por veículos que atendam às normas de emissão de poluentes e que apresentem eficiência energética superior.
- Consideração de tecnologias híbridas ou elétricas para reduzir a pegada de carbono das operações, quando possível.

Esses padrões garantirão a continuidade do fornecimento de veículos adequados, sem interrupções, e a maximização da eficiência operacional do CREA-MG.

A contratação em tela deve englobar os seguintes itens:

Quadro 1 – Itens para contratação e suas descrições



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Item	Descrição
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm
2	Veículo tipo hatch elétrico com bateria com autonomia mínima de 291km
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm
5	Veículo tipo furgão
6	Veículo tipo furgão utilitário leve
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4
8	Despesas com pedágio e estacionamento

A empresa participante vai poder apresentar veículos com as características técnicas mínimas exigidas, de diferentes marcas/modelos, desde que comprovem adequadamente que os modelos propostos possuem desempenho, qualidade e produtividade conforme as especificidades técnicas mínimas constantes abaixo:

Item 1 – 91 (noventa e um) veículos permanentes tipo hatch com motorização de torque mínimo de 13,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina) e as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Porta-malas com capacidade igual ou superior a 275 (duzentos e setenta e cinco) litros;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar-condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Limpador e desembaçador do vidro traseiro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos no mínimo nos vidros dianteiros com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.

Item 2 – 8 (oito) veículos permanentes tipo hatch elétrico, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Cinco lugares, incluindo o motorista;
- Plotados;
- Motor elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291 km por carga, torque igual ou superior a 11.5 kgfm.
- Combustível: 100% elétrico;
- Direção com assistência elétrica;
- Cintos de segurança;
- Tapetes de borracha;
- Central multimídia;
- Ar-condicionado;
- Travamento elétrico nas 4 (quatro) portas e alarme;
- Freios ABS;
- Vidros elétricos dianteiros e traseiros;
- Retrovisores com controle elétrico;
- Desembaçador do vidro traseiro.
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não *PLUG-IN*.

Item 3 – 1 (um) veículo permanente híbrido, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetros;
- 4 (quatro) portas;
- Carro Híbrido;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Cor prata;
- Cinco lugares incluindo o motorista;
- Comprimento mínimo de 4.500 mm;
- Motorização com no mínimo 1780 cc no motor a combustão e potência mínima de 122cv combinada (motor a combustão + elétrico), podendo utilizar gasolina **ou** etanol como combustível no motor térmico;
- Transmissão automática;
- Ar-condicionado digital;
- Mínimo de 6 (seis) air bags (dianteiros e traseiros);
- Tapetes;
- Trava elétrica;
- Rádio AM/FM, com entrada USB;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros com película automotiva;
- Vidros traseiros com desembaçador;
- Retrovisores elétricos;
- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo; Bancos de couro;
- Freios ABS;
- Sistema de navegação, tipo GPS, integrado ao painel do veículo;
- Ponto de energia de 12V;
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não *PLUG-IN*.

Item 4 – 10 (dez) veículos permanentes tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina), com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar condicionado;
- Câmbio automático;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.

Item 5 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ar condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Direção hidráulica ou elétrica ou híbrida;
- Câmbio automático;
- Ponto de energia de 12V;
- Carga útil mínima de 1.300 (um mil e trezentos) kg.

Página **73** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Item 6 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão utilitário leve, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ar condicionado;
- Air bags frontais (motorista e passageiro);
- Tapetes;
- Trava elétrica;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Ponto de energia de 12V;
- Carga útil mínima de 650 kg;
- Compartimento de carga fechado, com capacidade volumétrica mínima de 3,0 m³.

Item 7 – 2 (dois) veículos permanente tipo pick-up cabine dupla 4x4, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor prata ou branco;
- Tração 4x4 com reduzida;
- Cabine dupla com capacidade mínima para 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Motorização a diesel ou flex, com potência mínima de 155 cv e torque igual ou superior a 25,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina);
- Câmbio automático;
- Ar condicionado digital;
- Air bags frontais e laterais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V;
- Caçamba com capacidade mínima de 1.000 litros.

3) Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração (informação que influenciará na vigência do instrumento contratual)?

A solução, que neste caso é a locação de veículos, deverá ficar disponível à Administração (CREA-MG) inicialmente pelo período da Ata de Registro de Preços por 12 (doze) meses, prorrogável por igual período. A duração do contrato de locação, decorrentes da Ata de Registro de Preços, também será de 12 (doze) meses, ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme o art. 107 da Lei 14.133/21, garantindo a disponibilidade contínua dos veículos durante esse período para as atividades de fiscalização e outras operações do órgão.

Este serviço é classificado como contínuo devido à sua natureza essencial para a manutenção das atividades administrativas e à necessidade ininterrupta de sua execução, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. A referida Lei, em seu Art. 6º, inciso XIV, define "serviços contínuos" como aqueles contratados pela Administração Pública para a "manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas".

A justificativa para o enquadramento como serviço continuado reside primeiramente na natureza essencial e ininterrupta das atividades do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). O CREA-MG é responsável pela verificação e fiscalização contínua do exercício e das atividades nas áreas abrangidas pelo sistema Confea/Crea em todos os municípios mineiros. Para realizar essas fiscalizações e atender às demandas de denúncias, fiscais e servidores precisam se deslocar constantemente. A interrupção desses serviços de transporte e logística "causaria danos significativos" e comprometeria a "manutenção ininterrupta dos serviços públicos", que é fundamental para proteger direitos e garantir a satisfação das necessidades da população. O edital enfatiza que a descontinuidade de qualquer parte do serviço "prejudicaria o fim proposto", que é o objetivo final a ser cumprido.

Além disso, a inclusão de um Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico dos Veículos reforça o caráter contínuo do serviço. Este sistema permite o monitoramento e controle em tempo real da frota, otimizando itinerários, quilometragem, localização e despesas. O monitoramento é explicitamente exigido 24 horas por dia, 7 dias por semana. A necessidade de atendimento rápido (até 8 horas) em caso de pane no sistema de monitoramento/rastreamento e a exigência de que o Software de monitoramento esteja totalmente funcional no momento da entrega dos veículos demonstram que a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

funcionalidade e a disponibilidade desses sistemas são contínuas e críticas para a gestão eficiente da frota. A ausência de um sistema informatizado para rastreamento em tempo real comprometeria a eficiência operacional e a capacidade de fiscalização.

Por fim, a vigência e a possibilidade de prorrogação do contrato são características intrínsecas de serviços contínuos. O contrato possui uma vigência inicial de 12 (doze) meses e prevê a prorrogabilidade de contratos de serviços contínuos, de acordo com as diretrizes do art. 107 da Lei 14.133/21 por até 10 anos para serviços contínuos, caso a Administração ateste a vantajosidade, é um indicativo claro da expectativa de uma necessidade prolongada e não pontual do serviço.

Por fim, vale destacar que a empresa contratada será responsável pelo treinamento dos servidores e colaboradores desta Autarquia quanto ao uso da plataforma ofertada. Considerando que a adaptação a novas tecnologias demanda tempo e esforço por parte dos usuários, alterações frequentes na solução contratada implicariam em prejuízos operacionais e perda de produtividade do corpo técnico, comprometendo a eficiência da administração.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART. 18, §1º, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/2021)

A estimativa baseia-se nas necessidades de transporte do CREA-MG para suas atividades de fiscalização, inspeção e outras ações operacionais. A escolha desse número leva em consideração a demanda histórica do órgão, com base em dados anteriores sobre a quantidade de veículos utilizados para operações semelhantes até a presente data, bem como em projeções de ampliação dos serviços a médio prazo.

Tal análise é referenciada conjuntamente com o Departamento de Fiscalização, que é responsável pela utilização de maior parte da frota.

Considerando que não é possível estimar com precisão a quantidade de veículos que será necessária durante toda a vigência contratual, em razão de fatores variáveis, como a expansão das atividades fiscalizatórias decorrente do crescimento populacional, ampliação de demandas institucionais e a realização recente de concurso público, que resultará em incremento do quadro de servidores e, conseqüentemente, maior necessidade de deslocamento, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como a solução mais adequada e eficiente para o atendimento da demanda.

Nos termos do art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462/2023, o SRP é cabível quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a quantidade a ser demandada pela Administração, permitindo a contratação conforme a efetiva necessidade, dentro dos limites previamente registrados. Tal sistemática possibilita flexibilidade, economicidade e planejamento eficiente, evitando tanto o risco de contratação insuficiente quanto o de aquisição de quantitativos superiores ao necessário.

Ademais, a adoção do SRP alinha-se ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), pois viabiliza a contratação de veículos de forma gradual, conforme as demandas surgirem, assegurando melhor gestão de recursos públicos e continuidade dos serviços essenciais da autarquia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Diante do exposto, resta plenamente justificada a escolha pelo Sistema de Registro de Preços, considerando-se a impossibilidade de estimativa exata da quantidade de veículos e a necessidade de garantir agilidade, economicidade e segurança jurídica na contratação.

Ainda, no presente certame, que visa ao Registro de Preços para contratação de serviços de locação de veículos, será apresentada planilha contendo a definição de um quantitativo mínimo que a Administração se compromete a contratar durante a vigência do contrato.

A fixação dessa franquia mínima tem por finalidade conferir maior objetividade e segurança jurídica ao processo licitatório, permitindo que os licitantes formulem suas propostas com base em parâmetros mais claros, reduzindo o risco de precificação excessiva decorrente da incerteza quanto ao quantitativo efetivamente demandado. Tal medida encontra respaldo no princípio do planejamento, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de planejar adequadamente suas contratações para assegurar a eficiência e economicidade dos gastos públicos.

Além disso, a previsão de uma demanda mínima:

- Reduz a assimetria de informações e os riscos do contratado, evitando a inclusão de margens de segurança elevadas nos preços;
- Minimiza potenciais litígios futuros relacionados a custos fixos suportados pelo fornecedor para disponibilização de estrutura operacional compatível com a execução contratual;
- Mitiga o risco de alegações de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, especialmente nos casos em que a Administração venha a consumir quantitativos significativamente inferiores ao inicialmente estimado.

Conforme entendimento doutrinário e orientações de órgãos de consultoria jurídica, a estipulação de quantitativo mínimo contribui para um planejamento mais robusto e transparente, ao mesmo tempo em que fortalece a previsibilidade contratual, uma vez que confere ao contratado direito à indenização caso o consumo mínimo pactuado não seja observado pela Administração.

Diante do exposto segue a planilha com a estimativa mínima da quantidade que será efetivamente contratada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de medida
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	81	Unidade
2	Veículo tipo hatch elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291 km	8	Unidade
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	6	Unidade
5	Veículo tipo furgão	1	Unidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, §1º, INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1 – Identificação de soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de veículos próprios pela Administração Pública
2	Locação de veículos por meio de contratação terceirizada

5.2 – Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução 1 (Aquisição)	Solução 2 (Locação)
Solução implantada em outro órgão ou entidade pública	Sim	Sim
Atende às necessidades atuais com flexibilidade e agilidade	Não	Sim
Observa os requisitos de sustentabilidade	Depende do veículo	Sim (conforme cláusulas contratuais)
Manutenção preventiva e corretiva	Contratos separados com oficinas autorizadas; controle de cronogramas e prazos pelo CREA-MG.	Incluso no valor mensal da locação; responsabilidade integral da contratada.
Seguro de frota	Contratação de apólices, renovação anual, gestão de sinistros e franquias.	Seguro incluso na locação; gestão de sinistros é da contratada.
Licenciamento / IPVA / Documentação de transferência	Custos e providências anuais e de alteração de propriedade pagos pelo CREA-MG.	Encargos a cargo da contratada; veículos já licenciados e o custo com a transferência da propriedade será completamente da contratada, uma vez que os veículos serão de propriedade desta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Pneus, peças e acessórios	Custos com a compra direta, controle de estoque e contratação de fornecedores.	Inclusos na manutenção contratual; ônus da contratada.
Dispositivos de pedágio (tag/vale-pedágio)	Contratação e gestão de empresa fornecedora.	Fornecimento e gestão sob responsabilidade da contratada.
Plotagem e identidade visual	Contratação de gráfica/empresa especializada.	Prevista contratualmente; executada pela locadora.
Sistema de rastreamento	Nova contratação de sistema/aplicativo e equipe para integração.	Incluso na locação, com acesso web e relatórios gerenciais.
Aplicativo para análise de trajeto e velocidade	Nova contratação de software ou serviço especializado.	Incluso no pacote da locadora.
Gestão de frota	Necessidade de equipe interna especializada (engenheiros mecânicos, técnicos, gestores de frota, analistas de TI).	Gestão centralizada pela locadora; CREA-MG atua apenas como fiscal do contrato.
Capacitação de servidores	Diversas capacitações em áreas distintas: mecânica, seguros, telemetria, gestão de contratos.	Não necessária; obrigações recaem sobre a contratada.
Risco de indisponibilidade	CREA-MG deve mobilizar reserva de veículos ou contratar emergencialmente.	Contratada, fornece veículo-reserva em prazo definido (SLA).

5.3 – Registro de soluções consideradas inviáveis

Aquisição direta de veículos (Solução 1) foi considerada menos vantajosa e inviável no cenário atual, pelos seguintes fundamentos técnicos e econômicos:

- Maior dispêndio no ciclo de vida: além do preço de aquisição, a Administração arcaria, enquanto o veículo fosse considerado funcional, com manutenção preventiva e corretiva, pneus, licenciamento, seguro, eventual IPVA, depreciação e custo de oportunidade do capital, além da necessidade de contratar soluções



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

tecnológicas complementares (rastreamento, telemetria, aplicativos de gestão de frota), além de, após ter que operacionalizar o desfazimento do bem, o que eleva o custo total de propriedade (TCO).

- Risco operacional e indisponibilidade: panes e acidentes exigem veículos-reserva e gestão ativa de frota. Na aquisição, a responsabilidade integral pela disponibilidade recairia sobre o CREA-MG; na locação, tais riscos são transferidos à contratada, que deve substituir o veículo em prazo contratual (SLA de disponibilidade).
- Limitações da estrutura administrativa: atualmente, o CREA-MG não dispõe de equipe suficiente para gerir todos os contratos acessórios que decorrem da aquisição de frota própria, tais como manutenção preventiva, manutenção corretiva, seguro, plotagem, fornecimento de dispositivos para passagem em praças de pedágio, aplicativos para monitoramento de trajeto e velocidade dos condutores que circulam por todo o Estado de Minas Gerais, entre outros. Para isso, seria necessário realizar novas contratações de pessoal especializado ou custear diversas capacitações em áreas distintas (mecânica, gestão de frotas, tecnologia de rastreamento, seguros, etc.), o que oneraria sobremaneira a Administração e aumentaria o risco de descontinuidade da prestação.
- Flexibilidade e aderência à demanda: a necessidade dos veículos é variável, a depender de fiscalizações e operações regionais. Imobilizar patrimônio em frota própria geraria ociosidade e menor eficiência; a locação permite ajustes conforme a demanda, por meio de ata de registro de preços.
- Conformidade com o TCU: o Acórdão 1850/2025-Plenário determinou que não basta justificativa genérica, sendo imprescindível comprovar a vantajosidade da locação frente à aquisição mediante análise do custo de ciclo de vida. O presente ETP atende a essa diretriz ao evidenciar que a aquisição implicaria em custos adicionais de gestão, pessoal e contratos acessórios, ao passo que a locação concentra todos esses encargos na contratada, com preço previsível e menor risco.

5.4 – Análise comparativa de custos

Solução Viável – Locação de Veículos

Descrição: Contratação de empresa especializada para fornecimento de veículos em regime de locação, com manutenção preventiva e corretiva inclusa, assistência 24h, substituição em até 24 horas em caso de pane, cobertura de seguro e atendimento à demanda em diversas localidades.

A opção pela locação de veículos com sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento se justifica, em primeiro lugar, pela eliminação da necessidade de criação e manutenção de uma estrutura própria de gestão, que demandaria significativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

mobilização de recursos humanos e tecnológicos por parte do Crea-MG, que este não detém.

Caso optasse pela aquisição dos veículos, a autarquia teria que implantar equipe técnica especializada para gerir e manter não apenas a frota, mas também o sistema de rastreamento, os dispositivos embarcados, a conectividade, o armazenamento e tratamento de dados, além de atualizações constantes de software e suporte técnico. Essa estrutura exigiria contratação de pessoal qualificado, treinamentos contínuos, aquisição de ferramentas e equipamentos, bem como celebração de contratos adicionais de manutenção corretiva e preventiva que seriam teriam que ser geridos pela equipe desta Autarquia.

Ademais, a locação transfere ao fornecedor a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e do sistema integrado, garantindo que a frota esteja sempre em condições plenas de uso, sem ônus adicional para a Administração. Essa solução mitiga riscos operacionais, evita indisponibilidade de veículos por falhas técnicas e assegura que o serviço seja prestado com continuidade, eficiência e economia de recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência e economicidade previstos respectivamente no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a locação de veículos com sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web (Solução 2) configura-se como a alternativa mais vantajosa para o interesse público. Essa modalidade evita investimentos elevados e permanentes em estrutura própria, reduz os custos ao longo do ciclo de vida do objeto, elimina a necessidade de contratação de pessoal especializado, transfere os riscos operacionais à contratada e garante maior flexibilidade e eficiência na gestão da frota. Ademais, assegura maior controle, rastreabilidade e previsibilidade administrativa, em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a IN SEGES nº 58/2022 e o Acórdão TCU nº 1850/2025-Plenário.

Custo Total – Memória de Cálculo: Com base em levantamento de mercado realizado por meio de consultas a empresas, análise de contratações similares em outras entidades públicas e plataformas especializadas, identificou-se que o custo médio para **locação de veículos** pelo período de 12 meses é de **R\$5.956.068,80** (cinco milhões e novecentos e cinquenta e seis mil e sessenta e oito reais e oitenta centavos), valor que abrange todos os encargos diretos e indiretos da prestação do serviço.

Para gastos relativos a **pedágios e estacionamentos**, projetou-se o valor de para toda a frota do Conselho de R\$3.118,03 (três mil, cento e dezoito reais e três centavos) mensais, porém com o acréscimo de unidades do Crea-MG e de demandas, principalmente de fiscalização em diversas localidades, tivemos de aumentar o número de veículos e modelos. Diante do exposto foi realizada uma estimativa mensal para essa nova contratação de **R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) mensais**.

• **Despesa anual** estimada para a vigência inicial da **Ata de Registro de Preços** com pedágios e estacionamentos para toda a frota do Conselho de **R\$45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

5.5 – Mapa comparativo dos cálculos totais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo hatch	91	R\$ 3.847,00	R\$ 350.077,00	R\$ 4.200.924,00
Veículo tipo hatch elétrico	8	R\$ 6.161,00	R\$ 49.288,00	R\$ 591.456,00
Veículo tipo sedan exec. híbrido	1	R\$ 6.691,00	R\$ 6.691,00	R\$ 80.292,00
Veículo tipo sedan	10	R\$ 4.264,00	R\$ 42.640,00	R\$ 511.680,00
Veículo tipo furgão	2	R\$ 7.783,00	R\$ 15.566,00	R\$ 186.792,00

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo hatch	91	R\$ 3.317,80	R\$ 301.919,80	R\$ 3.623.037,60

|

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo hatch	91	R\$ 3.000,00	R\$ 273.000,00	R\$ 3.276.000,00

|

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo hatch elétrico	8	R\$ 10.633,06	R\$ 85.064,48	R\$ 1.020.773,76



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Veículo tipo sedan exec. híbrido	1	R\$ 10.525,08	R\$ 10.525,08	R\$ 126.300,96
Veículo tipo furgão	2	R\$ 6.053,16	R\$ 12.106,32	R\$ 145.275,84

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	R\$ 10.816,66	R\$ 21.633,32	R\$ 129.799,92

Descrição do veículo	Qtde.	Unitário mensal	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo furgão utilitário leve	2	R\$ 17.056,52	R\$ 34.113,04	R\$ 409.356,48

Planilha de análise:

Descrição do veículo	Qtde.	Valor médio unitário	Total mensal	Total 12 meses
Veículo tipo hatch	91	R\$ 3.388,27	R\$ 308.332,27	R\$ 3.699.987,20
Veículo tipo hatch elétrico	8	R\$ 8.397,03	R\$ 67.176,24	R\$ 806.114,88
Veículo tipo sedan exc. híbrido	1	R\$ 8.608,04	R\$ 8.608,04	R\$ 103.296,48
Veículo tipo sedan	10	R\$ 4.264,00	R\$ 42.640,00	R\$ 511.680,00
Veículo tipo furgão	2	R\$ 6.918,08	R\$ 13.836,16	R\$ 166.033,92
Veículo tipo furgão utilitário leve	2	R\$ 17.056,52	R\$ 34.113,04	R\$ 409.356,48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	R\$ 10.816,66	R\$ 21.633,32	R\$ 259.599,84
	116	Média do preço total:		R\$5.956.068,80

5.6 – Escolha da solução

Diante da análise técnica e econômica realizada, conclui-se que a **locação de veículos** representa a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por atender com maior eficiência às necessidades da contratação, promover economia de recursos, eliminar a necessidade de estrutura própria para gestão de frota, garantir previsibilidade orçamentária e assegurar a prestação do serviço com qualidade e continuidade.

A escolha está alinhada com o interesse público e foi respaldada em levantamento de mercado amplo, conforme previsto no art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021. Toda a documentação de pesquisa encontra-se devidamente registrada nos autos processuais.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (ART. 18, §1º, INCISO VI DA LEI Nº 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação para a locação de 116 veículos para o CREA-MG será realizada posteriormente, após a obtenção dos orçamentos junto às locadoras de veículos. O cálculo do valor será detalhado, motivado e justificado, com base nos preços unitários referenciais obtidos durante o processo de solicitação de cotações.

Os gastos relativos a **pedágios e estacionamentos**, projetou-se o valor de **R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) mensais**, totalizando **R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) anual**.

1. Métodos e Metodologias para a Estimativa

A estimativa do valor da contratação será fundamentada em uma série de técnicas e métodos, a serem definidos conforme as cotações recebidas:

- Análise de Histórico de Demandas: Serão considerados os preços praticados em locações anteriores, tanto pelo CREA-MG quanto por outros órgãos públicos, para garantir que os valores estejam dentro das médias do mercado.
- Cálculo de Preços Unitários: O valor de locação mensal de cada tipo de veículo será obtido a partir das cotações feitas com as locadoras, e esses valores serão utilizados para calcular o custo mensal de cada veículo locado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Projeções de Mercado: As flutuações de preços que possam ocorrer ao longo do período de locação (12 meses) serão projetadas com base em dados históricos de variação de preços no mercado de locação de veículos e em outras variáveis, como inflação e preços de combustíveis.

2. Cálculo do Valor Total da Contratação

O cálculo do valor total da locação será feito de acordo com as cotações que forem recebidas após o envio deste documento e com base nos preços unitários estimados para cada tipo de veículo:

- Preço Unitário Referencial: Após o envio dos orçamentos, será identificado o preço unitário médio mensal para cada tipo de veículo, que será multiplicado pelo número de veículos (116 unidades) e pelo prazo do Ata de Registro de Preços (12 meses).
- Total da Locação: O valor mensal de locação será multiplicado pelo número de veículos e o prazo de locação para determinar o custo total da contratação.

3. Memórias de Cálculo e Documentos Suporte

Após a obtenção dos orçamentos, as memórias de cálculo serão elaboradas, detalhando todos os passos e as justificativas para a estimativa de valor. Esses cálculos incluirão:

- Cálculos das cotações: Detalhamento dos preços unitários para cada tipo de veículo e o total por veículo.
- Previsão de custos operacionais: Considerações sobre custos extras, como manutenção e seguro, que possam ser aplicados durante o período de locação.
- Documentos de Suporte: Os orçamentos obtidos das locadoras de veículos, relatórios de análise de mercado e outras fontes de informação que possam sustentar a estimativa de valores serão anexados como documentos de suporte.

4. Justificativa do Valor Estimado

Para a presente contratação, foi elaborada uma estimativa inicial de valor baseada em dados históricos, parâmetros de mercado e nas especificidades do objeto. Ressalta-se que a contratação pretendida não se equipara às contratações encontradas em outros órgãos públicos, uma vez que estes não exigem a mesma tipologia de veículos, tampouco contemplam demandas adicionais como rastreamento em tempo real, tecnologia de identificação de motoristas via aplicativo mobile, manutenção completa e atendimento com abrangência em todas as cidades de Minas Gerais.

Além disso, o CREA-MG possui atualmente contrato vigente para o mesmo objeto, com **quantidade de veículos inferior**, cujo valor global é de **R\$ 1.595.499,06** e prazo de vigência de 6 meses. Considerando os valores atuais do último aditivo deste contrato, projetou-se que, para um período de 12 meses, o montante seria de aproximadamente **R\$ 3.190.998,12**, servindo como parâmetro médio inicial para esta estimativa.

Ressalta-se, ainda, que a formação do preço levará em conta as variações de mercado, bem como a valorização e desvalorização dos modelos de veículos pela tabela FIPE, fator

Página **85** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

que pode impactar significativamente o custo final do contrato, considerando a diversidade de categorias veiculares envolvidas e a evolução de preços no período.

Diante da complexidade do objeto, a Administração informa que, **após a finalização deste Estudo Técnico Preliminar, será realizada nova rodada de consultas e cotações diretamente com fornecedores**, a fim de refinar a estimativa e assegurar que os valores praticados reflitam adequadamente as condições técnicas, operacionais e logísticas desta contratação.

Esse procedimento está alinhado ao princípio do planejamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), garantindo a obtenção de preços mais precisos, a prevenção de distorções e a escolha da proposta mais vantajosa para o Conselho.

Assim, o valor ora apresentado deve ser considerado referencial e sujeito a ajustes, conforme os resultados da pesquisa de mercado a ser formalmente realizada.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, §1º, INCISO VII DA LEI Nº 14.133/2021)

VEÍCULOS SOLICITADOS DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sempre que houver a necessidade, esta Autarquia, através da quantidade e valores previstos na Ata de Registro de Preços, definirá os itens e respectivas quantidades a serem contratados, formalizando, para tanto, um contrato de prestação de serviços. Trata-se de contrato por demanda, no qual a empresa contratada se obriga a disponibilizar os veículos especificados, nas quantidades estabelecidas, podendo a Administração solicitar sua utilização a qualquer momento dentro do prazo de vigência de 12 (doze) meses.

VEÍCULOS SOLICITADOS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL

Os veículos da frota que completarem 2 (dois) anos desde a efetiva entrega ao Crea-MG deverão ser substituídos por novos veículos definitivos, 0 (zero) quilômetro, com todos os equipamentos e tecnologias exigidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência (inclusive o sistema de identificação através de aplicativo mobile), e deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após os veículos terem completado 2 (dois) anos de uso.

O Crea-MG comunicará à Contratada sobre a necessidade de troca dos veículos com 90 (noventa) dias de antecedência ao prazo em que os veículos completarão 2 (dois) anos de uso.

O Ano do Modelo deve ser a última versão lançada no mercado na efetiva entrega do veículo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- O Ano de Fabricação deve ser, no máximo, um ano anterior ao ano do modelo.

Deste fato, considerando que o mercado automobilístico lança novos modelos para o ano seguinte geralmente no segundo semestre do ano atual, estima-se que os primeiros pedidos pós assinatura da Ata de Registro de Preços terão o Ano Modelo 2026, podendo ter o Ano Fabricação 2026 ou 2025.

Portanto, ressalta-se que, na hipótese de celebração de termo aditivo para prorrogação de prazo dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, caso, na data de sua assinatura, ainda existam veículos que não tenham completado 2 (dois) anos desde a efetiva entrega, estes poderão permanecer sob a posse do Crea-MG, sendo sua renovação efetuada apenas após o atingimento do referido prazo.

SUBSTITUIÇÃO DA FROTA NAS RENOVAÇÕES CONTRATUAIS:

Nas renovações contratuais todos os veículos da frota, que já completaram 2 (dois) anos desde a efetiva entrega ao Crea-MG deverão ser substituídos por novos veículos definitivos, 0 (zero) quilômetro, com todos os equipamentos e tecnologias exigidas neste Estudo Técnico Preliminar e aqueles que forem definidos no Termo de Referência (inclusive o sistema de identificação através de aplicativo mobile), deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após os veículos terem completado 2 (dois) anos de uso.

O Crea-MG comunicará à Contratada sobre a necessidade de troca dos veículos com 90 (noventa) dias de antecedência ao prazo em que os veículos completarão 2 (dois) anos de uso.

CONDUTORES: Os veículos poderão ser dirigidos por qualquer usuário indicado pelo CREA-

MG, desde que o mesmo tenha habilitação. Não poderá haver restrições ao tempo de habilitação dos condutores.

PLOTAGEM: Os veículos dos Itens 1, 2 e 4 (dispostos no Quadro 1 deste Estudo) deverão ser entregues já plotados (adesivados) por conta da CONTRATADA. O CREA-MG irá fornecer tão somente as imagens da plotagem, cabendo à CONTRATADA todo o custo com o desenvolvimento e dimensionamento das mesmas de acordo com os modelos de veículos fornecidos, bem como a aplicação destas nos veículos. (As imagens ilustrativas vão ser anexadas ao Termo de Referência).

LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Os veículos contratados deverão estar disponíveis para entrega em todas as cidades onde o Crea-MG mantém unidades operacionais, incluindo suas sedes regionais, inspetorias e escritórios de representação.

Abaixo segue a relação atual das unidades onde as manutenções preventivas e corretivas dos veículos deverão ocorrer:

Quadro 2 – Unidades em que devem ser entregues os veículos locados:

ALFENAS	DIAMANTINA	MACHADO	PONTE NOVA
ALMENARA	DIVINÓPOLIS	MANHUAÇU	POUSO ALEGRE
ANDRADAS	FRUTAL	MONTES CLAROS	S. S. DO PARAÍSO
ARAÇUAÍ	GOV. VALADARES	MURIAÉ	SALINAS
ARAGUARI	GUAXUPÉ	NOVA LIMA	SANTA LUZIA
ARAXÁ	IPATINGA	OLIVEIRA	SÃO GOTARDO
ARCOS	ITABIRA	OURO BRANCO	SÃO JOÃO DEL REI
BARBACENA	ITAJUBÁ	OURO PRETO	SÃO LOURENÇO
BELO HORIZONTE	ITAÚNA	PARÁ DE MINAS	SETE LAGOAS
BETIM	ITUIUTABA	PARACATU	TEÓFILO OTONI
BOM DESPACHO	ITURAMA	PASSOS	UBÁ
CARATINGA	JANAÚBA	PATOS DE MINAS	UBERABA
CATAGUASES	JANUÁRIA	PATROCÍNIO	UBERLÂNDIA
CONS. LAFAIETE	JOÃO MONLEVADE	PEDRO LEOPOLDO	UNAÍ
CONTAGEM	JUIZ DE FORA	PIRAPORA	VARGINHA
CURVELO	LAVRAS	POÇOS DE CALDAS	VIÇOSA

Caso sejam inauguradas novas unidades, no Estado de Minas Gerais, durante a vigência contratual, a contratada será formalmente notificada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a inauguração, a fim de que possa viabilizar a prestação dos serviços na nova localidade ou nas cidades próximas, garantindo padrão de qualidade e desempenho técnico igual ou superior ao atualmente ofertado.

Em caso de manutenção, avarias ou sinistros, os veículos provisórios deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado. Os novos veículos que venham a substituir veículos com perda total também deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

LOCAL DE DEVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS: Os veículos serão devolvidos nas cidades onde os mesmos estiverem lotados. Inicialmente, essas cidades são as mencionadas no quadro 2 deste Estudo, porém o CREA-MG poderá ampliar o número de inspetorias durante a vigência do contrato.

VEÍCULOS PROVISÓRIOS: Deverão ser disponibilizados veículos provisórios nas seguintes situações:

Os serviços deverão ser iniciados em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura da Autorização de Fornecimento do Contrato oriundo da Ata de Registro de Preços e/ou prestação de serviços.

- Manutenções preventivas e/ou corretivas: Quando houver necessidade de realização de manutenções preventivas e/ou corretivas nos veículos titulares, cuja realização do serviço demande mais de 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá disponibilizar um veículo provisório no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do momento em que o veículo der entrada no estabelecimento onde será realizada a manutenção.

- Quando o veículo der entrada no estabelecimento onde será realizada a manutenção, a CONTRATADA deverá entrar em contato com o local para se informar da previsão do término de realização do serviço para se for o caso, providenciar a entrega do veículo provisório ao condutor no endereço indicado por ele, no prazo acima estabelecido. A CONTRATADA deverá manter o condutor informado, através de mensagens de texto e/ou pela plataforma/aplicativo, sobre o andamento da manutenção e/ou da entrega do veículo provisório.

- Avarias/sinistros: Veículos avariados/sinistrados deverão ser substituídos por veículos provisórios com as mesmas características, em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do ocorrido, por qualquer meio de comunicação disponível. A CONTRATADA deverá disponibilizar número(s) telefônico(s) com plantão funcionando 24 (vinte e quatro) horas e através de mensagens de texto e/ou pela plataforma/aplicativo, para que o condutor possa entrar em contato com a mesma. O veículo provisório deverá ser entregue ao condutor no endereço indicado por ele.

- Caso seja decretada perda total do veículo avariado/sinistrado, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do comunicado oficial da seguradora sobre a decisão para entregar ao CREA-MG um veículo 0 (zero) quilômetro da mesma marca, modelo e características do veículo avariado/sinistrado, incluindo plotagem, se houver.

- Os veículos provisórios não precisam ser plotados, excetuado aqueles em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro, uma vez que ficarão na posse do Crea-MG pelo prazo de 90 (noventa) dias, evita-se assim a descaracterização da frota e a imagem fiscalizatória do Crea-MG, uma vez que trata-se da atividade fim do Conselho.

CUSTOS COM MANUTENÇÕES: A CONTRATADA, por sua conta, deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, e realizar as revisões necessárias, bem como as manutenções preventivas e corretivas que compreendem, inclusive, serviços



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

mecânicos, elétricos, troca de óleo e filtro, pneus, vidros e retrovisores, correias, fluidos, peças e outros serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento dos veículos. Tais despesas são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não gerando quaisquer ônus para a CREA-MG.

CRONOGRAMA DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS: No ato da entrega dos veículos, a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de manutenções preventivas, de acordo as especificações dos fabricantes dos veículos, para que os condutores possam solicitar o agendamento dessas revisões em tempo hábil.

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS: Os condutores, identificando a necessidade da realização de manutenções preventivas dos veículos de acordo com o cronograma de manutenções preventivas, ou de manutenções corretivas, quando necessário, entrarão em contato com a CONTRATADA para o agendamento dos serviços. O prazo para que a CONTRATADA dê um retorno ao condutor informando o local, dia e horário em que ocorrerá a manutenção é de no máximo 4 (quatro) horas após a solicitação. O retorno se dará por e-mail e/ou telefone.

Em Belo Horizonte, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados obrigatoriamente no próprio município. Para as demais localidades, admite-se a execução em cidade próxima, desde que assegurado o pleno atendimento às necessidades do Crea-MG.

DANOS À PLOTAGEM DOS VEÍCULOS: Nos casos em que as avarias ocorridas com um veículo causem danos à plotagem, o veículo só poderá ser devolvido ao CREA-MG depois de consertado se a plotagem tiver sido refeita.

SERVIÇO DE LEVA E TRAZ: Apenas para a cidade de Belo Horizonte, a CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço de leva e traz para retirada e devolução dos veículos quando houver manutenções marcadas e em outras situações que surgirem em virtude da necessidade do CREA-MG.

ABASTECIMENTO: O abastecimento dos veículos será de responsabilidade do CREA-MG, contudo todos (inclusive os provisórios) deverão ser entregues com o tanque cheio e serão devolvidos da mesma forma, com o mesmo combustível.

DOCUMENTAÇÃO: Todos os veículos, inclusive os provisórios, só poderão ser entregues ao CREA-MG com o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV vigente. Os veículos devem ser registrados e licenciados em nome da Contratada, sendo esta a legítima proprietária dos veículos, tendo o CRLV em seu CNPJ. A relação contratual estabelecida é entre o CREA-MG e a Contratada. Desta forma os veículos deverão estar no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

nome da empresa que assinará o contrato. Os veículos podem ser emplacados em qualquer localidade do país.

ITENS OBRIGATÓRIOS: Os veículos deverão ser entregues ao CREA-MG com todos os itens obrigatórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito, tais como estepes, triângulos, macacos e quaisquer outros.

QUILOMETRAGEM: A quilometragem a percorrer será livre. A título de mera informação, a média de rodagem atual dos veículos é de 1.600 (um mil e seiscentos) km por mês. Ressalta-se que a contratação se dará em regime de quilometragem livre, podendo ser inferior ou superior à média informada.

SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS EM CASO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO: Nas renovações contratuais todos os veículos da frota, que já completaram 2 (dois) anos desde a efetiva entrega ao Crea-MG deverão ser substituídos por novos veículos definitivos, 0 (zero) quilômetro, com todos os equipamentos e tecnologias exigidas neste Estudo Técnico Preliminar e aqueles que forem definidos no Termo de Referência (inclusive o sistema de identificação através de aplicativo mobile), deverão ser entregues no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Aditivo de prorrogação do Contrato.

SINISTRO, AVARIA OU FALHA MECÂNICA OCORRIDOS DURANTE VIAGENS: Quando um veículo que estiver lotado em determinada cidade sofrer um sinistro, avaria ou apresentar falha mecânica em outra cidade, e o conserto do mesmo demande mais tempo que o de permanência do condutor na referida cidade, o custo referente ao retorno do condutor à cidade de lotação do mesmo deverá ocorrer por conta da CONTRATADA caso o seguro por ela contratado não cubra a distância entre as duas cidades.

Não é possível listar as diversas variáveis no uso do veículo em um território tão extenso como o Estado de Minas Gerais, contudo, é possível informar que o Seguro pretendido é abrangente e os casos em que o mesmo não cobre a ocorrência e constatando ser de responsabilidade do condutor, o CREA-MG arcará com as despesas mediante análise da ocorrência junto a seguradora. Fato é que os seguros veiculares, mesmo os particulares, cobrem as mais diversas ocorrências, desde sinistros mais graves, como acidentes, e até situações mais simples como um arranhão. Importante frisar que situações que envolvam ocorrências por falta ou falha nas manutenções são de responsabilidade da Contratada, que é a responsável pelas rotinas de manutenções dos veículos. Em tempo, o condutor do veículo sinistrado é quem instaurará o boletim de ocorrência, relatando o ocorrido, no entanto não é responsável pelo terceiro envolvido na falta de colaboração amigável. O CREA-MG analisará ocorrência de condutor em procedimento interno, conforme a legislação (sindicância ou procedimento administrativo disciplinar – PAD), de forma discricionária e apartada da relação CREA-MG x Contratada, não havendo qualquer ligação com a cobertura do seguro. O seguro é exigido, vinculado a SUSEP, para cobrir qualquer situação, por isso cobertura total, com a franquia sob responsabilidade da Contratada, não havendo qualquer ônus para o Crea-MG. Situações atípicas, somente em casos de negativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

motivada e justificada da seguradora, após procedimento próprio, serão analisadas entre as partes contratantes.

Consideramos como veículos reservas aqueles que serão disponibilizados a título de temporariedade em detrimento de ocorrências com o veículo da frota, dentro de um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da solicitação formal via e-mail. Os veículos devem ser entregues nas mesmas condições e características dos veículos titulares. O veículo provisório deverá ser entregue ao condutor no endereço indicado por ele

SEGURO: A CONTRATADA deverá providenciar seguro total dos veículos com empresa seguradora vinculada à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com as seguintes condições de cobertura total, por evento, para os casos de roubo, furto, incêndio, enchente ou colisão, com cobertura de danos materiais e pessoais dos ocupantes e de terceiros, com:

- Assistência 24 (vinte e quatro) horas, que compreenda socorro mecânico, remoção e guinchamento do veículo;

- Cobertura de danos materiais, em favor de terceiros, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Cobertura de danos pessoais (corporais), em favor de terceiros, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Cobertura de danos pessoais (corporais), em favor dos ocupantes, de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O pagamento da franquia e das demais despesas do seguro será sempre de responsabilidade da CONTRATADA, independentemente do ocorrido.

O valor do casco será o valor da tabela FIPE.

A CONTRATADA deverá fornecer cópia da apólice de seguro em no máximo 30 (trinta) dias corridos contados a partir da entrega dos veículos.

Os veículos provisórios deverão possuir as mesmas condições de seguro que os veículos titulares.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: A CONTRATADA deverá possuir uma central de atendimento ao cliente, por telefone, e através de mensagens de texto e/ou pela plataforma/aplicativo, que permita aos condutores entrar em contato para atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

TRÂNSITO DOS VEÍCULOS: Os veículos serão alugados para transitarem em todo o estado de Minas Gerais, podendo ocorrer trânsitos em outros estados.

EVENTUAIS INFRAÇÕES: As Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados deverão ser encaminhadas à Sede do CREA-MG, situada na Avenida Álvares Cabral nº 1.600, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, pessoalmente (ou por e-mails indicados, caso a CONTRATADA opte por esse meio de comunicação), para que o CREA-MG as envie

Página **92** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

aos condutores infratores para identificação, pagamento e/ou interposição de recurso, de acordo com o caso.

Caso a CONTRATADA não envie para o CREA-MG a Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, onde consta a Ficha para Identificação do Condutor Infrator (F.I.C.I), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do prazo limite para identificação, o pagamento da multa por NÃO IDENTIFICAÇÃO será de responsabilidade da CONTRATADA.

Caso a CONTRATADA não envie para o CREA-MG a Notificação de Penalidade de Multa de Trânsito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de seu vencimento, a fim de proporcionar o benefício do desconto concedido pelo órgão de trânsito, a CONTRATADA será responsável pelo reembolso ao condutor do valor equivalente ao desconto concedido pelo órgão.

Caso algum veículo da CONTRATADA seja clonado durante o período de locação e ocorra alguma infração de trânsito referente a este veículo, o CREAMG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à CONTRATADA efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema. O CREA-MG se reserva ao direito de solicitar a troca do veículo clonado.

Caso a CONTRATADA opte por enviar as notificações por e-mail, o CREA-MG não se responsabilizará por mensagens não recebidas.

Caso algum veículo da CONTRATADA receba alguma infração de trânsito, onde comprovada a responsabilidade da falta cometida pela CONTRATADA, o CREAMG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à CONTRATADA efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema.

A Contratada deverá encaminhar ao CREA-MG as Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados para que possa ser exercido o Direito do Contraditório e Ampla Defesa pelo Condutor, para que possa exercer, ainda, a identificação do condutor infrator e a realização do pagamento com o desconto concedido. Conforme pontuado nas condições pontas acima, a Contratada arcará com as multas e não haverá ressarcimento pela Contratante. A Contratante arcará com o pagamento das multas, caso a Contratada atender aos requisitos postos. As multas quitadas pela Contratada de forma antecipada serão por conta e risco, não havendo ressarcimento pela Contratante, uma vez que é devido ao Condutor todo o procedimento de defesa, identificação e pagamento com desconto. Em tempo, o CREA-MG analisará ocorrência de condutor em procedimento interno, conforme a legislação (sindicância ou procedimento administrativo disciplinar – PAD), de forma discricionária e apartada da relação CREA-MG x Contratada, reportando a Contratada caso resulte em ressarcimento.

DA FALTA DO VEÍCULO SOLICITADO: A falta de determinado veículo para locação não desobriga a CONTRATADA de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um veículo de qualidade superior (upgrade), mantendo o mesmo preço previsto para o item do veículo solicitado inicialmente.

CHAVES RESERVA: As chaves reservas dos veículos deverão ser entregues ao CREA-MG juntamente com os veículos.

Página **93** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

CONTATO DIRETO: A CONTRATADA deverá designar um funcionário que atuará como preposto junto ao CREA-MG, para o qual serão direcionadas todas as demandas referentes ao contrato.

SISTEMA DE GESTÃO E RASTREAMENTO ELETRÔNICO DOS VEÍCULOS:

Informações Gerais:

É responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer pagamento a título da utilização do Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico dos Veículos. Os custos e despesas em questão deverão compor o “valor unitário mensal por tipo de veículo”;

A CONTRATADA deverá submeter o sistema à apreciação da CONTRATANTE, antes do início da prestação dos serviços;

Deverá ser utilizado para localização e controle dos veículos, modem celular digital GPRS, com redundância para situações de falha de GPRS. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços deverão estar com a certificação da ANATEL válida;

O sistema deverá permitir a comunicação de ocorrência de pane ou acidente à locadora, através de código parametrizado no teclado do aparelho;

Deverá ser disponibilizado Manual Simplificado de Operação do sistema em cada veículo, em formato físico, contendo orientações sobre operacionalização e acessibilidade do equipamento instalado no veículo;

Deverá ser disponibilizado vídeo tutorial com as instruções de uso e operação do equipamento embarcado no veículo para divulgação interna, elaborado conforme orientações e parâmetros a serem definidos pela CONTRATANTE, após assinatura do contrato;

Nos casos de pane no sistema de monitoramento/rastreamento a CONTRATADA obriga-se a realizar o atendimento até 08 (oito) horas a contar da abertura do chamado;

Especificações técnicas mínimas da plataforma:

O sistema de rastreamento e gestão da frota a ser fornecido deverá possuir uma solução tecnológica completa, operada obrigatoriamente por meio de plataforma compatível com os principais navegadores existentes (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge), permitindo o controle e a responsabilização pelo uso;

O sistema deverá permitir parametrização de mensagens de alerta para intervenções de manutenções preventivas e corretivas dos veículos e equipamentos;

Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, deverá ser disponibilizado, em plataforma web, um Sistema de B.I. (Business Intelligence), compatível com os principais navegadores existentes (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge), que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo e aos demais requisitos deste Termo de Referência:

- Possuir base cartográfica Google Maps, com possibilidade de visualizar nome de ruas, avenidas e imagens via satélite;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- O Sistema de B.I. deverá estar disponível na assinatura do contrato, porém deve estar totalmente funcional em até 90 (noventa) dias da assinatura da data de Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço. Ficam dispensados da obrigatoriedade de possuir o Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico apenas os veículos provisórios que permanecerem sob a posse do CREA por período inferior a 90 (noventa) dias.
- Possibilitar a realização do traçado do roteiro percorrido por um veículo em um determinado período de tempo;
- Permitir o cadastramento de informações sobre os veículos, a critério da CONTRATANTE;
- Possibilitar a consulta dos dados agrupados de acordo com as informações cadastradas para cada veículo;
- Possibilitar a definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- Coletar o registro de trajeto do veículo, no máximo, a cada 10 (dez) segundos, com a ignição ligada de 60 (sessenta) segundos;
- Permitir que seja armazenado no equipamento instalado no veículo o histórico de posição e velocidade a cada segundo dos últimos 30 (trinta) dias, no mínimo. Estas informações serão solicitadas pela CONTRATANTE, conforme demanda específica;
- Fornecer o status do veículo em tempo real com, no mínimo, as seguintes informações:
 - Número de frota e placa do veículo;
 - Nome do motorista;
 - Data da operação;
 - Quilometragem percorrida do veículo no período;
 - Localização do veículo.
- Disponibilizar histórico do veículo mediante filtro/busca por placa relativo a período de interesse do contratante contendo:
 - Placa do veículo;
 - Registro do início e do fim da operação, com informações de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
 - Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;
 - Realizar a gestão e consulta das multas e notificações envolvendo os veículos da frota;
 - Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:
 - o o planejamento de revisão de garantia, manutenção preventiva e manutenção corretiva,
 - o compreendendo a disponibilidade ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;
 - o os locais e instalações próprias ou de terceiros vinculados à CONTRATADA para execução de todas as manutenções citadas neste item.

Os veículos provisórios estarão dispensados da obrigatoriedade de possuir sistema de monitoramento e dispositivo para passagem em praças de pedágio, excetuando-se aqueles fornecidos em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro. Tal dispensa justifica-se em razão de que referidos veículos permanecerão sob a posse do Crea-MG por período não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

superior a 90 (noventa) dias, circunstância que afasta a necessidade de onerar a Administração com custos adicionais desnecessários.

SUBCONTRATAÇÃO

A vedação, limitação ou condição à Subcontratação está relacionada à prévia anuência da Contratante, e se referem ao objeto principal licitado, qual seja, locação dos veículos, não se aplicando às atividades acessórias, que serão utilizadas, bem como a instalação de qualquer dispositivo correlato no veículo.

A vedação à subcontratação se aplica exclusivamente à locação dos veículos, cuja execução deverá ser realizada diretamente pela contratada, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas previamente pela Contratante. Tal vedação, contudo, não se estende às atividades acessórias, as quais poderão ser subcontratadas mediante anuência prévia e expressa da Contratante. Consideram-se atividades acessórias, para fins desta cláusula, a disponibilização da tecnologia de identificação (aplicativo) e rastreamento dos condutores (plataforma), a integração dos dados fornecidos por esta Autarquia ao sistema da referida plataforma de rastreamento e de gerenciamento de relatórios, bem como a instalação, nos veículos, de quaisquer dispositivos ou mecanismos correlatos ao seu funcionamento e o dispositivo para passagem em praças de pedágio. Ressalta-se que, mesmo na hipótese de subcontratação das referidas atividades acessórias, a contratada permanecerá integralmente responsável pela perfeita execução contratual e pela qualidade dos serviços prestados.

Contudo, a atuação da Contratada não pode se limitar à mera intermediação ou administração do contrato. A Contratada continua sendo a única responsável pela execução do objeto, mesmo com a subcontratação acessória, arcando com todas as responsabilidades e ônus da subcontratação, visto que a relação contratual se dará entre Crea-MG e Contratada, não havendo qualquer responsabilidade direta ou indireta do Crea-MG com a subcontratada.

A Contratada deve manter o total controle de toda a execução contratual, principal e acessória. Sendo assim, a Contratada permanece como responsável legal e contratualmente pela parte subcontratada. Em tempo, toda e qualquer subcontratação deve ser comunicada ao Crea-MG. Ressalto que, conforme o Art. 122, §3º, da Lei 14.133/2021, "Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação."

IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR POR MEIO DE APLICATIVO MOBILE:

Com o objetivo de sanar as falhas recorrentes identificadas no sistema atual de identificação de condutores por meio de cartões RFID, o CREA-MG passa a exigir, no âmbito deste certame, a **substituição desse modelo por uma solução tecnológica completa,**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

integrada e avançada de gestão da frota, operada a identificação por meio de **aplicativo mobile**.

Essa mudança é estratégica para aprimorar a identificação, o controle, a segurança e a eficiência da gestão da frota, visto que o modelo atual apresenta fragilidades, como:

1. **Extravio de cartões RFID** – a perda impede o uso do veículo até a emissão de segunda via, o que, em localidades do interior, pode levar dias e comprometer a fiscalização e demais atividades finalísticas.
2. **Esquecimento de cartões RFID dentro dos veículos** – cartões esquecidos podem ser utilizados por condutores não autorizados, gerando riscos à segurança e à rastreabilidade.
3. **Empréstimo indevido de cartões RFID** – prática que compromete a responsabilização do uso do veículo e fragiliza o controle administrativo.

O aplicativo requerido deverá superar amplamente as funcionalidades limitadas de sistemas baseados apenas em etiquetas RFID, oferecendo:

1. Identificação individualizada e segura do motorista, via login, senha, biometria ou outro meio equivalente;
2. Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios;
3. Integração com sistemas internos do CREA-MG e geração de relatórios gerenciais;
4. Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;
5. Redução de custos operacionais, ao eliminar a necessidade de instalação e manutenção de dispositivos físicos adicionais.

A solução tecnológica deverá ser totalmente funcional desde a entrega dos veículos definitivos e permanecer operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana, com suporte técnico imediato.

Adicionalmente, todos os custos relativos à implementação e operação do sistema de rastreamento e gestão eletrônica da frota serão de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo estar integralmente contemplados no valor unitário mensal por tipo de veículo.

Essa exigência está alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, controle e transparência** previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às finalidades institucionais do CREA-MG, garantindo a otimização dos recursos públicos aplicados.

Por fim, A Administração Pública não se vincula a marcas ou modelos específicos, sendo o certame regido pelos princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

Todavia, com o intuito de facilitar o entendimento técnico do objeto, e considerando o interesse público na contratação de veículos que atendam a padrões mínimos de qualidade, desempenho e conforto, foram utilizadas como base referências de mercado amplamente reconhecidas, conforme autoriza o Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual dispõe:

"A indicação de marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão 'ou equivalente', 'ou similar', ou de 'melhor qualidade'."

Página 97 de 257

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

A empresa participante poderá apresentar veículos com características técnicas equivalentes, desde que comprove, de forma adequada, que os modelos propostos possuem desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com os da marca de referência indicada, nos termos do Acórdão nº 808/2019 – Plenário, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União.

Ademais, considerando que o objeto da contratação trata da locação de veículos, e não da sua aquisição direta junto aos fabricantes, é comum que diversas locadoras já possuam os modelos indicados ou similares em seus catálogos. Ainda, empresas que eventualmente não disponham dos veículos no momento da licitação poderão adquiri-los dentro do prazo estipulado neste Estudo Técnico Preliminar, podendo, inclusive, utilizá-los posteriormente em contratos com outros clientes, o que reforça a viabilidade da ampla concorrência nessa contratação.

Dessa forma, seguem abaixo exemplos meramente ilustrativos de marcas e modelos de veículos que atendem aos requisitos técnicos definidos para os itens da licitação, sem caráter restritivo e com o uso da cláusula "ou equivalente":

Item 01	Volkswagen Polo MPI 1.6 AT	Chevrolet Onix 1.0 Turbo Premier AT	Hyundai HB20 Comfort Plus 1.0 Turbo AT	Fiat Argo Drive 1.3 Firefly Flex CVT
Item 02	BYD Dolphin GS 45 kWh	Peugeot e-208 GT	-	-
Item 03	Toyota Corolla Altis Hybrid Flex	Ford Fusion Hybrid	Volvo S60 T8 R-Design Plug-in Hybrid	Honda Civic HEV EXL 2.0 Hybrid CVT
Item 04	Chevrolet Onix Plus Premier 1.0 Turbo AT	Hyundai HB20S Platinum Plus 1.0 Turbo GDI Flex AT	Virtus Comfort. 200 TSI 1.0 Flex 12V AT	-
Item 05	Fiat Ducato Maxicargo 13m³	Iveco – Daily 35-160	Mercedes-Benz Sprinter 417 CDI	-
Item 06	Peugeot Partner Rapid Business 1.4 Flex	Fiat Fiorino Endurance 1.4. EVO	-	-
Item 07	Hilux STD 4x4 Diesel MT	Ford Ranger Storm 3.2 Diesel 4x4 AT	S10 Advantage 2.8 Turbo Diesel 4x4 MT (CD)	-

DA PROVA DE CONCEITO

Considerando que o aplicativo destinado à identificação do condutor poderá ser objeto de subcontratação pela empresa vencedora, a Prova de Conceito será exigida somente como

Página **98** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

condição prévia à assinatura do contrato. Tal medida visa evitar que a licitante seja onerada com a necessidade de contratar terceiros para essa funcionalidade antes da conclusão de todas as demais etapas do certame, em conformidade com o disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a previsão de testes ou provas de conceito como requisito para a contratação.

A adjudicatária deverá encaminhar para a prova de conceito, ocasião em que será testada a plataforma ofertada, conforme o art. 41, inciso II, da Lei 14.133/21, acesso ao ambiente demonstrativo, por meio de login e senha, bem como apresentar um veículo equipado com as funcionalidades integradas à solução ofertada, de forma a possibilitar a verificação prática das funcionalidades do sistema, bem como um canal de suporte e tira dúvidas para o requisitante do Crea- MG verificar se o mesmo atende aos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e os demais especificados no Termo de Referência.

A prova de conceito consistirá no seguinte:

Será realizado teste de seu sistema de gestão e intermediação da plataforma de relatório e o aplicativo mobile para identificação do condutor, com Login e Senha para acesso, com a possibilidade de simulação de acompanhamento de um veículo, bem como um canal de suporte e tira dúvidas para o requisitante do Crea- MG verificar se o mesmo atende ao Termo de Referência.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **do aplicativo:**

- I. Identificação individualizada e segura do motorista, via login e senha, biometria, reconhecimento facial, escaneando um QR Code ou outro meio equivalente;
- II. Sua disponibilidade em ser realizado o download na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e versões compatíveis com o mercado corporativo.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **da plataforma:**

- I. Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;
- II. Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios; e
- III. Possibilidade de Integração com sistemas internos do CREA-MG;
- IV. Geração de relatórios gerenciais, que contenha:
 - a. Número de frota e placa do veículo;
 - b. Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal);
 - c. data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE Consumo de combustível;
 - d. Distância percorrida por faixa de horário;
 - e. Manutenções realizadas (preventivas e corretivas), incluindo troca de pneus.
 - f. Permitir a consistência de digitação dos coletores de custo, classificando-os como "válido", "inválido" (digitação inconsistente) ou "vencido" (prazo expirado);
 - g. Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- h. Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:
- O planejamento de revisão de garantia, manutenção preventiva e manutenção corretiva, compreendendo a disponibilidade ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;
 - Os locais e instalações próprias ou de terceiros vinculados à CONTRATADA para execução de todas as manutenções citadas neste item.

Informações referentes à contratação da solução por meio de Registro de Preços

1) Intenção de Registro de Preços (IRP): Não será permitida a realização de procedimento público de intenção de registro de preços (IRP), conforme art. 86 da Lei 14.133/2021 e art. 9º do Decreto 11.462/2023. Isso se deve ao fato de que o presente processo foi estruturado com nível de complexidade compatível com as necessidades operacionais deste Conselho, que possui ampla capilaridade no Estado de Minas Gerais, com unidades distribuídas em diversas localidades.

A contratação de locação de veículos com sistema de monitoramento e geração de relatórios envolve, além do fornecimento dos veículos, a implementação e o acompanhamento contínuo de solução tecnológica de controle de uso, o que demanda maior alocação de servidores para as atividades de fiscalização e gestão contratual, especialmente no que se refere à conferência de relatórios, ao acompanhamento de indicadores, ao controle da utilização da frota e à validação das informações prestadas pela contratada.

Trata-se, portanto, de objeto com características específicas às necessidades do CREA-MG, circunstância que restou evidenciada no procedimento anteriormente realizado, no qual não houve manifestação de intenção de registro de preços por parte de outros órgãos ou entidades, indicando a inexistência de demanda externa compatível com as particularidades da contratação.

Ressalte-se, ainda, que a presente republicação do certame decorre de ajustes em aspectos técnicos, sem alteração substancial do escopo, da natureza do objeto ou de suas premissas operacionais, não se verificando modificação relevante capaz de alterar o cenário anteriormente observado ou de ensejar, de forma objetiva, novo interesse de outros órgãos na eventual adesão ao registro de preços. As complexidades e especificidades da contratação, portanto, permanecem essencialmente as mesmas.

Nesse contexto, a reabertura de prazo para Intenção de Registro de Preços (IRP) não se mostra medida adequada sob a ótica da eficiência administrativa, por implicar dilação procedimental sem expectativa concreta de ampliação da vantajosidade da contratação, tampouco de efetiva participação de outros órgãos.

Dessa forma, a opção por prosseguir com o certame sem a reabertura da IRP encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade e celeridade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao privilegiar a adequada gestão dos recursos públicos e a tempestiva satisfação da necessidade administrativa, sem a imposição de etapas procedimentais que não agregariam benefício prático à Administração Pública.

2) Adesão à(s) Ata(s) de Registro de Preços

Página **100** de **257**

Edital de Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica - Bens e serviços comuns / Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra / Obras / Serviços de Engenharia - SRP
Atualização: 17/12/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Será permitida a adesão à(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundas do certame, conforme art. 86, § 2º da Lei 14.133/2021 e art. 31 do Decreto 11.462/2023.

3) Renovação dos quantitativos em caso de prorrogação da(s) Ata(s) de Registro de Preços

Em caso de prorrogação da(s) Ata(s) de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser renovado.

Considerando que o planejamento da contratação foi elaborado com base em estimativas de consumo para o período inicial de 12 (doze) meses. A possibilidade de prorrogação com manutenção do quantitativo total contribui para ampliar a competitividade entre os licitantes, tornando o certame mais atrativo ao fomentar economias de escala e viabilizar a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração. Essa prorrogação deverá observar os requisitos estabelecidos no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e no Enunciado nº 42 da Câmara de Coordenação e Revisão da Consultoria-Geral da União, os quais incluem: (i) a manutenção das condições vantajosas de preço; (ii) a previsão expressa da possibilidade de prorrogação dos quantitativos tanto no edital quanto na Ata; (iii) a previsão dessa possibilidade na fase de planejamento; e (iv) a formalização da prorrogação por meio de termo aditivo firmado dentro da vigência da Ata.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratação do serviço de locação de veículos para o CREA-MG **sem parcelamento** se justifica por diversos fatores técnicos, econômicos e administrativos que garantem maior eficiência e otimização dos recursos da instituição.

Primeiramente, a contratação de um único fornecedor assegura a padronização da frota, o que facilita a gestão, a manutenção e o controle de qualidade dos veículos. Caso a contratação fosse parcelada entre diferentes fornecedores, haveria uma variação nas características dos veículos, o que poderia gerar inconsistências na operação e dificultar a logística do serviço.

Além disso, a contratação única possibilita a obtenção de economia de escala, permitindo melhores condições de negociação e redução de custos administrativos e operacionais. Com a divisão da contratação entre diferentes empresas, os valores por veículo poderiam ser mais altos devido à falta de volume na negociação, onerando os cofres do Conselho.

Outro fator relevante é a facilidade na gestão contratual, já que um único contrato reduz a complexidade administrativa e facilita o acompanhamento dos prazos, pagamentos e obrigações contratuais. A fragmentação do serviço exigiria a gestão de múltiplos contratos, aumentando a burocracia e o risco de descumprimento de cláusulas contratuais.

A decisão de não parcelar a locação também está relacionada à necessidade de atendimento integral às demandas do CREA-MG. O serviço deve garantir disponibilidade imediata dos veículos, manutenção inclusa e suporte técnico eficiente. Dessa forma, a unificação da contratação assegura que essas exigências sejam atendidas de maneira uniforme e contínua.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Por fim, a contratação única minimiza o risco de descontinuidade do serviço, uma vez que a fragmentação da locação poderia gerar lacunas no fornecimento dos veículos, impactando diretamente as atividades institucionais do CREA-MG. Um único fornecedor garante maior estabilidade e previsibilidade na execução do contrato.

Dessa maneira, a decisão de não parcelar a contratação do serviço de locação de veículos para o CREA-MG encontra respaldo em princípios como eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Adicionalmente, essa escolha está alinhada à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que permite a não fragmentação de contratações quando tal medida comprometer a racionalização dos gastos e a efetividade da prestação dos serviços.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratação do serviço de locação de veículos para o CREA-MG tem como objetivo otimizar o uso dos recursos públicos, **garantindo economicidade** e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

1. Economicidade

Redução de custos operacionais: A locação de veículos elimina despesas associadas à aquisição, manutenção, depreciação e seguro da frota própria, proporcionando economia significativa.

Previsibilidade orçamentária: O contrato de locação possibilita maior controle dos gastos, evitando despesas imprevistas com reparos e substituições de veículos.

Economia de escala: A contratação unificada permite negociações mais vantajosas, resultando em valores reduzidos em comparação com a contratação fragmentada.

2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

Foco na atividade-fim: Com a terceirização da frota, os servidores do CREA-MG podem se dedicar exclusivamente às suas funções institucionais, sem a necessidade de alocação de pessoal para gestão de veículos, manutenção e logística de transporte.

Redução de encargos administrativos: A locação elimina a necessidade de equipes internas para gerenciamento da frota, reduzindo demandas com controle de combustível, licenciamento e sinistros.

3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

Eliminação da necessidade de estrutura própria: A não aquisição da frota evita a necessidade de espaços para estacionamento, oficinas mecânicas e estoque de peças.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Veículos sempre atualizados e em bom estado: A locação garante a renovação periódica da frota, evitando a obsolescência e garantindo segurança, eficiência e menor impacto ambiental.

4. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

Uso racional do orçamento: A opção pela locação evita a necessidade de um alto investimento na compra de veículos, permitindo a alocação de recursos em outras áreas estratégicas do CREA-MG.

Manutenção inclusa no contrato: Os custos com reparos, assistência e reposição de veículos são de responsabilidade da empresa contratada, reduzindo gastos imprevistos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 18, §1º, INCISO X DA LEI Nº 14.133/2021)

Antes da celebração do contrato de locação de veículos, a Administração do CREA-MG adotará uma série de providências para garantir a correta execução do serviço, incluindo ações voltadas à capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme estabelece o art. 18, §1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, será realizado um planejamento detalhado do processo contratual, contemplando a definição dos requisitos técnicos e operacionais da locação, como a quantidade e o tipo de veículos necessários para atender às demandas do CREA-MG. Também serão elaborados os instrumentos contratuais, como o termo de referência e o edital, garantindo que a contratação esteja alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Além disso, serão designados formalmente os servidores ou empregados que atuarão na fiscalização e gestão do contrato. Esses profissionais terão atribuições específicas, como o monitoramento do cumprimento das obrigações pela empresa contratada e a verificação da qualidade dos serviços prestados.

Para assegurar que os responsáveis estejam preparados para desempenhar suas funções, a Administração promoverá treinamentos específicos abordando normas de fiscalização e boas práticas de gestão contratual. Durante esses treinamentos, serão tratados temas como monitoramento da execução do serviço, controle da frota locada, procedimentos para registro de não conformidades, aplicação de penalidades e conferência de faturas e pagamentos. Além disso, serão disponibilizados materiais de apoio, como guias e manuais internos, para facilitar o trabalho dos servidores.

A Administração também estruturará os procedimentos de fiscalização do contrato, definindo mecanismos de controle e acompanhamento do serviço prestado. Isso incluirá a elaboração de relatórios periódicos sobre a qualidade dos veículos e do atendimento, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

estabelecimento de indicadores de desempenho da empresa contratada e a implementação de ferramentas digitais para otimizar a gestão da frota locada.

Com essas medidas, o CREA-MG garante que o contrato será executado de forma eficiente e transparente, assegurando a qualidade do serviço prestado e o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, INCISO XI DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratação do serviço de locação de veículos pelo CREA-MG possui correlação direta com outros contratos essenciais para a operação eficiente da frota, sendo necessário considerar essas interdependências no planejamento e execução do contrato. Dentre as contratações correlatas, destacam-se os **contratos de abastecimento de combustível, lavagem de veículos e pagamento de pedágios**, que são fundamentais para garantir a continuidade e a eficácia do serviço.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART. 18, §1º, INCISO XII DA LEI Nº 14.133/2021)

1. Impactos Ambientais Identificados

Emissão de gases poluentes: O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis contribui para a emissão de CO₂ e outros poluentes, impactando a qualidade do ar e intensificando o efeito estufa.

Consumo de combustíveis não renováveis: O abastecimento da frota gera demanda por recursos não sustentáveis, como gasolina e diesel.

Geração de resíduos automotivos: O descarte de óleos lubrificantes, fluidos, pneus, baterias e peças pode causar contaminação do solo e da água, caso não seja realizado corretamente.

Consumo de água e produtos químicos na lavagem de veículos: A limpeza frequente pode gerar desperdício de água e lançamento de resíduos químicos no meio ambiente.

2. Medidas Mitigadoras

Para minimizar esses impactos, o CREA-MG pode incluir no contrato de locação requisitos ambientais que incentivem práticas mais sustentáveis, como:

Preferência por veículos sustentáveis: Priorizar a locação de veículos com menor emissão de poluentes, incluindo modelos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis.

Manutenção regular e preventiva: Garantir que os veículos locados passem por manutenções periódicas para melhor desempenho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Adoção de diretrizes de ecoeficiência: Orientar condutores sobre práticas de condução econômica e sustentável, reduzindo o consumo de combustíveis e o desgaste dos veículos.

Controle no uso de água na lavagem: Exigir que o serviço de lavagem adote, preferencialmente, práticas sustentáveis, como o uso de água de reuso ou sistemas de economia de água.

Gestão de resíduos automotivos: Garantir que pneus, baterias, fluidos e óleos lubrificantes sejam descartados adequadamente por meio de fornecedores certificados.

Uso de tecnologias para otimização de rotas: Implementar sistemas de rastreamento por GPS para reduzir deslocamentos desnecessários e otimizar o consumo de combustível.

3. Logística Reversa e Reciclagem

Embora a locação de veículos não envolva a aquisição de bens duráveis pelo CREA-MG, é fundamental que o contrato inclua exigências para que a empresa locadora adote práticas de logística reversa e descarte adequado dos componentes dos veículos ao final de sua vida útil. Isso inclui:

- Retorno de baterias e pneus para fabricantes ou empresas especializadas em reciclagem;
- Destinação correta de óleos lubrificantes e fluidos automotivos;
- Reutilização e reciclagem de peças substituídas na manutenção.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratação do serviço de locação de veículos pelo CREA-MG se apresenta como a alternativa mais adequada para atender às necessidades institucionais, garantindo mobilidade, eficiência operacional e otimização dos recursos públicos. A locação permite que a Administração tenha acesso a uma frota sempre em boas condições, sem os custos elevados de aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios.

Além disso, a contratação está alinhada aos princípios da economicidade e eficiência, uma vez que possibilita maior previsibilidade orçamentária e flexibilidade para ajustar a frota conforme a demanda. A correlação com contratos de abastecimento de combustível, lavagem de veículos e pagamento de pedágios foi devidamente considerada, garantindo a continuidade das operações sem impactos negativos para a execução dos serviços.

Do ponto de vista ambiental, foram estabelecidas medidas mitigadoras para minimizar impactos, incluindo a possibilidade de priorizar veículos menos poluentes, adoção de práticas sustentáveis na manutenção e limpeza da frota, além da exigência de descarte correto de resíduos automotivos.

A contratação atende, ainda, aos requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, planejamento adequado e responsabilidade na gestão pública. Dessa forma, conclui-se que a locação de veículos é a solução mais eficiente e vantajosa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

para o CREA-MG, assegurando que a necessidade institucional seja plenamente atendida com qualidade e sustentabilidade.

14. APROVAÇÃO E ASSINATURA

Submeto o presente Estudo Técnico Preliminar à aprovação do Gestor Imediato do Setor Requisitante:

Assinatura e identificação do empregado público do Setor Requisitante

Assinatura e identificação do Gestor Imediato do Setor Requisitante

Data: ____/____/____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA
BENS E SERVIÇOS COMUNS
PREGÃO ELETRÔNICO

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei nº 14.133/2021)

- 1.1.** Registro de preços para contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 01			
Item	Descrição	Qtde.	Unidade de medida
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade
2	Veículo tipo hatch elétrico com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade
8	Despesas com pedágio e estacionamento	116	Serviço

- 1.2.** O objeto desta contratação possui padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, sendo enquadrado como serviço comum.
- 1.3.** A contratação em tela originará uma Ata de Registro de Preços, cuja validade será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor Registrado, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.4.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as eventuais demandas serão formalizadas por meio de Contratos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 1.4.1.** As demandas serão formalizadas por meio de Contrato, o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura da primeira Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.1.1.** O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que decorre da necessidade permanente do CREA-MG de fiscalização contínua do exercício e das atividades nas áreas abrangidas pelo sistema Confea/Crea em todos os municípios mineiros.
- 1.4.1.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela Autoridade Competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 1.4.1.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 1.4.1.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.4.1.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 1.4.1.2.4.** Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- 1.4.1.2.5.** Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 1.4.1.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).
- 1.4.1.3.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 1.4.1.4.** Em havendo interesse entre as partes, o prazo de vigência será prorrogado por meio de aditivo contratual.
- 1.4.1.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 1.4.1.6.** O Contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 1.5.** O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP. No entanto, transcreve-se, abaixo, o resumo da descrição da necessidade da contratação:

2.1.1. A contratação de serviço de locação de veículos, em detrimento da aquisição de frota própria, apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração, uma vez que elimina custos com manutenção preventiva e corretiva, bem como despesas com renovação e depreciação de veículos; dispensa a necessidade de estrutura própria e equipe técnica especializada para gestão e manutenção da frota; proporciona flexibilidade, permitindo adequação da quantidade de veículos conforme a demanda operacional; e reduz riscos operacionais, garantindo disponibilidade contínua dos veículos sem ônus adicional para o Conselho;

2.1.2. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) é responsável pela fiscalização de atividades profissionais nas diversas modalidades da engenharia e agronomia, além de atuar no controle, orientação e aprimoramento do exercício dessas profissões. Suas competências legais envolvem a verificação e fiscalização do exercício profissional, conforme determinações das Leis nº 5.194/1966, nº 5.524/1968, nº 4.076/1962, nº 6.664/1979, nº 6.835/1980 e nº 7.410/1985;

2.1.3. Essa diversidade de atividades gera uma demanda por veículos com diferentes características, atualmente atendida pelo contrato de locação de veículos CPS-0047/2023, que tem o fim da sua vigência prevista para 23/04/2026. A continuidade desse modelo contratual é essencial para manter a eficiência operacional do Conselho, garantindo a disponibilidade de veículos adequados às necessidades institucionais;

2.1.4. Diante do exposto, a contratação do serviço de locação de veículos, com a inclusão de sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento, revela-se essencial para a otimização das atividades logísticas e operacionais do CREA-MG, assegurando a continuidade, eficiência e economicidade na execução de suas atividades institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP. No entanto, transcreve-se, abaixo, o resumo da descrição da solução como um todo:

3.1.1. A empresa participante vai poder apresentar veículos com as características técnicas mínimas exigidas, de diferentes marcas/modelos, desde que comprovem adequadamente que os modelos propostos possuem desempenho, qualidade e produtividade conforme as especificidades técnicas mínimas constantes abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

3.1.2. Item 1 – 91 (noventa e um) veículos permanentes tipo hatch com motorização de torque mínimo de 13,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina) e as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Porta-malas com capacidade igual ou superior a 275 (duzentos e setenta e cinco) litros;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar-condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Limpador e desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos no mínimo nos vidros dianteiros com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.

3.1.3. Item 2 – 8 (oito) veículos permanentes tipo hatch elétrico, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Cinco lugares, incluindo o motorista;
- Plotados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Motor elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291 km por carga, torque igual ou superior a 11.5 kgfm.
- Combustível: 100% elétrico;
- Direção com assistência elétrica;
- Cintos de segurança;
- Tapetes de borracha;
- Central multimídia;
- Ar-condicionado;
- Travamento elétrico nas 4 (quatro) portas e alarme;
- Freios ABS;
- Vidros elétricos dianteiros e traseiros;
- Retrovisores com controle elétrico;
- Desembaçador do vidro traseiro.
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não PLUG-IN.

3.1.4. Item 3 – 1 (um) veículo permanente híbrido, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetros;
- 4 (quatro) portas;
- Carro Híbrido;
- Cor prata;
- Cinco lugares incluindo o motorista;
- Comprimento mínimo de 4.500 mm;
- Motorização com no mínimo 1780 cc no motor a combustão e potência mínima de 122cv combinada (motor a combustão + elétrico), podendo utilizar gasolina **ou** etanol como combustível no motor térmico;
- Transmissão automática;
- Ar condicionado digital;
- Mínimo de 6 (seis) air bags (dianteiros e traseiros);
- Tapetes;
- Trava elétrica;
- Rádio AM/FM, com entrada USB;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros com película automotiva;
- Vidros traseiros com desembaçador;
- Retrovisores elétricos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Bancos de couro;
- Freios ABS;
- Sistema de navegação, tipo GPS, integrado ao painel do veículo;
- Ponto de energia de 12V;
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não PLUG-IN.

3.1.5. Item 4 – 10 (dez) veículos permanentes tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina), com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar condicionado;
- Câmbio automático;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

3.1.6. Item 5 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ar condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Direção hidráulica ou elétrica ou híbrida;
- Câmbio automático;
- Ponto de energia de 12V;
- Carga útil mínima de 1.300 (um mil e trezentos) kg.

3.1.7. Item 6 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão utilitário leve, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ar condicionado;
- Air bags frontais (motorista e passageiro);
- Tapetes;
- Trava elétrica;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Ponto de energia de 12V;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Carga útil mínima de 650 kg;
- Compartimento de carga fechado, com capacidade volumétrica mínima de 3,0 m³;

3.1.8. Item 7 – 2 (dois) veículos permanente tipo pick-up cabine dupla 4x4, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor prata ou branco;
- Tração 4x4 com reduzida;
- Cabine dupla com capacidade mínima para 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Motorização a diesel ou flex, com potência mínima de 155 cv e torque igual ou superior a 25,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina);
- Câmbio automático;
- Ar condicionado digital;
- Air bags frontais e laterais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V;
- Caçamba com capacidade mínima de 1.000 litros.

3.2. A Administração Pública não se vincula a marcas ou modelos específicos, sendo o certame regido pelos princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. Todavia, com o intuito de facilitar o entendimento técnico do objeto, e considerando o interesse público na contratação de veículos que atendam a padrões mínimos de qualidade, desempenho e conforto, foram utilizadas como base referências de mercado amplamente reconhecidas, conforme disposto no Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

o qual dispõe: ***"A indicação de marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão 'ou equivalente', 'ou similar', ou de 'melhor qualidade'."***

3.3. SISTEMA DE GESTÃO E RASTREAMENTO ELETRÔNICO DOS VEÍCULOS (SGE):

- 3.3.1.** É responsabilidade da Contratada todo e qualquer pagamento a título da utilização do Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico dos Veículos (SGE). Os custos e despesas em questão deverão compor o "valor unitário mensal por tipo de veículo".
- 3.3.2.** A Contratada deverá submeter o SGE à apreciação do CONTRATANTE, antes do início da prestação dos serviços.
- 3.3.3.** Deverá ser utilizada para localização e controle dos veículos, modem celular digital GPRS, com redundância para situações de falha de GPRS. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços deverão ter a certificação da ANATEL válida.
- 3.3.4.** Nos casos de pane no sistema de monitoramento/rastreamento a Contratada obriga-se a realizar o atendimento em até 08 (oito) horas a contar da abertura do chamado.

3.4. Especificações técnicas mínimas do SGE:

- 3.4.1.** Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, deverá ser disponibilizado, em plataforma web, sistema de B.I. (Business Intelligence), compatível com navegador Google Chrome e Mozilla Firefox ou superior, que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo e aos demais requisitos do Termo de Referência:
 - 3.4.1.1.** Possuir base cartográfica Google Maps, com possibilidade de visualizar nome de ruas, avenidas e imagens via satélite;
 - 3.4.1.2.** Permitir visualizações individuais, parciais e globais de todos os veículos no mapa;
 - 3.4.1.3.** Permitir a criação de pontos de referência personalizados no mapa digital, com possibilidade de listagem dos veículos próximos ou no ponto de referência, em tempo real e em qualquer período anterior a partir do início da operação do SGE;
 - 3.4.1.4.** Possibilitar a realização do traçado do roteiro percorrido com filtro de data;
 - 3.4.1.5.** Permitir o cadastramento de informações sobre os veículos, a critério do CONTRATANTE;
 - 3.4.1.6.** Possibilitar a consulta dos dados agrupados de acordo com as informações cadastradas para cada veículo;
 - 3.4.1.7.** Possibilitar a definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
 - 3.4.1.8.** Coletar o registro de trajeto do veículo, no máximo, a cada 10 (dez) segundos, com a ignição ligada. Quando a ignição estiver



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

desligada os dados poderão ser enviados com intervalo máximo de 60 (sessenta) segundos.

- 3.4.1.9.** Permitir que seja armazenado no equipamento instalado no veículo o histórico de posição e velocidade a cada segundo dos últimos 30 (trinta) dias, no mínimo. Estas informações serão solicitadas pelo CONTRATANTE, conforme demanda específica.
- 3.4.2.** Fornecer o status do veículo em tempo real com, no mínimo, as seguintes informações:
 - 3.4.2.1.** Número de frota e placa do veículo;
 - 3.4.2.2.** Nome do motorista;
 - 3.4.2.3.** Data da operação;
 - 3.4.2.4.** Quilometragem percorrida do veículo no período;
 - 3.4.2.5.** Localização do veículo.
 - 3.4.2.6.** Disponibilizar histórico do veículo mediante filtro/busca por placa relativo a período de interesse do contratante contendo:
 - 3.4.2.6.1.** Placa do veículo;
 - 3.4.2.6.2.** Registro do início e do fim da operação, com informações de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
 - 3.4.2.6.3.** Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;
 - 3.4.2.6.4.** Realizar a gestão e consulta das multas e notificações envolvendo os veículos da frota;
 - 3.4.2.6.5.** Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:
 - 3.4.2.6.5.1.** o planejamento de revisão de garantia, manutenção preventiva e manutenção corretiva,
 - 3.4.2.6.5.2.** compreendendo a disponibilidade ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;
 - 3.4.2.6.5.3.** os locais e instalações próprias ou de terceiros vinculados à Contratada para execução de todas as manutenções citadas neste item.

3.5. Especificação dos Sistema de B.I. (Business Intelligence):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 3.5.1.** O Sistema de B.I. deverá estar disponível na assinatura do contrato, porém deve estar totalmente funcional em até 90 (noventa) dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço. Ficam dispensados da obrigatoriedade de possuir o Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico apenas os veículos provisórios que permanecerem sob a posse do CREA por período inferior a 90 (noventa) dias.
- 3.5.2.** O Sistema de B.I. deverá ser totalmente web, permitindo o acesso ao CONTRATANTE a todas as informações necessárias à gestão da frota.
- 3.5.3.** Deverá ser disponibilizado Manual de operação via web, com todos os parâmetros para utilização do SGE para fins de operação e obtenção de informações.

3.6. Central de Monitoramento:

- 3.6.1.** A empresa prestadora do serviço deverá ter Central de Operações 24h, adequada para o atendimento e suporte.
- 3.6.2.** O acesso à plataforma web deverá ser fornecido em níveis diferenciados aos usuários remotos do CONTRATANTE, sendo esses níveis definidos em conjunto com o CONTRATANTE.
- 3.6.3.** O acesso à base de dados, relatório, telas de operação e mapas do sistema deverá ser disponibilizado a mais de um posto de monitoramento ao mesmo tempo, sendo possível que um determinado veículo possa ser monitorado concomitantemente por mais de um operador.
- 3.6.4.** O Sistema de monitoramento deverá possuir auto verificação para detecção do funcionamento dos equipamentos de rastreamento.
- 3.6.5.** O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive finais de semanas e feriados.
- 3.6.6.** Os softwares dos sistemas, bancos de dados e firewall deverão estar instalados em Data Center profissional, que tenha redundância de operadoras de telecomunicações para garantia do acesso à internet e toda a segurança necessária a esta prestação de serviços.

- 3.7.** Considerando que os sistemas descritos nos itens 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 tratam dados institucionais e, eventualmente, dados pessoais do CREA-MG, a Contratada deverá observar os requisitos técnicos de segurança da informação, garantindo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações. As exigências a seguir visam assegurar a conformidade com as boas práticas de governança, com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e com os princípios da segurança da informação.

- 2.1.1.** A Contratada deverá Realizar cópias de segurança (*backups*), de forma periódica, para garantir a proteção contra perda de dados e facilitar a recuperação em caso de incidentes.
- 2.1.2.** A manutenção da plataforma deverá compreender as atividades regulares de atualização, otimização e correção de falhas identificadas durante o uso, garantindo a continuidade operacional e a segurança dos sistemas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 2.1.3.** A gestão de acesso e uso da plataforma deverá ser baseada em boas práticas de governança e segurança da informação, contemplando:
 - 2.1.3.1.** Controle de acessos com base em níveis de permissão.
 - 2.1.3.2.** Garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas, por meio de logs de acesso.
 - 2.1.3.3.** Caso seja necessário, poderá ser designado um funcionário do CREA-MG com acesso administrativo à plataforma, autorizado a realizar ajustes e configurações conforme as necessidades institucionais e as definições técnicas acordadas entre as partes.
- 2.1.4.** A infraestrutura necessária para a operacionalização da plataforma deverá ser composta, no mínimo, por equipamentos e serviços que assegurem alta disponibilidade, desempenho e segurança. Inclui:
 - 2.1.4.1.** Servidores localizados **no território brasileiro**, para hospedagem da plataforma.
 - 2.1.4.2.** Ferramentas de monitoramento e suporte técnico.
 - 2.1.4.3.** Criptografia de dados, assegurando a confidencialidade e integridade das informações armazenadas.

3.8. Condições de entrega:

- 3.8.1.** Os veículos deverão ser entregues com o SGE já instalado e com o Software de monitoramento totalmente funcional.
- 3.8.2.** O Sistema de B.I. deverá estar disponível na assinatura do contrato, porém deve estar totalmente funcional em até 90 (noventa) dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço. Ficam dispensados da obrigatoriedade de possuir o Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico apenas os veículos provisórios que permanecerem sob a posse do CREA por período inferior a 90 (noventa) dias.

3.9. Especificações técnica para integração via API:

- 3.9.1.** API RESTful compatível com padrões HTTP/JSON
- 3.9.2.** Requisitos de Segurança:
 - 3.9.2.1.** Comunicação via HTTPS com certificado SSL válido;
 - 3.9.2.2.** Autenticação via OAuth2, chave de API ou token.

3.10. Frequência de atualização mínima: Dados atualizados a cada 5 minutos;

- 3.10.1.** Aplicação de Filtro Temporal:
 - 3.10.1.1.** Start date: Data/hora inicial (formato ISO 8601);
 - 3.10.1.2.** End date: Data/hora final (formato ISO 8601);
 - 3.10.1.3.** Capacidade de consultar histórico mínimo de 12 meses.
- 3.10.2.** Paginação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 3.10.2.1.** Parâmetros page (número da página) e per page (itens por página);
- 3.10.2.2.** Suporte a até 10.000 registros por requisição;
- 3.10.2.3.** Resposta deve incluir metadados.
- 3.10.3.** Documentação:
 - 3.10.3.1.** Especificação OpenAPI/Swagger detalhada;
 - 3.10.3.2.** Exemplos de requisições em cURL e Python;
 - 3.10.3.3.** Lista completa de códigos de erro (HTTP Status Codes).
- 3.10.4.** Garantias e SLA:
 - 3.10.4.1.** Disponibilidade mínima de 99% mensal;
 - 3.10.4.2.** Latência máxima de resposta: <2 segundos;
 - 3.10.4.3.** Suporte técnico permanente durante horário comercial.

3.11. INSTALAÇÃO DE SISTEMA PARA PASSAGEM EM PRAÇAS DE PEDÁGIO

- 3.11.1.** O serviço será prestado sem qualquer taxa adicional, quer seja de adesão, instalação, ativação, inatividade e desativação do sistema;
- 3.11.2.** Qualquer substituição do sistema deve ser isenta de ônus para o Contratante;
- 3.11.3.** A Contratada deverá manter site com acesso on-line visando a consulta de extrato de pagamentos, relatórios de utilização, substituição de equipamentos de identificação dos veículos, alteração de senha de acesso e de forma de pagamento.
- 3.11.4.** A modalidade a ser contratada é a pós-paga.
- 3.11.5.** Encaminhar mensalmente a nota fiscal/fatura referente ao serviço utilizado no mês anterior, discriminando, por veículo, todas as passagens realizadas e estacionamentos utilizados, indicando locais, valores, datas e horários relativos a cada cobrança. Nesta nota fiscal/fatura mensal a Contratada não poderá incluir a taxa de manutenção ou mensalidade do equipamento de autocobrança em praças de pedágios e estacionamentos, valores estes que deverão ser absorvidos pela Contratada, ficando o Contratante responsável pelo pagamento apenas das despesas inerentes à utilização.
- 3.11.6.** As TAGS deverão seguir os padrões de qualidade e funcionamento determinados pela ANTT, em especial a Resolução ANTT nº 4.281, de 17 de fevereiro 2014.
- 3.11.7.** A utilização do serviço será conforme demanda do CONTRATANTE.
- 3.11.8.** A Contratada emitirá declaração de correta instalação, com vistas a atender procedimento estabelecido pela ANTT, a fim de integrar ao seu sistema as isenções de pagamento de tarifa de pedágio concedidas ao CONTRATANTE. Tal declaração deverá ser entregue no momento de mobilização da frota.
- 3.11.9.** Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Contratada deverá implantar e operacionalizar,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

junto ao Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento das passagens em pedágios e/ou permanência em estacionamentos conveniados, propiciando ao Contratante, gestão e controle detalhado das informações de forma transparente.

- 3.11.10.** A Contratada deverá disponibilizar o acesso a seu sistema através de cadastramento dos usuários e treinamento.
- 3.11.11.** Durante a execução do contrato, será de responsabilidade da Contratada a aplicação de medidas que inibam ou identifiquem com agilidade e segurança eventuais utilizações não autorizadas.
- 3.11.12.** O site deverá disponibilizar relatórios gerenciais, contendo a base de dados atualizada, que deverão permitir a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações cadastrais e gerenciais:
 - 3.11.12.1.** Cadastro de veículos por marca, modelo, ano de fabricação, chassi, placa e unidade de lotação;
 - 3.11.12.2.** Cadastro de usuários gestores do contrato;
 - 3.11.12.3.** Relatório por veículo, por data, por período e por unidade de lotação;
 - 3.11.12.4.** Relatório de utilização do serviço, tanto passagens em pedágios quanto a permanência em estacionamentos: por veículo, por estabelecimento credenciado, por data, por período, por unidade de lotação;
 - 3.11.12.5.** Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização;
 - 3.11.12.6.** Outras informações de interesse do CONTRATANTE.
- 3.11.13.** Para gastos relativos a pedágios e estacionamentos, projetou-se o valor de **R\$3.828,00 (três mil, oitocentos e vinte e oito reais)** mensais, totalizando **R\$45.936,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais) para 12 (doze) meses**. Esse valor foi calculado com base no contrato de prestação de serviços vigente.
 - 3.11.13.1. Despesa média mensal** com pedágios e estacionamentos para toda a frota do Conselho de R\$3.118,03 (três mil, cento e dezoito reais e três centavos), porém com o acréscimo de unidades do Crea-MG e de demandas, principalmente de fiscalização em diversas localidades, tivemos de aumentar o número de veículos e modelos. Diante do exposto foi realizada uma estimativa mensal para essa nova contratação de **R\$3.828,00 (três mil, oitocentos e vinte e oito reais) mensais**;
 - 3.11.13.2. Despesa anual** estimada para a vigência inicial da **Ata de Registro de Preços** com pedágios e estacionamentos para toda a frota do Conselho de **R\$45.936,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais)**.

3.12. SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 3.12.1.** Com o objetivo de sanar as falhas recorrentes identificadas no sistema atual de identificação de condutores por meio de cartões RFID, o CREA-MG passa a exigir, no âmbito deste certame, a **substituição desse modelo por uma solução tecnológica completa, integrada e avançada de identificação do condutor**, operada por meio de **aplicativo acessível via dispositivos móveis (smartphones) através da Play Store**, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.
- 3.12.2.** O aplicativo requerido deverá superar amplamente as funcionalidades limitadas de sistemas baseados apenas em etiquetas RFID, oferecendo:
- 3.12.2.1.** Identificação individualizada e segura do motorista, via login, senha, biometria ou outro meio equivalente;
 - 3.12.2.2.** Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios;
 - 3.12.2.3.** Integração com sistemas internos do CREA-MG e geração de relatórios gerenciais;
 - 3.12.2.4.** Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;
 - 3.12.2.5.** Redução de custos operacionais, ao eliminar a necessidade de instalação e manutenção de dispositivos físicos adicionais.
 - 3.12.2.6.** A solução tecnológica deverá ser totalmente funcional desde a entrega dos veículos e permanecer operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana, com suporte técnico imediato.
 - 3.12.2.7.** Adicionalmente, todos os custos relativos à implementação e operação do sistema de rastreamento e gestão eletrônica da frota serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, devendo estar integralmente contemplados no valor unitário mensal por tipo de veículo.
- 3.12.3.** Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:
- 3.12.3.1.** Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.
 - 3.12.3.2.** Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.
 - 3.12.3.3.** O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

3.12.3.4. O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.

3.12.3.4.1. Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o Conselho conseguirá reforçar a accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.

3.12.3.5. O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora, encaminhado para a Contratada, e será mantido no histórico. Uma vez aceite, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os Licitantes deverão atender:

4.1.1.1.1. aos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental estabelecidos pelo Parecer nº 00001/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 00525/2021/GAB/CGU/AGU (NUP: 00688.000723/2019-45), bem como as demais determinações legais aplicadas aos serviços a serem contratados;

4.1.1.1.2. às regras da versão atualizada do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, sempre que aplicável. Quando não for possível à Licitante aplicar os critérios de sustentabilidade dispostos no referido Guia, deverão observar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental estabelecidos no:

4.1.1.1.2.1. Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, nos critérios que lhes são cabíveis;

Página 144 de 257



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

4.1.1.1.2.2. Art. 6º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos:

Item 01	Volkswagen Polo MPI 1.6 AT	Chevrolet Onix 1.0 Turbo Premier AT	Hyundai HB20 Comfort Plus 1.0 Turbo AT	Fiat Argo Drive 1.3 Firefly Flex CVT
Item 02	BYD Dolphin GS 45 kWh	Peugeot e-208 GT	-	-
Item 03	Toyota Corolla Altis Hybrid Flex	Ford Fusion Hybrid	Volvo S60 T8 R-Design Plug-in Hybrid	Honda Civic HEV EXL 2.0 Hybrid CVT
Item 04	Chevrolet Onix Plus Premier 1.0 Turbo AT	Hyundai HB20S Platinum Plus 1.0 Turbo GDI Flex AT	Virtus Comfort. 200 TSI 1.0 Flex 12V AT	
Item 05	Fiat Ducato Maxicargo 13m³	Iveco – Daily 35-160	Mercedes-Benz Sprinter 417 CDI	-
Item 06	Peugeot Partner Rapid Business 1.4 Flex	Fiat Fiorino Endurance 1.4 EVO	-	-
Item 07	Hilux STD 4x4 Diesel MT	Ford Ranger Storm 3.2 Diesel 4x4 AT	S10 Advantage 2.8 Turbo Diesel 4x4 MT (CD)	-

4.1.2.2. As justificativas para indicação das referidas marcas estão contidas no Estudo Técnico Preliminar e seguem transcritas abaixo:

4.1.2.2.1. a Administração Pública não se vincula a marcas ou modelos específicos, sendo o certame regido pelos princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. Todavia, com o intuito de facilitar o entendimento técnico do objeto, e considerando o interesse público na contratação de veículos que atendam a padrões mínimos de qualidade, desempenho e conforto, foram utilizadas como base referências de mercado amplamente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

reconhecidas, conforme autoriza o Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual dispõe: "A indicação de marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão 'ou equivalente', 'ou similar', ou de 'melhor qualidade'.";

4.1.2.2.2. a empresa participante poderá apresentar veículos com características técnicas equivalentes, desde que comprove, de forma adequada, que os modelos propostos possuem desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com os da marca de referência indicada, nos termos do Acórdão nº 808/2019 – Plenário, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União;

4.1.2.2.3. ademais, considerando que o objeto da contratação trata da locação de veículos, e não da sua aquisição direta junto aos fabricantes, é comum que diversas locadoras já possuam os modelos indicados ou similares em seus catálogos. Ainda, empresas que eventualmente não disponham dos veículos no momento da licitação poderão adquiri-los dentro do prazo estipulado neste Estudo Técnico Preliminar, podendo, inclusive, utilizá-los posteriormente em contratos com outros clientes, o que reforça a viabilidade da ampla concorrência nessa contratação.

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste em:

4.2.1.1. O fornecimento dos veículos, por meio de locação, conforme os requisitos constantes neste Termo de Referência;

4.2.1.2. O gerenciamento dos veículos quanto a sua manutenção, seguro e demais despesas correlatas ao uso do veículo;

4.2.1.3. A gestão da conformidade da plataforma e aplicativo diante das diretrizes explicitadas neste documento.

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1. a plataforma de gerenciamento e o aplicativo de identificação do condutor com todos os requisitos constantes neste Termo de Referência;

4.2.2.2. a integração dos dados fornecidos por esta autarquia com o sistema da plataforma e o aplicativo;

4.2.2.3. a instalação de qualquer mecanismo correlato à plataforma e o aplicativo no veículo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.2.2.4.** o dispositivo para passagem em praças de pedágio.
- 4.2.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.2.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.3.** Garantia de execução:
- 4.3.1.** Será exigida a garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 4.3.2.** Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput do artigo 98 da Lei 14.133/2021.
- 4.3.3.** A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução:
- 4.3.3.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 4.3.3.2.** fiança bancária;
- 4.3.3.3.** seguro-garantia;
- 4.3.3.4.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 4.3.4.** Caso utilizada a caução em dinheiro, a garantia deverá ser efetuada em favor do Contratante, por meio de pagamento de boleto bancário a ser gerado pelo CREA-MG, e o valor a ser devolvido após o término do Contrato será corrigido pelo índice da poupança.
- 4.3.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 4.3.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.3.6.1.** É irregular a aceitação de cartas de fiança fidejussória, de natureza não bancária, como garantia de contrato administrativo, uma vez que não correspondem ao instrumento de fiança bancária (art. 96, § 1º, inciso III da Lei 14.133/2021), emitida por banco ou instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil. (Acórdão 1912/2024 Plenário)
- 4.3.7.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e por 90 (noventa) dias após o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 4.3.8.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.3.9.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **4.3.13**, observada a legislação que rege a matéria.
- 4.3.10.** Nos Contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3.11.** A garantia de execução nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, devendo apresentar o comprovante da prestação da garantia dentro deste prazo.
- 4.3.12.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a Adjudicatária deverá fazê-lo previamente à assinatura do Contrato, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, conforme art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 4.3.13.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 4.3.13.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.3.13.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
 - 4.3.13.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 4.3.14.** No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia de execução deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 4.3.15.** No caso de prorrogação da vigência do Contrato, a garantia deverá ser renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.3.16.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.3.16.1.** O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
 - 4.3.16.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 4.3.17.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CREA-MG recorrerá à garantia de execução citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela Contratada, com o intuito de reparar tais danos. A Contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia de execução no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua notificação.
- 4.3.18.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.19.** No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, a garantia de execução será executada para ressarcimento ao CREA-MG dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se, ainda, a Contratada a outras penalidades.
 - 4.3.19.1.** A garantia de execução prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice da poupança.
- 4.3.20.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- 4.3.21.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 4.3.22.** A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.
- 4.3.23.** A garantia de execução é independente da garantia legal e de eventual garantia contratual do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 4.4.** Procedimentos de transição e finalização contratual:
 - 4.4.1.** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
 - 4.4.1.1.** É um dever do contratado "eliminar completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes" em até 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato ou a ausência de necessidade de utilização dos dados, salvo exceções legais.
 - 4.4.1.2.** O CREA-MG deve ser informado sobre a eliminação e pode solicitar a colaboração na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.5.** O Sistema/plataforma web será o ambiente central de controle da frota, com funcionalidades voltadas à **gestão, acompanhamento de telemetria, análise de dados operacionais e administrativos**. A solução deverá ter alta disponibilidade sistêmica (mínimo 99,5% disponível por dia) e interface moderna e responsiva.
- 4.5.1.** Além da disponibilização para consulta via web, o B.I. deverá enviar semanalmente, via e-mail a ser informado após a assinatura do contrato, os relatórios abaixo relacionados:
- 4.5.1.1. Relatório por motorista:** Distância percorrida por motorista, com registro do início e do fim do deslocamento (hodômetro inicial e final), data e hora; Horários e utilização do veículo dentro e fora do expediente por motorista.
- 4.5.1.2. Relatório por Veículo:** Distância percorrida por veículo, com registro do início e do fim do deslocamento (hodômetro inicial e final), data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE; Distância percorrida por faixa de horário.
- 4.5.2.** Além das informações descritas nos relatórios previstos nos itens acima, devem ser disponibilizados para consulta online todas as informações e funcionalidades descritas acima e seus subitens, incluindo:
- 4.5.2.1.** Traçado do roteiro percorrido;
- 4.5.2.2.** Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
- 4.5.3.** Todos os dados gerados deverão estar disponíveis em plataforma web e em arquivo (em formatos “.txt”, “.xlsx”, “.csv” ou semelhante, com leiaute definido em conjunto com o CONTRATANTE), que permita a tabulação dos dados a critério do CONTRATANTE.
- 4.5.4. Funcionalidades e módulos da plataforma web:**
- 4.5.4.1.** Monitoramento em tempo real da frota: Visualização da posição atual de todos os veículos em mapa digital, com atualização contínua de localização, velocidade, ignição, tempo de parada e status de rede. Os veículos deverão ter dispositivos embarcados com conectividade GPRS (mínimo 2G/4G) e redundância de rede, homologados pela ANATEL.
- 4.5.4.2.** Consulta ao histórico de rotas e eventos críticos: Acesso completo ao histórico de deslocamentos, com visualização de eventos como desvios de rota, acelerações excessivas e entradas em áreas restritas, do traçado do roteiro percorrido, com filtro de data.
- 4.5.4.3.** Gestão de manutenções preventivas e corretivas: Módulo para controle de revisões por tempo ou quilometragem, com alertas automáticos e status atualizado (em dia, próximo do vencimento ou vencido), além de histórico detalhado por veículo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.5.4.4.** Gestão financeira e faturas: Consulta e controle de faturas por período, veículo ou status de pagamento (em aberto, paga, vencida), com exportação de dados e integração com relatórios gerenciais.
 - 4.5.4.5.** Gestão documental da frota: Repositório digital centralizado com documentos obrigatórios (como CRLV, seguros, laudos), contendo alertas por data de vencimento e acesso segmentado por perfil de usuário.
 - 4.5.4.6.** Relatórios gerenciais e dashboards analíticos: Geração de relatórios customizados com indicadores operacionais, ambientais e financeiros, além de painéis interativos para tomada de decisão com base em dados consolidados.
 - 4.5.4.7.** Consulta à identificação dos condutores por viagem: Autenticação do condutor no início da utilização do veículo, estabelecendo vínculo automático e inviolável entre o motorista e o evento, assegurando total rastreabilidade e controle de responsabilidade. O logout somente ocorrerá por iniciativa do próprio condutor, como, por exemplo, ao final do expediente, quando o veículo for recolhido às dependências de uma unidade do Crea-MG ou a garagem locada pela autarquia.
 - 4.5.4.8.** Relatórios periódicos de utilização e custos para controle da Administração;
 - 4.5.4.9.** Atendimento de demandas operacionais e administrativas do CREA-MG;
 - 4.5.4.10.** Importante: a plataforma web é voltada exclusivamente a usuários com perfil gerencial ou técnico. Ela integra dados dos veículos e dos condutores autenticados via aplicativo mobile, permitindo visão estratégica e governança da frota.
 - 4.5.4.11.** O sistema de dados deverá ser armazenado em cloud (nuvem) ou hardware localizado no Brasil.
- 4.5.5.** O aplicativo mobile será utilizado exclusivamente pelos condutores da frota para garantir a identificação eletrônica/digital individual no início de cada uso do veículo. Seu objetivo é assegurar a verificação/credenciamento de identidade, rastreabilidade, responsabilidade e controle sobre o condutor de cada veículo no momento de sua utilização.
- 4.5.5.1.** Sendo uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.
 - 4.5.5.2.** Funcionalidades e requisitos mínimos do aplicativo mobile referente a identificação do condutor:
 - 4.5.5.2.1.** Disponibilidade na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e constantemente atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e compatibilidade com versões voltadas ao mercado corporativo. Tal exigência fundamenta-se no fato de que, em decorrência da contratação realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 0004/2022, originária do Pregão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Eletrônico nº 018/2022, o CREA-MG adquiriu diversos smartphones com sistema operacional Android para uso dos fiscais e de outros servidores que também poderão atuar como condutores. Assim, em observância aos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, impõe-se que o aplicativo esteja disponível na plataforma compatível com os equipamentos já existentes, garantindo o aproveitamento eficiente dos recursos públicos.

4.5.5.2.2. Identificação/credenciamento do condutor por QR Code e/ou credenciais:

4.5.5.2.2.1. O condutor poderá realizar sua identificação de duas formas:

- a) Escaneando um QR Code fixado no interior do veículo;
- b) Realizando login com credenciais pessoais (usuário e senha vinculados ao sistema, digital, reconhecimento facial ou tecnologia similar).

4.5.5.2.3. Obrigatoriedade de autenticação para uso do veículo: O sistema deverá informar caso ocorra qualquer início de jornada sem identificação válida e registrada, para que toda viagem tenha um condutor vinculado formalmente.

4.5.5.2.4. **A funcionalidade do veículo NÃO PODERÁ sofrer nenhum bloqueio durante seu uso para a segurança do condutor;**

4.5.5.2.5. Associação automática da viagem ao condutor identificado: Uma vez credenciado/autenticado, todo deslocamento, evento ou infração será registrado automaticamente em nome do condutor logado no aplicativo

4.5.6. O aplicativo mobile é uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.

4.5.7. Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:

4.5.7.1. Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.

4.5.7.2. Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.

4.5.7.3. O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.5.7.4.** O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.
- 4.5.7.5.** O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora encaminhado para a Contratada, e será mantido no histórico. Uma vez aceite, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.
- 4.5.8.** Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o CREA-MG conseguirá reforçar a accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.

5. VISITA TÉCNICA

- 5.1.** Não há a necessidade de realização de Visita Técnica para esta contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1.** O regime de execução da contratação será o de empreitada por preço unitário.
- 6.2.** Os serviços deverão ser prestados diariamente, sendo solicitados sob demanda, conforme a necessidade do CREA-MG, devendo ser iniciados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura das Autorizações de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço a serem emitidas durante a vigência contratual.
- 6.3.** Caso não seja possível a execução do serviço até a data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.4.** Os serviços serão prestados nas seguintes cidades:

1	Alfenas	31	Guaxupé	61	Paracatu
2	Almenara	32	Ibirité	62	Passos
3	Andradas	33	Ipatinga	63	Patos de Minas
4	Araçuaí	34	Itabira	64	Patrocínio
5	Araguari	35	Itabirito	65	Pedro Leopoldo
6	Araxá	36	Itajubá	66	Pirapora
7	Arcos	37	Itaúna	67	Poços de Caldas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

8	Barão de Cocais	38	Ituiutaba	68	Ponte Nova
9	Barbacena	39	Iturama	69	Pouso Alegre
10	Belo Horizonte	40	Janaúba	70	Salinas
11	Betim	41	Januária	71	Santa Luzia
12	Boa Esperança	42	João Monlevade	72	Sta. Rita do Sapucaí
13	Bom Despacho	43	João Pinheiro	73	São Gotardo
14	Caeté	44	Juiz de Fora	74	São João Del Rei
15	Capelinha	45	Lavras	75	São Lourenço
16	Carandaí	46	Machado	76	S. Sebastião Paraíso
17	Carangola	47	Manhuaçu	77	Sete Lagoas
18	Caratinga	48	Mantena	78	Teófilo Otoni
19	Cássia	49	Minas Novas	79	Três Corações
20	Cataguases	50	Monte Carmelo	80	Três Pontas
21	Centro de Documentação	51	Montes Claros	81	Turmalina
22	Congonhas	52	Muriae	82	Ubá
23	Conselheiro Lafaiete	53	Muzambinho	83	Uberaba
24	Contagem	54	Nanuque	84	Uberlândia
25	Curvelo	55	Nova Lima	85	Unaí
26	Diamantina	56	Nova Serrana	86	Varginha
27	Divinópolis	57	Oliveira	87	Viçosa
28	Frutal	58	Ouro Branco	-	-
29	Gov. Valadares	59	Ouro Preto	-	-
30	Guanhães	60	Pará de Minas	-	-

6.4.1. Caso seja inaugurada alguma unidade do Crea-MG após a assinatura deste documento, esta contratação também deverá contemplá-la.

6.5. Os serviços serão prestados 24 horas por dia.

6.6. A execução contratual observará os métodos, rotinas, tecnologias, procedimentos e frequência de execução do trabalho descritos abaixo:

6.6.1. Os serviços deverão ser iniciados em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviços, por meio da entrega dos veículos.

6.6.1.1. Na impossibilidade de entrega em até 30 (trinta) dias dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos), deverão ser entregues veículos provisórios, com quilometragem máxima de 30.000 (trinta mil) quilômetros, que deverão atender às condições mínimas operacionais especificadas no Termo de Referência, permitindo o início imediato da prestação do serviço. A entrega dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos) deverá ser realizada em até 90 (noventa) dias contados,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

também, da assinatura das Autorizações de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço.

- 6.6.1.2.** Quando da entrega dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos), será emitido um termo de recebimento para registrar a data de entrega dos mesmos. Tal termo servirá como marco para contagem dos 2 (dois) anos de uso dos veículos para fins de troca da frota, conforme especificado no item 6.6.2 abaixo.
- 6.6.1.3.** Os veículos provisórios estarão dispensados da obrigatoriedade de possuir sistema de monitoramento e dispositivo para passagem em praças de pedágio, excetuando-se aqueles fornecidos em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro. Tal dispensa justifica-se em razão de que referidos veículos permanecerão sob a posse do Crea-MG por período não superior a 90 (noventa) dias, circunstância que afasta a necessidade de onerar a Administração com custos adicionais desnecessários.
- 6.6.1.4.** O ano do modelo dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos) deve ser a última versão lançada no mercado na efetiva entrega do veículo, e o ano de fabricação deve ser, no máximo, 01 (um) ano anterior ao ano do modelo.
- 6.6.2.** Os veículos da frota que completarem 2 (dois) anos desde a efetiva entrega ao Crea-MG deverão ser substituídos por novos veículos definitivos, 0 (zero) quilômetro, com todos os equipamentos e tecnologias exigidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência (inclusive o sistema de identificação através de aplicativo mobile), e deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após os veículos terem completado 2 (dois) anos de uso.
 - 6.6.2.1.** O Crea-MG comunicará à Contratada sobre a necessidade de troca dos veículos com 90 (noventa) dias de antecedência ao prazo em que os veículos completarão 2 (dois) anos de uso.
 - 6.6.2.2.** Ressalta-se que, na hipótese de celebração de termo aditivo para prorrogação de prazo dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, caso, na data de sua assinatura, ainda existam veículos que não tenham completado 2 (dois) anos desde a efetiva entrega, estes poderão permanecer sob a posse do Crea-MG, sendo sua renovação efetuada apenas após o atingimento do referido prazo.
- 6.6.3.** Os veículos contratados deverão estar disponíveis para entrega em todas as cidades onde o Crea-MG mantém unidades operacionais, incluindo suas sedes regionais, inspetorias e escritórios de representação. Inicialmente, essas cidades são as mencionadas no item 6.4 acima, porém o CREA-MG poderá mudar ou inaugurar novas inspetorias durante a vigência dos contratos.
 - 6.6.3.1.** Caso sejam inauguradas novas unidades no Estado de Minas Gerais, durante a vigência contratual, a Contratada será formalmente notificada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a inauguração, a fim de que possa viabilizar a prestação dos serviços na nova localidade,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

garantindo padrão de qualidade e desempenho técnico igual ou superior ao atualmente ofertado.

- 6.6.4.** Todos os veículos, inclusive os provisórios, só poderão ser entregues ao CREA-MG com o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV vigente. Os veículos devem estar registrados e licenciados em nome da Contratada, sendo esta a legítima proprietária dos veículos, tendo o CRLV em seu CNPJ. A relação contratual estabelecida é entre o CREA-MG e a Contratada. Desta forma os veículos deverão estar no nome da empresa que assinará o contrato. Os veículos podem ser emplacados em qualquer localidade do país.
- 6.6.5.** Os veículos deverão ser entregues ao CREA-MG com todos os itens obrigatórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito, tais como estepes, triângulos, macacos e quaisquer outros.
- 6.6.5.1.** As chaves reservas dos veículos deverão ser entregues ao CREA-MG juntamente com os veículos.
- 6.6.6.** A falta de determinado veículo para locação não desobriga a Contratada de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um veículo de qualidade superior (upgrade), mantendo o mesmo preço previsto para o item do veículo solicitado inicialmente.
- 6.6.7.** A empresa Contratada deverá apresentar ao Crea-MG lista com o nome e contato dos responsáveis para acionamento em caso de problemas ocasionados por falhas técnicas, segurança e dúvidas operacionais.
- 6.6.8.** A prestação de serviços se dará mediante a disponibilização de veículos sem condutor, de acordo com as quantidades, especificações técnicas e condições expressas neste Termo de Referência.
- 6.6.9.** A Contratada deverá disponibilizar número(s) telefônico(s) com plantão funcionando 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, e através de mensagens de texto e/ou pela plataforma/aplicativo, para que o condutor possa entrar em contato com a mesma.
- 6.6.10.** Para o faturamento mensal, a Contratada deverá enviar, para o e-mail informado após a assinatura do contrato, relatório contendo as placas de todos os veículos locados e o período da locação, sejam eles titulares ou reserva, e seus respectivos valores, para conferência do Crea-MG.
- 6.6.11.** O faturamento deverá ter a discriminação separada dos valores de gestão da frota (custos fixos) dos valores consumíveis (custos variáveis – despesas com pedágios e estacionamento) a serem ressarcidos.
- 6.6.12. PLOTAGEM (ADESIVAGEM) E IMANTAGEM:**
- 6.6.12.1.** Será determinado e identificado pelo Crea-MG quais veículos deverão ser adesivados e/ou imantados.
- 6.6.12.2.** O Crea-MG irá fornecer tão somente as especificações básicas, a arte e os quantitativos, por veículos, das imagens da plotagem, cabendo à Contratada todo o custo com o desenvolvimento e dimensionamento das mesmas de acordo com os modelos de veículos fornecidos, bem como a aplicação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

destas nos veículos nas dimensões e materiais especificados pelo Crea-MG.

- 6.6.12.3.** As artes para confecção da plotagem e imantagem dos veículos serão entregues na assinatura do contrato, adaptadas e dimensionadas em conformidade com os veículos ofertados, bem como com as especificações do Código de Comunicação Visual vigentes naquela ocasião.
- 6.6.12.4.** Nos casos em que as avarias ocorridas com um veículo causem danos à plotagem, o veículo só poderá ser devolvido ao CREA-MG depois de consertado se a plotagem tiver sido refeita.
- 6.6.12.5.** Os veículos provisórios não precisam ser plotados, excetuado aqueles em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro, uma vez que ficarão na posse do Crea-MG pelo prazo de 90 (noventa) dias, evita-se assim a descaracterização da frota e a imagem fiscalizatória do Crea-MG, uma vez que trata-se da atividade fim do Conselho.

6.6.13. VEÍCULOS RESERVA:

- 6.6.13.1.** Consideramos como veículos reservas aqueles que serão disponibilizados a título de temporariedade em detrimento de ocorrências com o veículo da frota, dentro de um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da solicitação formal via e-mail. Os veículos devem ser entregues nas mesmas condições e características dos veículos titulares. O veículo provisório deverá ser entregue ao condutor no endereço indicado por ele.
- 6.6.13.2.** A Contratada deverá disponibilizar um veículo reserva em caso de avaria ou sinistro.
- 6.6.13.3.** O limite de rodagem para os veículos reservas será de no máximo 30.000 (trinta mil) quilômetros rodados.
- 6.6.13.4.** Caso seja decretada perda total do veículo avariado/sinistrado, a Contratada terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do comunicado oficial da seguradora sobre a decisão para entregar ao CREA-MG um veículo 0 (zero) quilômetro da mesma marca, modelo e características do veículo avariado/sinistrado, incluindo plotagem, se houver
- 6.6.13.5.** Para a categoria de carros elétricos não será obrigatória a substituição por um modelo elétrico e semelhante. Neste caso, serão aceitos veículos automáticos na categoria hatch, conforme especificação do Item 01.
- 6.6.13.6.** Os veículos reservas não necessitam ser plotados (adesivados).
- 6.6.13.7.** Em caso de manutenção, avarias ou sinistros, os veículos reservas deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado. Os novos veículos que venham a substituir veículos com perda total também deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

6.6.14. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS:

- 6.6.14.1.** Em Belo Horizonte, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados obrigatoriamente no próprio município. Para as demais localidades, admite-se a execução em cidade próxima, desde que assegurado o pleno atendimento às necessidades do Crea-MG, conforme tabela na cláusula 6.4.
- 6.6.14.1.1.** Caso sejam inauguradas novas unidades, no Estado de Minas Gerais, durante a vigência contratual, a Contratada será formalmente notificada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a inauguração, a fim de que possa viabilizar a prestação dos serviços na nova localidade ou nas cidades próximas, garantindo padrão de qualidade e desempenho técnico igual ou superior ao atualmente ofertado.
- 6.6.14.2.** Em caso de manutenção, avarias ou sinistros, os veículos provisórios deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado. Os novos veículos que venham a substituir veículos com perda total também deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado.
- 6.6.14.3.** Os veículos serão devolvidos nas cidades onde os mesmos estiverem lotados. Inicialmente, essas cidades são as mencionadas no item 6.4 acima, porém o CREA-MG poderá mudar ou criar novas inspetorias durante a vigência do contrato.
- 6.6.14.4.** No ato da entrega dos veículos, a Contratada deverá apresentar um cronograma de manutenções preventivas, de acordo as especificações dos fabricantes dos veículos, para que os condutores possam solicitar o agendamento dessas revisões em tempo hábil.
- 6.6.14.5.** Os condutores, identificando a necessidade da realização de manutenções preventivas dos veículos de acordo com o cronograma de manutenções preventivas, ou de manutenções corretivas, quando necessário, entrarão em contato com a Contratada para o agendamento dos serviços. O prazo para que a Contratada dê um retorno ao condutor informando o local, dia e horário em que ocorrerá a manutenção é de no máximo 4 (quatro) horas após a solicitação. O retorno se dará por e-mail e/ou telefone.
- 6.6.14.6.** A Contratada, por sua conta, deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, e realizar as revisões necessárias, bem como as manutenções preventivas e corretivas que compreendem, inclusive, serviços mecânicos, elétricos, troca de óleo e filtro, pneus, vidros e retrovisores, correias, fluidos, peças e outros serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento dos veículos. Tais despesas são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não gerando quaisquer ônus para a CREA-MG.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.6.14.7.** Apenas para a cidade de Belo Horizonte, a Contratada deverá disponibilizar o serviço de leva e traz para retirada e devolução dos veículos quando houver manutenções marcadas e em outras situações que surgirem em virtude da necessidade do CREA-MG.

6.6.15. EVENTUAIS INFRAÇÕES

- 6.6.15.1.** As Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados deverão ser encaminhadas à Sede do CREA-MG, situada na Avenida Álvares Cabral nº 1.600, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, pessoalmente (ou por e-mails indicados, caso a Contratada opte por esse meio de comunicação), para que o CREA-MG as envie aos condutores infratores para identificação, pagamento e/ou interposição de recurso, de acordo com o caso.
- 6.6.15.2.** Caso a Contratada não envie para o CREA-MG a Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, onde consta a Ficha para Identificação do Condutor Infrator (F.I.C.I), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do prazo limite para identificação, o pagamento da multa por NÃO IDENTIFICAÇÃO será de responsabilidade da Contratada.
- 6.6.15.3.** Caso a Contratada não envie para o CREA-MG a Notificação de Penalidade de Multa de Trânsito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de seu vencimento, a fim de proporcionar o benefício do desconto concedido pelo órgão de trânsito, a Contratada será responsável pelo reembolso ao condutor do valor equivalente ao desconto concedido pelo órgão.
- 6.6.15.4.** Caso algum veículo da Contratada seja clonado durante o período de locação e ocorra alguma infração de trânsito referente a este veículo, o CREAMG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à Contratada efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema. O CREA-MG se reserva ao direito de solicitar a troca do veículo clonado.
- 6.6.15.5.** Caso a Contratada opte por enviar as notificações por e-mail, o CREA-MG não se responsabilizará por mensagens não recebidas.
- 6.6.15.6.** Caso algum veículo da Contratada receba alguma infração de trânsito, onde comprovada a responsabilidade da falta cometida pela Contratada, o CREA-MG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à Contratada efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema.
- 6.6.15.7.** A Contratada deverá encaminhar ao CREA-MG as Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados para que possa ser exercido o Direito do Contraditório e Ampla Defesa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

pelo Condutor, para que possa exercer, ainda, a identificação do condutor infrator e a realização do pagamento com o desconto concedido. Conforme pontuado nas condições pontas acima, a Contratada arcará com as multas e não haverá ressarcimento a pelo Contratante. O Contratante arcará com o pagamento das multas, caso a Contratada atender aos requisitos postos. As multas quitadas pela Contratada de forma antecipada serão por conta e risco, não havendo ressarcimento pelo Contratante, uma vez que é devido ao Condutor todo o procedimento de defesa, identificação e pagamento com desconto. Em tempo, o CREA-MG analisará ocorrência de condutor em procedimento interno, conforme a legislação (sindicância ou procedimento administrativo disciplinar – PAD), de forma discricionária e apartada da relação CREA-MG x Contratada, reportando à Contratada caso resulte em ressarcimento.

6.6.16. ABASTECIMENTO

6.6.16.1. O abastecimento dos veículos será de responsabilidade do CREA-MG, contudo todos (inclusive os provisórios) deverão ser entregues com o tanque cheio e serão devolvidos da mesma forma, com o mesmo combustível.

6.6.17. PRAZO PARA SERVIÇO DE RASTREAMENTO

6.6.17.1. A disponibilização do serviço de rastreamento deverá ocorrer junto da entrega do primeiro veículo.

7. ESPECIFICAÇÃO DO PRAZO TOTAL DA GARANTIA (LEGAL E CONTRATUAL) EXIGIDA (art. 40, §1º, inciso III, e art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)
--

7.1. O prazo de garantia legal dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do Contratante tem como base as seguintes características:

8.1.1. A Contratada deverá providenciar seguro total dos veículos com empresa seguradora vinculada à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com as seguintes condições de cobertura total, por evento, para os casos de roubo, furto, incêndio, enchente ou colisão.

8.1.1.1. A cobertura de danos materiais e pessoais dos ocupantes e de terceiros, deve abranger:

8.1.1.1.1. Assistência 24 (vinte e quatro) horas, que compreenda socorro mecânico, remoção e guinchamento do veículo; Cobertura de danos

Página **138** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- materiais, em favor de terceiros, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 8.1.1.1.2.** Cobertura de danos pessoais (corporais), em favor de terceiros, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 8.1.1.1.3.** cobertura de danos pessoais (corporais), em favor dos ocupantes, de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 8.1.1.2.** O pagamento da franquia e das demais despesas do seguro será sempre de responsabilidade da Contratada, independentemente do ocorrido.
- 8.1.1.3.** O valor do casco será o valor da tabela FIPE.
- 8.1.1.4.** A Contratada deverá fornecer cópia da apólice de seguro em no máximo 30 (trinta) dias corridos contados a partir da entrega dos veículos.
- 8.1.1.5.** Os veículos provisórios deverão possuir as mesmas condições de seguro que os veículos titulares;
- 8.1.1.6.** os veículos demandados uma vez, serão utilizados até o fim da vigência contratual, salvo os casos de que o veículo não atenda o previsto neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar e demais situações previstas na Lei nº 14.133/2021;
- 8.1.2.** Os veículos serão locados, portanto a propriedade destes deve estar sob o nome da empresa Contratada.
- 8.1.3.** Todos os funcionários do CREA-MG são potenciais motoristas. No geral, para os itens 1 e 2 é 01 (um) motorista usual por veículo, para os demais não há usuário comum definido.
- 8.1.4.** Para os veículos cujas especificações preveem mais de uma opção de cor, como no caso do item 1, que admite as cores “prata” ou “branco”, a empresa Contratada deverá optar por apenas uma dessas cores para o fornecimento de todos os veículos referentes a esse item, sendo vedada a entrega com cores variadas dentro da mesma especificação.
- 8.1.5.** Os veículos serão alugados para, em regra, transitarem em todo o estado de Minas Gerais, podendo ocorrer, em situações excepcionais, trânsitos em outros estados.
- 8.1.6.** Ressalta-se que a contratação se dará em regime de quilometragem livre.
- 8.2.** Para os itens 5 e 6, constantes na cláusula terceira deste Termo de referência, ressaltamos que não serão aceitos:
- 8.2.1.** Veículos do tipo furgão vidrado, destinados originalmente ao transporte de passageiros, ainda que adaptados para transporte de carga, tendo em vista que a presença de vidros no compartimento de carga aumenta o risco de furto e violação dos bens transportados por ter maior visibilidade dos referidos bens, reduz a resistência estrutural interna para cargas pesadas e prejudica a eficiência da insolação térmica, mostrando-se tecnicamente inadequados ao atendimento do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.2.2.** Veículos do tipo pick-up cabine simples, ainda que equipados com capota de fibra com teto alto. Isso porque a instalação de capota constitui adaptação acessória, que não altera a concepção original do veículo, projetado para transporte em caçamba aberta, tampouco confere ao compartimento de carga as características técnicas próprias de um furgão, tais como estrutura monobloco ou compartimento fechado integrado ao chassi, maior rigidez e resistência lateral, melhor vedação, segurança da carga e adequação ao transporte contínuo de materiais, equipamentos e ferramentas.
- 8.3.** Para o item 7, constante na cláusula terceira deste Termo de referência, foi exigida a tração 4x4 com reduzida, por se tratar de característica técnica que confere maior força, controle e segurança na condução do veículo em condições adversas. A tração reduzida multiplica o torque do motor, proporcionando força adicional para superar obstáculos, vencer aclives acentuados, atravessar terrenos irregulares — como lama, areia fofa ou trechos alagados — e situações que podem ocorrer nas atividades desempenhadas pelo Conselho em deslocamentos intermunicipais ou regionais. Além disso, o sistema com reduzida possibilita melhor controle em descidas íngremes, por meio do freio motor aprimorado, o que aumenta a estabilidade e reduz o desgaste dos freios de serviço. Destaca-se, ainda, que os veículos com tração 4x4 reduzida possuem componentes mais robustos, permitindo o travamento da distribuição de força entre os eixos (50% dianteira e 50% traseira), o que garante maior tração e segurança operacional.
- 8.4.** Este Termo de Referência, ao dispor nos itens 3.4.1.8 e 3.4.1.9 sobre a coleta e armazenamento do registro de trajeto dos veículos, estabelece que o sistema de rastreamento deverá realizar a transmissão dos dados em tempo real (modo online), com intervalos máximos de coleta de 10 (dez) segundos com a ignição ligada e 60 (sessenta) segundos com a ignição desligada. Contudo, para garantir a continuidade das informações e a rastreabilidade mesmo em situações de ausência de sinal de rede, o equipamento embarcado deve possuir memória interna (armazenamento local temporário).
- 8.4.1.** Esse armazenamento local não substitui a transmissão online, mas atua como mecanismo redundante de segurança, permitindo que todos os registros de posição e velocidade — coletados a cada segundo — sejam armazenados por, no mínimo, 30 (trinta) dias no próprio equipamento. Assim, caso haja falha temporária de conexão, os dados são automaticamente transmitidos ao sistema central assim que a comunicação é restabelecida.
- 8.4.2.** Trata-se, portanto, de uma solução híbrida de monitoramento, que combina: transmissão online contínua via GPRS (mínimo 2G/4G) para acompanhamento em tempo real; e armazenamento interno redundante, garantindo a integridade dos dados e a recuperação do histórico de informações, sem qualquer registro de áudio ou conteúdo pessoal, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).
- 8.4.3.** Essa arquitetura é a mais segura e eficiente disponível no mercado de rastreamento veicular, amplamente utilizada por órgãos públicos e empresas de grande porte, assegurando precisão, confiabilidade e total rastreabilidade das viagens realizadas com veículos oficiais da Administração Pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.5.** Esta Autarquia, diante do princípio da economicidade, diante da impossibilidade de prever todo o quantitativo a ser contratado com exatidão, vem explicitar abaixo uma planilha com uma quantidade mínima que será contratada para as licitantes terem o máximo de previsibilidade possível no momento da proposta comercial:

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de medida
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	81	Unidade
2	Veículo tipo hatch elétrico com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	6	Unidade
5	Veículo tipo furgão	1	Unidade

9. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1.1.** O Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço deverá ser executado(a) fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 9.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 9.1.3.** A execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.1.4. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 9.1.4.1.** O Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 9.1.4.2.** O Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço anotarà em registro próprio (histórico de gerenciamento do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço) todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

- 9.1.4.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 9.1.4.4.** O Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço informará ao Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 9.1.4.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço nas datas aprazadas, o Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 9.1.4.6.** O Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço comunicará ao Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.1.5. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 9.1.5.1.** O Fiscal Administrativo do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 9.1.5.2.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do Contrato ou Ordem de Compra/Serviço atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.1.6. GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1.6.1.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço coordenará a atualização do processo de acompanhamento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

fiscalização do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, a exemplo da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação do Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 9.1.6.2.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 9.1.6.3.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 9.1.6.4.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 9.1.6.5.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 9.1.6.6.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 9.1.6.7.** O Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço deverá enviar a documentação pertinente ao Setor de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.1.7.** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 9.1.8.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros em razão da execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 9.1.9.** Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 9.1.9.1.** A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 9.1.10.** As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 9.1.11.** O Contratante poderá convocar o preposto ou o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 9.1.12.** Após a assinatura do Contrato, o Contratante convocará o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 9.2.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 9.2.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.2.2.1.** não produzir os resultados;
- 9.2.2.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 9.2.2.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.2.3.** A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.2.3.1.** produzir os resultados explicitados no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência;
- 9.2.3.2.** executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 9.2.3.3.** funcionamento ininterrupto do aplicativo com os requisitos exigidos neste documento; e
- 9.2.3.4.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Do recebimento dos serviços:

- 9.3.1.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do término do período de faturamento, que é de 30 (trinta) dias corridos, pelos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 9.3.1.1.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
 - 9.3.1.1.2.** O Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 9.3.1.1.3.** O Fiscal Administrativo do Contrato ou Ordem de Compra/Serviço realizará o recebimento provisório do objeto do Contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 9.3.1.1.4.** O Fiscal Setorial do Contrato ou Ordem de Compra/Serviço, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
 - 9.3.1.1.5.** O Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.1.1.5.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

9.3.1.1.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.3.1.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.1.1.6.1. Em caso de rejeição, o Fiscal Técnico fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

9.3.1.1.6.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.1.1.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.1.1.6.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.3.1.1.7. No prazo supracitado para o recebimento provisório, o Fiscal Técnico ou a equipe de fiscalização deverá emitir o Termo de Recebimento Provisório e o Relatório Circunstanciado (este último, se for o caso), em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.

9.3.1.1.7.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado público, o Termo de Recebimento Provisório e o Relatório Circunstanciado deverão conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço para recebimento definitivo.

9.3.1.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.3.1.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

- 9.3.1.2.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 9.3.1.2.3.** Emitir o Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos Termos de Recebimento Provisórios, Relatórios Circunstanciados e documentações apresentadas; e
- 9.3.1.2.4.** Comunicar à Contratada, caso esta seja pessoa jurídica, para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no item referente aos Critérios de Aferição e Medição Para Faturamento deste Termo de Referência.
- 9.3.1.2.5.** Enviar documentação pertinente ao Setor de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.3.1.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.3.1.4.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.3.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO
--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.
- 10.2.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas na licitação.
- 10.3.** Participação de pessoas físicas, sociedades cooperativas e pessoas jurídicas reunidas em consórcio na licitação:
- 10.3.1.** Não será admitida a participação de pessoas físicas na licitação, pelos seguintes motivos:
- 10.3.1.1.** A execução dos serviços objeto desta licitação, que compreendem a locação contínua de aproximadamente 116 (cento e dezesseis) veículos, por um período de 12 (doze) meses, em diversas cidades do Estado de Minas Gerais, demanda uma capacidade logística e de gestão de frota que transcende a disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros de uma pessoa física, requerendo a estrutura e o capital de uma pessoa jurídica; e
- 10.3.1.2.** as obrigações operacionais incluem a manutenção preventiva e corretiva completa de todos os veículos, a disponibilização de veículos provisórios para substituir veículos que exijam manutenções que excedam 24 (vinte e quatro) horas, avarias ou sinistros, com características específicas de quilometragem e qualidade. Adicionalmente, exige-se uma central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por telefone e e-mail. A natureza e a magnitude dessas responsabilidades e exigências logísticas demonstram a necessidade de uma estrutura organizacional e de recursos humanos que uma pessoa física não possui.
- 10.3.2.** Não será admitida a participação de sociedades cooperativas na licitação, pelos seguintes motivos:
- 10.3.2.1.** A estrutura de uma cooperativa, onde os cooperados atuam como prestadores de serviço, pode criar uma forma de intermediação, que se assemelha à subcontratação, o que é vedado em licitações com essa restrição;
- 10.3.2.2.** A integração entre os diversos componentes do projeto é crucial para a eficácia da gestão patrimonial, e a execução por sociedade cooperativa poderia comprometer essa integração;
- 10.3.2.3.** Ao contratar uma empresa, o CREA-MG tem um ponto central de responsabilidade, o que simplifica o controle de qualidade e a responsabilização por eventuais falhas ou desvios. Com uma cooperativa, a responsabilidade pode se tornar difusa, dificultando a garantia de um serviço coeso e de alta qualidade. A concentração da contratação em uma única empresa facilita o controle de qualidade e a responsabilização por eventuais falhas ou desvios de desempenho.
- 10.3.3.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcios na licitação, pelos seguintes motivos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.3.3.1.** O serviço licitado demanda solução única, padronizada e centralizada, não sendo possível a fragmentação de responsabilidades entre empresas distintas sem comprometer a eficiência, a rastreabilidade e a continuidade da execução contratual. A atuação consorciada, neste caso, poderia dificultar a identificação objetiva da responsabilidade por eventuais falhas, atrasos ou descumprimento das obrigações, o que fragilizaria a fiscalização contratual e aumentaria o risco de litígios sobre a divisão de responsabilidades entre consorciadas.
- 10.3.3.2.** Ao contratar uma empresa, o CREA-MG tem um ponto central de responsabilidade, o que simplifica o controle de qualidade e a responsabilização por eventuais falhas ou desvios. Com uma cooperativa, a responsabilidade pode se tornar difusa, dificultando a garantia de um serviço coeso e de alta qualidade. A concentração da contratação em uma única empresa facilita o controle de qualidade e a responsabilização por eventuais falhas ou desvios de desempenho.
- 10.3.3.3.** Dessa forma, a restrição justifica-se pela necessidade de garantir a integralidade da solução, a padronização tecnológica, a segurança da execução contratual e a efetividade da fiscalização, em observância ao disposto no art. 33, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite tal vedação sempre que o objeto não puder ser fracionado ou quando a medida se mostrar mais vantajosa para a Administração.
- 10.4.** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.
- 10.5.** Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- 10.6.** Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 10.6.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de, no mínimo, 01 (uma/um) certidão ou atestado, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.6.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a Contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 10.6.1.1.1.** Quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, descritas abaixo:
- 10.6.1.1.1.1.** Item 1: Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm, correspondente a 45 (quarenta e cinco) unidades;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.6.1.1.1.2.** Item 2: Veículo tipo hatch elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291km, correspondente a 4 (quatro) unidades;
- 10.6.1.1.1.3.** Item 4: Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm, correspondente a 5 (cinco) unidades;
- 10.6.1.1.1.4.** A aptidão para gestão de plataforma para emissão de relatórios gerenciais referentes aos veículos disponibilizados para a locação e de aplicativo de identificação de condutores, deve ser comprovada e integrar o atestado.
- 10.6.1.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 10.6.1.3.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos.
- 10.6.1.4.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.6.1.5.** Os atestados deverão conter o nome completo, o endereço e o telefone fixo de contato dos atestadores, e-mail ou qualquer outro meio com o qual o CREA-MG possa valer-se para manter contato, se necessário.
- 10.6.1.6.** O CREA-MG se reserva ao direito de verificar *in loco* a qualidade dos serviços/produtos de que tratam os atestados exigidos.
- 10.6.1.7.** Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas no art. 67 da Lei 14.133/2021.
- 10.6.1.8.** Os atestados mencionados deverão conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do CREA-MG.
- 10.6.1.9.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo CREA-MG, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 10.7.** Haverá, ainda, a consulta pelo CREA-MG aos seguintes sites de transparência:
 - 10.7.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

- 10.7.2.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:116929296511660::NO:3,4,6>); e
- 10.7.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 10.8.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.9.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.10.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.11.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 10.12.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.13.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pelo Contratante, a respectiva documentação atualizada.
- 10.14.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.15.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.16.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes às certidões negativas de débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO
--

- 11.1.** Previamente à celebração do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, o Contratante verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- 11.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 11.1.2.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:116929296511660::NO:3,4,6>); e
- 11.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 11.1.4.** SICAF, para apuração da validade das seguintes certidões, devendo as mesmas apresentar condição negativa ou positiva com efeito de negativa:
 - 11.1.4.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 11.1.4.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa vencedora da fase de habilitação;
 - 11.1.4.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora da fase de habilitação;
 - 11.1.4.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (somente para pessoas jurídicas);
 - 11.1.4.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 11.1.5.** CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), para fins de atendimento ao art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
 - 11.1.5.1.** Caso seja constatado o registro do CNPJ ou do CPF da Adjudicatária no CADIN, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da situação, prorrogável, a critério da Contratante, condicionado à análise de justificativa a ser apresentada pela Adjudicatária.
 - 11.1.5.2.** A persistência do registro do CNPJ ou CPF da Adjudicatária no CADIN impedirá a formalização do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

11.2. No caso de o fornecedor a ser contratado, após convocado, não apresentar a documentação prevista ou se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência e nas demais cominações legais, e poderá ser convocado outro fornecedor, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço.

11.3. Da exigência de prova de conceito:

11.3.1. O Setor de Contratos e Convênios convocará a adjudicatária, em até 3 (três) dias úteis da homologação da licitação para a prova de conceito, ocasião em que será testada a plataforma ofertada, conforme o art. 41, inciso II, da Lei 14.133/21. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar acesso ao ambiente demonstrativo, por meio de login e senha, bem como apresentar um veículo equipado com as funcionalidades integradas à solução ofertada, de forma a possibilitar a verificação prática das funcionalidades do sistema, bem como um canal de suporte e tira dúvidas para o requisitante do Crea- MG verificar se o mesmo atende aos requisitos definidos neste Termo de Referência.

11.3.1.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **do aplicativo:**

11.3.1.1.1. Identificação individualizada e segura do motorista, via login e senha, biometria, reconhecimento facial, escaneando um QR Code ou outro meio equivalente

11.3.1.1.2. Sua disponibilidade em ser realizado o download na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e versões compatíveis com o mercado corporativo.

11.3.1.2. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **da plataforma:**

11.3.1.2.1. Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;

11.3.1.2.2. Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios; e

11.3.1.2.3. Possibilidade de Integração com sistemas internos do CREA-MG;

11.3.1.2.4. Geração de relatórios gerenciais, que contenha:

11.3.1.2.4.1. Número de frota e placa do veículo;

11.3.1.2.4.2. Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.3.1.2.4.3.** data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE Consumo de combustível;
- 11.3.1.2.4.4.** Distância percorrida por faixa de horário;
- 11.3.1.2.4.5.** Manutenções realizadas (preventivas e corretivas), incluindo troca de pneus.
- 11.3.1.2.4.6.** Permitir a consistência de digitação dos coletores de custo, classificando-os como “válido”, “inválido” (digitação inconsistente) ou “vencido” (prazo expirado);
- 11.3.1.2.4.7.** Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;
- 11.3.1.2.4.8.** Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:
 - 11.3.1.2.4.8.1.** O planejamento de revisão de garantia, manutenção preventiva e manutenção corretiva, compreendendo a disponibilidade ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;
 - 11.3.1.2.4.8.2.** Os locais e instalações próprias ou de terceiros vinculados à Contratada para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

execução de
todas as
manutenções
citadas neste
item.

11.3.1.2.5. O link do sistema, com login e senha para teste, exigido pelo Setor de Contratos e Convênios, deverá ser enviado preferencialmente para o email contratos@crea-mg.org.br, no prazo máximo de 1 (UM) DIA ÚTIL A PARTIR DA CONVOCAÇÃO, sob pena de desclassificação. Caso não obtenha a confirmação de leitura pelo Crea-MG no prazo de até 2 (duas) horas úteis após o envio, a Adjudicatária deverá entrar em contato com o Crea-MG pelo telefone disponibilizado e, em seguida, formalizar o contato por e-mail. Neste último caso, deverá ser comprovado que o envio foi realizado dentro do prazo estipulado neste item.

11.3.1.2.5.1. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada, que deve ser encaminhada, ao e-mail contratos@crea-mg.org.br pelo interessado, antes de findo o prazo máximo estipulado em **11.3.1.2.5.**

11.3.1.2.6. O Setor Requisitante, com auxílio dos setores técnicos pertinentes, tem o prazo máximo de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, prorrogáveis por igual período, para a análise do sistema diante dos requisitos explicitados nas cláusulas **11.3.1.1.** e **11.3.1.2.**

11.3.1.3. Constatado, na prova de conceito que o sistema atende aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, as partes deverão prosseguir com os procedimentos finais para a assinatura do contrato, ao qual será dada a devida publicidade após a celebração.

11.3.1.4. Se o link apresentado(s) pelo primeiro adjudicatário não for aceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, no mesmo rito, de habilitação e homologação da licitação. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) como condição de assinatura do contrato e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3.1.5. Os interessados deverão colocar à disposição do CREA-MG todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Página **156** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1.** As informações relativas às infrações e sanções administrativas estão previstas no Edital.

13. FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 13.1.** O faturamento deverá obedecer ao seguinte:

13.1.1. Prestação de serviços:

- 13.1.1.1.** Para pessoas jurídicas: emitir a Nota Fiscal/Fatura, no valor bruto, somente após o recebimento de cópia dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, enviados pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, que serão emitidos após o término do período de faturamento correspondente.

- 13.2.** O faturamento deverá ocorrer em parcelas mensais, em conformidade com a periodicidade da prestação de serviços estabelecida na cláusula de Modelo de Execução Contratual deste Termo de Referência.

- 13.3.** O pagamento será processado:

- 13.3.1.** após a comprovação do recebimento, pelo Contratante, dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, e a anuência da Fiscalização do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço, através dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e da emissão de relatórios e/ou medições (quando for o caso), acompanhado das Notas Fiscais/Faturas discriminativas e de qualquer outro documento fiscal pertinente.

- 13.3.2.** por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, ou de boleto, na data do vencimento;

- 13.3.3.** mensalmente, de acordo com o estabelecido no item relativo ao faturamento, supracitado;

- 13.3.4.** em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço e da apresentação dos documentos pertinentes.

- 2.1.4.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 13.4.** Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

- 13.4.1.** Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo as mesmas apresentar condição negativa ou positiva com efeito de negativa:

- 13.4.1.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 13.4.1.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- 13.4.1.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 13.4.1.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (somente para pessoas jurídicas);
- 13.4.1.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.4.2.** Caso conste no SICAF alguma certidão vencida, poderá ser realizada consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade para tentativa de emissão das mesmas.
- 13.4.3.** Caso as certidões utilizadas no momento da abertura do Processo de Compra/Serviço ainda estejam válidas, não se fará necessário consultar o SICAF ou emitir novas certidões.
- 13.5.** Para prestação de serviços periódicos, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida(o) após o período de faturamento dos mesmos.
- 13.6.** O pagamento das parcelas está condicionado à apresentação dos relatórios/medições, quando for o caso, elaborados com observância do Termo de Referência.
- 13.7.** A emissão das Notas Fiscais/Faturas referentes a serviço estará condicionada à emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e dos Relatórios/Medições (estes últimos, quando for o caso) pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
 - 13.7.1.** Em se tratando de serviços prestados por pessoas jurídicas, o Fiscal Técnico e o Gestor do Contrato disporão de 01 (um) dia útil, após a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo para autorizar a Contratada a emitir a Nota Fiscal/Fatura. Tão logo a Nota Fiscal/Fatura seja recebida, ambos deverão realizar o encaminhamento da mesma ao setor responsável pelo processamento do pagamento. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida, ficando a cargo da Contratada a sua correção ou reposição, sendo susinado o pagamento.
- 13.8.** As Notas Fiscais/Faturas da Contratada deverão conter os valores unitários e descrições idênticas às apresentadas na Proposta Comercial, conforme estipulado na planilha apresentada no certame, prevalecendo, para efeitos de pagamento, o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações de centavos.
- 13.9.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 13.10.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções previstas no Contrato ou na Ordem de Compra/Serviço, nos autos do Processo de Compra/Serviço correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 13.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou não seja possível realizar consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções administrativas, podendo culminar em rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, por descumprimento de obrigações acessórias do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 13.12.** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.12.1.** Sobre o valor devido à Contratada, o CREA-MG efetuará a retenção dos seguintes impostos, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas alterações posteriores:
- 13.12.1.1. Para pessoas jurídicas:**
- 13.12.1.1.1.** Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 1,2% (um vírgula dois por cento) para bens e 4,8% (quatro vírgula oito por cento) para serviços;
 - 13.12.1.1.2.** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 1% (um por cento) para bens e serviços;
 - 13.12.1.1.3.** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3% (três por cento) para bens e serviços;
 - 13.12.1.1.4.** Contribuição para o PIS/PASEP – 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) para bens e serviços;
 - 13.12.1.1.5.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – até 5% (cinco por cento) para serviços, observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 13.12.2.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.13.** O pagamento somente será autorizado depois de emitido o Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço na Nota Fiscal/Fatura apresentada(o), condicionado este ato à verificação da conformidade da mesma e dos documentos pertinentes.
- 13.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

13.14.1. Caso a documentação esteja irregular ou incompleta, o CREA-MG devolverá a Nota Fiscal/Fatura à Contratada até a regularização da documentação.

13.15. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.15.1. não produziu os resultados acordados;

13.15.2. deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.15.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CREA-MG, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e juros de mora, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100/365)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor das parcelas em atraso.

13.17. Em casos de aquisições de equipamentos eletroeletrônicos, é necessário informar o número de série dos mesmos no campo de Descrição dos Produtos ou de Informações Complementares da nota fiscal.

14. DESPESAS COM FRETE, DESLOCAMENTO E/OU HOSPEDAGEM

14.1. As despesas relativas ao frete para entrega do produto e/ou ao deslocamento e hospedagem de pessoas para realização do serviço objeto deste termo serão de responsabilidade da Contratada e deverão estar inclusas no orçamento apresentado.

15. VALOR FINAL A SER CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 15.1.** Nas propostas comerciais ofertadas por microempreendedores individuais - MEIs (apenas para os serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos), o valor ofertado será acrescido em 20% (vinte por cento), referente à Seguridade Social a ser paga pelo Crea-MG ao INSS, sem prejuízo das demais retenções devidas em função da emissão da Nota Fiscal/Fatura (para MEIs).
- 15.2.** Dessa forma, para cálculo do valor final para fins de concorrência, deverá ser considerada a seguinte fórmula: Valor da proposta comercial + 20% (vinte por cento) de Seguridade Social = valor final para fins de concorrência.

16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 16.1.** O presente instrumento está amparado na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 16.2.** O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 16.2.1.** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os arts. 7º e 11 da Lei 13.709/2018 para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 16.2.2.** o tratamento esteja limitado às finalidades do contrato ou da ordem de compra/serviço e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 16.2.3.** os sistemas operacionais utilizados para o armazenamento dos dados pessoais coletados deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação no Governo Federal;
- 16.2.4.** os dados obtidos em virtude do contrato ou da ordem de compra/serviço serão armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e
- 16.2.5.** encerrada a vigência do contrato ou da ordem de compra/serviço ou não mais havendo a necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Contratante, eliminará completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se a Contratada tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 16.3.** As partes serão responsáveis, por si e por seus colaboradores, pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito do contrato ou da ordem de compra/serviço, e caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos dados pessoais contra quaisquer das partes, elas deverão auxiliar-se mutuamente no levantamento de documentos e informações para a apresentação de defesa.
- 16.3.1.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato ou na ordem de compra/serviço e, também, de acordo com os artigos 42 a 45 da LGPD.
- 16.3.2.** Caso as partes não garantam o tratamento adequado às finalidades do contrato ou da ordem de compra/serviço e à LGPD, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, a parte infratora:
- 16.3.2.1.** será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos colaboradores, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha acesso aos dados pessoais decorrentes do contrato ou da ordem de compra/serviço, sendo-lhe aplicável a responsabilidade pela reparação de eventuais danos patrimoniais e/ou morais, individuais ou coletivos causados, nos termos do art. 42 da LGPD;
- 16.3.2.2.** poderá ter o contrato ou a ordem de compra/serviço rescindido(a), a critério da parte inocente.
- 16.4.** As partes se comprometem ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação de programas/sistemas.
- 16.4.1.** As partes obrigam-se e garantem que seus colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em decorrência dos serviços contratados, abstendo-se de divulgá-los, utilizá-los ou reproduzi-los, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no contrato ou na ordem de compra/serviço.
- 16.4.2.** Caso a Contratada seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, dever informar ao Contratante para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 16.5.** As partes se responsabilizam pela adoção de medidas técnicas e boas práticas organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, dispondo de processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão do contrato ou da ordem de compra/serviço e compatíveis com a legislação aplicável.
- 16.5.1.** Poderão as partes estabelecer mecanismos próprios visando a segurança no compartilhamento de dados em razão do contrato ou da ordem de compra/serviço.
- 16.6.** A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante ao receber solicitação do titular a respeito dos dados pessoais e responder qualquer solicitação no que tange a dados pessoais do solicitante nas instruções documentadas do Contratante ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 16.7.** Na ocorrência de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares cujos dados são tratados pela relação contratual, deverá a Contratada:
- 16.7.1.** Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares de dados ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância do Contratante, que deverá controlar a redação final dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD;
 - 16.7.2.** Notificar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Contratante, em até 5 (cinco) dias úteis, devendo prestar as seguintes informações:
 - 16.7.2.1.** data e hora do incidente e sua duração;
 - 16.7.2.2.** data e hora da detecção;
 - 16.7.2.3.** circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros;
 - 16.7.2.4.** descrição dos dados pessoais e informações afetadas, como natureza e conteúdo dos dados pessoais, categoria e quantidade de dados e de titulares afetados e, se possível, a relação desses indivíduos;
 - 16.7.2.5.** resumo do incidente de segurança com dados pessoais, com indicação da localização física e meio de armazenamento;
 - 16.7.2.6.** possíveis consequências e efeitos negativos sobre os titulares dos dados afetados;
 - 16.7.2.7.** dados de contato do encarregado ou, não havendo encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;
 - 16.7.2.8.** medidas de segurança, técnicas e administrativas preventivas adotadas;
 - 16.7.2.9.** resumo das medidas implementadas até o momento para controlar os possíveis danos;
 - 16.7.2.10.** possíveis problemas de natureza transfronteiriça;
 - 16.7.2.11.** outras informações úteis para elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados (RIPD), para proteção dos dados pessoais pelos titulares ou para prevenir possíveis danos.
- 16.8.** A critério do encarregado do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do contrato ou da ordem de compra/serviço no tocante a dados pessoais.
- 16.9.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Seção III, Capítulo VI da LGPD.
- 16.10.** As partes consentem e concordam que para a execução do contrato ou da ordem de compra/serviço, a parte Contratada atuará como Operador de Dados, conforme preceitua o art. 5º, VII, da Lei 13.709/18 e a parte Contratante atuará como Controlador dos dados pessoais em consonância com o art. 5º, VI, da Lei 13.709/18.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 16.11.** O Contratante poderá, a qualquer momento acessar, modificar, eliminar, armazenar, transferir, compartilhar, coletar, entre outras formas de tratamento previstas na LGPD, dados pessoais, observando os limites e responsabilidades previstas nos termos da Lei nº 13.709/18.
- 16.12.** A Contratada poderá, mediante solicitação por escrito do Contratante, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, eliminar os dados pessoais armazenados pela Contratada e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos.
- 16.13.** Compete ao Contratante compartilhar com a Contratada apenas os dados que forem necessários para o estrito cumprimento do contrato ou da ordem de compra/serviço.
- 16.14.** Caso o compartilhamento de dados seja necessário para o cumprimento do objeto do contrato ou da ordem de compra/serviço, poderá a Contratada transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em virtude da presente relação contratual, e desde que haja autorização do Contratante para tanto, nos termos do artigo 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

17. ANEXOS

- 17.1.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.1.1.** Anexo A – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial
 - 17.1.2.** Anexo B – Modelo da Plotagem dos veículos

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2026.

Assinatura e identificação do empregado público do Setor Requisitante

Assinatura e identificação do Gestor Imediato do Setor Requisitante

Data: ____/____/____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO II-A
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG

_____, _____ de _____ de _____.

Proposta comercial que oferta a pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº _____, estabelecida na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____ - _____, CEP _____-_____, conforme condições especificadas no Termo de Referência, para o(s) bem(ns)/serviço(s) a seguir especificados:

Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$33,00	R\$396,00	R\$3.828,00	R\$45.936,00
Preço Total:								R\$

***ESSES VALORES DO ITEM 8 NÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÃO PARA EFEITO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA.**

Declara a pessoa jurídica que estão inclusos no preço da presente proposta comercial taxas, frete, seguros, e quaisquer outros encargos e/ou despesas que incidam direta ou indiretamente na comercialização do bem a ser adquirido ou do serviço a ser prestado.

Afirma a pessoa jurídica, ainda, que os custos diretos e indiretos relativos aos acessórios, funcionalidades e características abaixo descritos estão integralmente contemplados nesta proposta comercial, bem como no prazo de entrega previsto no Termo de Referência:

1. Nos veículos do tipo *plug-in* que não possuam carregador portátil como item de série, será fornecido, juntamente com o veículo, carregador portátil original da respectiva marca correspondente ao modelo ofertado.
2. Nos veículos em que o banco de couro seja exigido como requisito e tal característica não seja item de série, será realizada a devida adaptação.
3. Caso a funcionalidade de "vidros elétricos, no mínimo nas portas dianteiras, com acionamento de subida ao trancar o veículo" não seja item de série nos modelos ofertados, será providenciada a sua implementação.
4. Todos os demais requisitos que não constituam itens de série dos veículos e não sejam exigidos como tais, serão incluídos em conformidade com o disposto no Termo de Referência.

Preço global estimado por extenso: _____

Prazo de validade da proposta comercial: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega do bem e/ou da prestação do serviço: conforme Termo de Referência.

Forma de faturamento: _____ (nota fiscal de venda e/ou serviço)

Telefone: (____) _____ - _____

E-mail: _____

Dados bancários:

- Banco: _____

- Agência: _____

- Conta: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Dados do Representante Legal para assinatura do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço:

- Nome completo: _____

- CPF: _____

Nome completo do responsável pela elaboração do documento: _____

Assinatura: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO II-B
MODELO DA PLOTAGEM DOS VEÍCULOS





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$ 6.133,18	R\$ 73.598,16	R\$ 558.119,38	R\$ 6.697.432,56
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$ 12.393,07	R\$ 148.716,84	R\$ 99.144,56	R\$ 1.189.734,72
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$ 12.460,34	R\$ 149.524,08	R\$ 12.460,34	R\$ 149.524,08
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$ 7.607,55	R\$ 91.290,60	R\$ 76.075,50	R\$ 912.906,00
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$ 17.698,52	R\$ 212.382,24	R\$ 35.397,04	R\$ 424.764,48
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$ 7.088,22	R\$ 85.058,64	R\$ 14.176,44	R\$ 170.117,28
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$ 13.556,12	R\$ 162.673,44	R\$ 27.112,24	R\$ 325.346,88
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total Estimado:								R\$ 9.915.762,00

***OS VALORES DO ITEM 8 NÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÃO PARA EFEITO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA. SÃO VALORES FIXOS, NÃO OFERTAR LANCES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO IV – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG

Referente ao Pregão Eletrônico nº PE-90005/2026 - SRP

_____, _____ de _____ de _____.

Proposta comercial que oferta a pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº _____, estabelecida na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____ - _____, CEP _____-_____, conforme condições especificadas no Termo de Referência e no Edital desta licitação, o Pregão Eletrônico nº PE-90005/2026 - SRP, para o(s) bem(ns)/serviço(s) a seguir especificados:

Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total:								R\$

*** OS VALORES DO ITEM 8 NÃO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÃO PARA EFEITO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA. SÃO VALORES FIXOS, NÃO OFERTAR LANCES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

Declara a pessoa jurídica que estão inclusos no preço da presente proposta comercial taxas, frete, seguros, e quaisquer outros encargos e/ou despesas que incidam direta ou indiretamente na comercialização do bem a ser adquirido ou do serviço a ser prestado.

Afirma a pessoa jurídica, ainda, que os custos diretos e indiretos relativos aos acessórios, funcionalidades e características abaixo descritos estão integralmente contemplados nesta proposta comercial, bem como no prazo de entrega previsto no Termo de Referência:

1. Nos veículos do tipo *plug-in* que não possuam carregador portátil como item de série, será fornecido, juntamente com o veículo, carregador portátil original da respectiva marca correspondente ao modelo ofertado.
2. Nos veículos em que o banco de couro seja exigido como requisito e tal característica não seja item de série, será realizada a devida adaptação.
3. Caso a funcionalidade de “vidros elétricos, no mínimo nas portas dianteiras, com acionamento de subida ao trancar o veículo” não seja item de série nos modelos ofertados, será providenciada a sua implementação.
4. Todos os demais requisitos que não constituam itens de série dos veículos e não sejam exigidos como tais, serão incluídos em conformidade com o disposto no Termo de Referência.

Preço global estimado por extenso: _____

Prazo de validade da proposta comercial: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega do bem e/ou da prestação do serviço: conforme Termo de Referência.

Forma de faturamento: _____ (nota fiscal de venda e/ou serviço)

Telefone: (____) _____ - _____

E-mail: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Dados bancários:

- Banco: _____

- Agência: _____

- Conta: _____

Dados do Representante Legal para assinatura do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço:

- Nome completo: _____

- CPF: _____

Nome completo do responsável pela elaboração do documento: _____

Assinatura: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO V – MATRIZ DE RISCOS

Protocolo: 2283955/2025

Processo de Compra / Serviço:

Descrição dos Materiais / Serviços: Contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile.

Requisitante: Nicolau Neder Pinheiro Damasceno

Sector Requisitante: Departamento Técnico e de Fiscalização

Gestor do Contrato: Douglas Lima Daniel

3ª FASE - EXECUÇÃO CONTRATUAL

RISCOS

1. **Ferramentas para o acompanhamento em tempo real (dashboard, relatórios automáticos) pode dificultar a gestão do uso dos veículos, quilometragem e ocorrências.**

Probabilidade: 4. Alta

Impacto: 4. Alto

Risco: 77

Alocação do Risco: Compartilhado

Danos: Uso inadequado de veículos, desperdício de

recursos. Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: O sistema de monitoramento fornece relatórios de controle e acompanhamento dos veículos, podendo ser acompanhado, também, pelo cruzamento de informações do sistema das TAGs de pedágio. Controle através de relatórios e checagem periódicas (amostragem).

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

2. **Inadimplência Técnica da Contratada. Falhas na prestação do serviço (ex: falhas no rastreamento, na leitura de TAGs, na manutenção preventiva) podem gerar problemas operacionais e riscos à segurança.**

Probabilidade: 3. Média

Impacto: 4. Alto

Risco: 75

Alocação do Risco: Contratado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Danos: Interrupção de serviços, perda de controle e da gestão da frota.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato penalidades por falhas técnicas e prazo para substituição de veículos ou sistemas, exigindo plano de manutenção preventiva e relatórios periódicos. Cláusula XX – Da Responsabilidade Técnica e Plano de Manutenção Preventiva Item XX.1 - A Contratada se compromete a manter, durante toda a vigência contratual, o pleno funcionamento dos sistemas de rastreamento, monitoramento, identificação veicular (RFID ou equivalente) e demais tecnologias embarcadas nos veículos locados. Item XX.2 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, Plano de Manutenção Preventiva contendo: - Frequência e procedimentos de revisão dos veículos; - Cronograma de manutenção preventiva dos sistemas embarcados; - Política de substituição de veículos com falha técnica ou manutenção prolongada. Item XX.3 - Em caso de interrupção técnica dos serviços contratados, por falha no rastreamento, na identificação veicular, nos equipamentos de segurança embarcados, ou no funcionamento do veículo, a Contratada terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da comunicação formal pela Fiscalização, para: - Restabelecer integralmente a operação do equipamento ou veículo; ou - Efetuar a substituição imediata do veículo por outro da mesma categoria e condições técnicas. Item XX.4 - A Contratada deverá disponibilizar relatórios técnicos mensais, contendo evidências de manutenção realizada, funcionamento dos sistemas, ocorrências de falhas, medidas corretivas adotadas e tempo de resposta. Item XX.5 - O descumprimento injustificado da obrigação constante na Cláusula XX poderá ensejar: - Aplicação de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal da locação da unidade afetada; - Registro da infração para fins de avaliação de desempenho; - Eventual rescisão contratual, na hipótese de reincidência ou prejuízo relevante à Administração.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

3. Falhas recorrentes no sistema de rastreamento e monitoramento web.

Probabilidade: 2.
Baixa Impacto: 5.
Muito Alto Risco: 93
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Perda de controle operacional sobre uso da frota.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato a exigência de SLA de disponibilidade do sistema, aplicar penalidades em caso de descumprimento e prever substituição tecnológica.

Responsável: Contratante (Divisão Administrativa e Financeira)

4. Não aplicação de penalidades à contratada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 5. Muito Alto
Risco: 95
Alocação do Risco: Contratante

Danos: Incentivo à reincidência de falhas pela contratada, comprometimento da eficiência do contrato, prejuízo financeiro para a Administração e possível responsabilização do gestor por omissão.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Intensificar a fiscalização para identificar possíveis infrações cometidas pelo fornecedor.

Responsável: Contratante (Divisão Administrativa e Financeira)

5. Falhas no sistema de Monitoramento e TAGs de Pedágio podem gerar inconsistências no controle dos condutores e das multas.

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 4. Alto
Risco: 75
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Multas indevidas, cobranças erradas

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato: Obrigação da Contratada: A contratada deve disponibilizar extratos automatizados de todos os monitoramentos e passagens em pedágios e estacionamentos. Cláusula XX – Da Gestão dos Sistemas de Identificação Eletrônica e Controle de Pedágios A Contratada será integralmente responsável pelo funcionamento e administração dos sistemas de identificação automática por radiofrequência (RFID) ou tecnologia equivalente nos veículos fornecidos, assegurando: - Registro individualizado de todas as passagens em pedágios e estacionamentos controlados; - Integração funcional do sistema com a fiscalização contratual do Crea-MG. Item XX.1 – A Contratada deverá disponibilizar extratos automatizados, mensais e individualizados por veículo, contendo: - Data, hora e local da passagem; - Valor cobrado; - Identificação do veículo; - Registro da autorização ou negativa de leitura. Item XX.2 – A ausência de controle ou a falha no envio dos extratos mencionados acima ensejará: - Suspensão do pagamento mensal correspondente ao veículo com pendência; - Aplicação de penalidade administrativa, se verificado prejuízo financeiro à Administração Pública. Item XX.3 – A Administração reserva-se o direito de auditar os dados apresentados, requisitar informações adicionais e confrontar os relatórios da Contratada com registros de sistemas públicos ou terceiros. Item XX.4 – Eventuais cobranças indevidas decorrentes de erro no sistema ou na gestão dos dispositivos eletrônicos correrão por conta exclusiva da Contratada, sem prejuízo da responsabilização por danos materiais e administrativos.

Responsável: Contratado (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção

Página **175** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Administrativa)

6. Frota entregue em desacordo com o previsto no contrato.

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 4. Alto
Risco: 73
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Interrupção de atividades operacionais que dependem diretamente dos veículos.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Definir especificações detalhadas no TR; Vistoria de recebimento dos veículos com checklist.
Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)
- b. Ação de Contingência: Rejeição da entrega não conforme.
Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)
- c. Ação Preventiva: Entregar os veículos com todas as especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de rejeição imediata e aplicação de multa contratual por veículo em desconformidade.
Responsável: Contratado ()

7. Interrupção dos serviços de transporte por falhas na manutenção da frota.

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 4. Alto
Risco: 73
Alocação do Risco: Contratante

Danos: Comprometimento do cumprimento de prazos institucionais.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Exigir plano de manutenção preventiva e corretiva; Acompanhamento de relatórios mensais de manutenção.
Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)
- b. Ação Preventiva: Manter os veículos em condições plenas de uso, mediante manutenção preventiva e corretiva, responsabilizando-se por eventuais interrupções.
Responsável: Contratado ()

8. Atrasos na substituição de veículos em casos de avaria.

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 4. Alto
Risco: 73



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Alocação do Risco: Compartilhado

Danos: Redução da produtividade de equipes afetadas pela indisponibilidade dos veículos.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Exigir substituição em até 48hs.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

- b. Ação de Contingência: Providenciar a substituição de qualquer veículo avariado ou inoperante no prazo máximo de 48h após solicitação do contratante.

Responsável: Contratado ()

9. O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis contribui para a emissão de CO₂ e outros poluentes, impactando a qualidade do ar e intensificando o efeito estufa.

Probabilidade: 4. Alta

Impacto: 5. Muito Alto

Risco: 97

Alocação do Risco: Contratado

Danos: Incompatibilidade com diretrizes de ESG (Environmental, Social and Governance).

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Preferência por veículos sustentáveis, de modo a priorizar a locação de veículos com menor emissão de poluentes, incluindo modelos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis. Serviço de lavagem do veículo adote, preferencialmente, práticas sustentáveis, como o uso de água de reuso ou sistemas de economia de água. Garantir que pneus, baterias, fluidos e óleos lubrificantes sejam descartados adequadamente por meio de fornecedores certificados, conforme o item 12, item 3 do ETP: "Logística Reversa e Reciclagem".

Responsável: Contratado ()

10. Vazamento ou uso indevido de dados de geolocalização dos veículos e condutores.

Probabilidade: 2. Baixa

Impacto: 1. Muito Baixo

Risco: 13

Alocação do Risco: Compartilhado

Exposição de dados pessoais, risco de responsabilização do órgão e dano reputacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Danos: Exposição de dados pessoais, Risco de responsabilização do órgão, Dano reputacional.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Monitoramento contínuo do sistema, exigência de relatórios de segurança, aplicação de penalidades em caso de incidente, plano de resposta a incidentes.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

11. Não aplicação de penalidades ao fornecedor em caso de falhas na proteção de dados.

Probabilidade: 2. Baixa

Impacto: 4. Alto

Risco: 73

Alocação do Risco: Contratante

Danos: Incentivo à reincidência de falhas, Prejuízo financeiro, Responsabilização do gestor.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Estabelecer matriz de penalidades específica para incidentes de dados pessoais, com registro formal das ocorrências e encaminhamento ao DPO e à assessoria jurídica.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Procuradoria Geral, Controladoria)

12. Falhas no sistema de identificação de condutores, sem resposta ágil da contratada, comprometendo a segurança dos motoristas e a confiabilidade do controle previsto no contrato.

Probabilidade: 3. Média

Impacto: 4. Alto

Risco: 75

Alocação do Risco: Compartilhado

Para a contratada, há o risco de eventuais avarias em sua frota de veículos; já para a contratante, os impactos se traduzem na perda de qualidade operacional e,

principalmente, na exposição de seus funcionários a riscos inaceitáveis à saúde e à segurança.

Danos: Patrimônio e segurança dos

funcionários Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Implantar rotina de monitoramento semanal dos alertas e incidentes registrados no sistema.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

13. Indisponibilidade ou falta de confiabilidade dos relatórios operacionais da frota, prejudicando fiscalização, auditoria e controle.

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 4. Alto
Risco: 75
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Impossibilidade de coleta de informações para fins de auditoria. Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Exigir da contratada a entrega periódica de relatórios validados (quilometragem, consumo de combustível, rotas).

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

- b. Ação Preventiva: Implantar rotina de conferência amostral dos relatórios por parte da fiscalização, para validar consistência dos dados.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

14. Deficiências na atuação do fiscal de contrato.

Probabilidade: 4. Alta
Impacto: 4. Alto
Risco: 77
Alocação do Risco: Contratante

Danos: Falta de registros de não conformidades ou acompanhamento deficiente, ensejando dificuldade na responsabilização da contratada, falhas de execução.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Capacitação do fiscal, elaboração de relatórios mensais e apoio jurídico contínuo na análise de ocorrências. A capacitação do fiscal é de responsabilidade dos setores ligados à gestão de pessoas e gestão de contratos. O setor de gestão de pessoas/capacitação institucional organiza a formação (treinamentos), enquanto a unidade de gestão de contratos garante a orientação prática. A assessoria jurídica atua como suporte técnico.

Responsável: Contratante (Divisão de Recursos Humanos)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

BENS E SERVIÇOS COMUNS

ARP-XXXX/XXXX

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
ARP-XXXX/XXXX, QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL
DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MINAS GERAIS – CREA-MG E A
PESSOA JURÍDICA, COM VISTAS A
ATENDER ÀS DEMANDAS DESTA
AUTARQUIA.**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**, AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ SOB O Nº 17.254.509/0001-63, SEDIADO NA AVENIDA ÁLVARES CABRAL Nº 1600, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE - MG, CEP 30.170-917, DORAVANTE DENOMINADO **ÓRGÃO GERENCIADOR**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU PRESIDENTE, O **ENG. CIVIL E DE SEG. DO TRABALHO MARCOS VENÍCIUS TORRES GERVÁSIO**, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) SOB O Nº 519.863.536-72, E A PESSOA JURÍDICA **XXXXXXXXXXXX**, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ) SOB O Nº XXXXXXXXXXXX, ESTABELECIDA NA RUA/AV. XXXXXXXXXXXX, Nº XX, BAIRRO XXXXXXXX, NA CIDADE DE XXXXXXXX - XX, CEP XXXXX-XXX, DORAVANTE DESIGNADA **FORNECEDOR REGISTRADO**, NESTE ATO REPRESENTADA POR **XXXXXXXXXXXX**, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) SOB O Nº XXXXXXXXXXXX, CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90005/2026 - SRP**, PUBLICADA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) NO DIA XX/XX/XXXX, E O QUE CONSTA NOS AUTOS DO **PROCESSO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 0055/2025**, RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS DA PESSOA JURÍDICA ACIMA QUALIFICADA, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO POR ELA ALCANÇADA E NA QUANTIDADE COTADA, ATENDENDO AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO SUPRACITADO, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E NO DECRETO N.º 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, E MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile, especificado no item 3 do Termo de

Página **180** de **257**

Ata de Registro de Preços – Bens e serviços comuns / Obras / Serviços de Engenharia – Dispensa Eletrônica, Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica SRP
Atualização: 24/10/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº **PE-90005/2026 – SRP**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

- 1.2.** Além do Edital mencionado no item 1.1 acima, são anexos a esta Ata e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;
 - 1.2.2.** A Proposta do Fornecedor Registrado;
 - 1.2.3.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta comercial ofertada pelo Fornecedor Registrado são as que seguem:

Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total:								R\$

- 2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata (Anexo I – Cadastro de Reserva).

OU

Não houve cadastro referente a este Registro de Preços.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1.** O Órgão Gerenciador será o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
- 3.2.** Além do Gerenciador, não há Órgãos e Entidades Públicas Participantes do Registro de Preços.

4. CLÁUSULA QUARTA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.** Durante a vigência da Ata, os Órgãos e as Entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
 - 4.1.3.** consulta e aceitação prévias do Órgão Gerenciador e do Fornecedor Registrado.
- 4.2.** A autorização do Órgão Gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo Fornecedor Registrado.
- 4.2.1.** O Órgão Gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4.3.** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão ou Entidade não Participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.
- 4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do Órgão ou da Entidade não Participante aceita pelo Órgão Gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 4.5.** O Órgão ou a Entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item **4.1**.
- 4.6.** Dos limites para as adesões:
- 4.6.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Gerenciador e para os Participantes.
- 4.6.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Gerenciador e os Participantes, independentemente do número de Órgãos ou Entidades não Participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.
- 4.7.** A adesão à Ata de Registro de Preços por Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item **4.6**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.** Vedação a acréscimo de quantitativos:
- 4.8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor Registrado, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1.** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2.** O Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 5.1.3.** Na formalização do Contrato da Ordem de Compra/Serviço deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.1.4.** Será exigida do Fornecedor Registrado a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo mesmo durante a vigência do Contrato ou da Ordem de Compra/Serviço.
- 5.2.** A contratação com os Fornecedores Registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou pela Entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, ou seja, Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 5.3.** Os Contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
- 5.4.1.** Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos da Adjudicatária, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2.** Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos da Adjudicatária, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 5.5.** O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.
- 5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço da Adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e
- 5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula **9**.
- 5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9.** Após a homologação da licitação ou contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital,

Página **184** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

- 5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatário; ou
- 5.12.2.** Adjudicar e firmar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3.** Reajustamento:
- 6.1.3.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 6.1.3.1.1.** A referência de orçamento estimado é a data do Despacho de Encaminhamento de Pesquisa de Preços constante no Processo de Compra/Serviço.
- 6.1.3.2.** Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.1.3.2.1.** Havendo reajuste, utilizar-se-á a variação do índice aplicável, acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado ou, na falta ou extinção deste, pelo índice permitido por lei vigente à época do reajuste, para efeito de correção do valor. Na hipótese da falta do percentual do mês de referência, utilizar-se-á o último disponível.
- 6.1.3.3.** No reajuste subsequente ao primeiro, que ocorrerá caso a Ata tenha sido prorrogada, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
- 6.1.3.3.1.** Na hipótese de a Ata haver sofrido alteração em cláusula econômico-financeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da última alteração.
- 6.1.3.3.2.** São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice cabível, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de preços de periodicidade inferior à anual.
- 6.1.3.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Órgão Gerenciador pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.1.3.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.1.3.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 6.1.3.7.** O reajuste será realizado por simples Apostila (Apostilamento), exceto quando houver negociação entre as partes, caso em que será firmado Termo Aditivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

6.1.3.7.1. O reajuste também poderá ser formalizado no mesmo Termo Aditivo de prorrogação da vigência da Ata, quando houver.

6.1.4. Repactuação:

6.1.4.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada.

6.1.4.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.1.4.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato;

6.1.4.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.1.4.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.1.4.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

6.1.4.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

6.1.4.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

6.1.4.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.1.4.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que

Página **187** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

6.1.4.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

6.1.4.9. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA-IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

6.1.4.10. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.1.4.10.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.1.4.11. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para a repactuação será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.1.4.12. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.4.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

6.1.4.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

- 6.1.4.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 6.1.4.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 6.1.4.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.1.4.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.
- 6.1.4.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.1.4.20.** A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 6.1.4.21.** O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias contado da data do fornecimento, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 6.1.4.22.** A repactuação será realizada por simples Apostila (Apostilamento).
- 6.1.4.22.1.** A repactuação também poderá ser formalizada no mesmo Termo Aditivo de prorrogação da vigência do Contrato, quando houver.
- 6.1.4.23.** A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

7. CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciadora convocará o Fornecedor Registrado para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o Fornecedor Registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2.** Na hipótese de redução do preço registrado, o Órgão Gerenciador comunicará aos Órgãos e às Entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.1.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o Fornecedor Registrado não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao Fornecedor Registrado requerer ao Órgão Gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 7.2.2.** Neste caso, o Fornecedor Registrado encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.3.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o Fornecedor Registrado deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.
 - 7.2.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do Fornecedor Registrado, nos termos do item anterior, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
 - 7.2.5.** Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
 - 7.2.6.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item

Página **190** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

7.2.1, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

- 7.2.7.** O Órgão Gerenciadora comunicará aos Órgãos e às Entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão Gerenciador entre os Órgãos ou as Entidades Participantes e não Participantes do Registro de Preços.
- 8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1.** De Órgão ou Entidade Participante para Órgão ou Entidade Participante; ou
 - 8.2.2.** De Órgão ou Entidade Participante para Órgão ou Entidade não Participante.
- 8.3.** O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.** Na hipótese de remanejamento de Órgão ou Entidade Participante para Órgão ou Entidade não Participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5.** Competirá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo Órgão ou pela Entidade Participante, desde que haja prévia anuência do Órgão ou da Entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao Fornecedor Registrado da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo Órgão Gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** O registro do Fornecedor Registrado será cancelado pelo Órgão Gerenciador, quando o Fornecedor:
- 9.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.1.2.** Não assinar o Contrato ou a Ordem de Compra/Serviço no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao Fornecedor Registrado não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do Registro de Preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **9.1** será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do Fornecedor Registrado, o Órgão Gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1.** Por razão de interesse público;
 - 9.4.2.** A pedido do Fornecedor Registrado, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

- 10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
 - 10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
- 10.2.** É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos Órgãos ou Entidades Participantes, caso no qual caberá ao respectivo Órgão Participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.3.** O Órgão ou Entidade Participante deverá comunicar ao Órgão Gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do Fornecedor Registrado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

- 11.1.** O presente instrumento está amparado na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 11.2.** O Órgão Gerenciador e o Fornecedor Registrado se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 11.2.1.** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os arts. 7º e 11 da Lei 13.709/2018 para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
 - 11.2.2.** o tratamento esteja limitado às finalidades da Ata de Registro de Preços e do serviço registrado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
 - 11.2.3.** os sistemas operacionais utilizados para o armazenamento dos dados pessoais coletados deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação no Governo Federal;
 - 11.2.4.** os dados obtidos em virtude da Ata de Registro de Preços Original serão armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e
 - 11.2.5.** encerrada a vigência da Ata de Registro de Preços Original ou não mais havendo a necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Fornecedor Registrado interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Órgão Gerenciador e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Órgão Gerenciador, eliminará completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se o Fornecedor Registrado tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.
- 11.3.** As partes serão responsáveis, por si e por seus colaboradores, pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da Ata de Registro de Preços, e caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos dados pessoais contra quaisquer das partes, elas deverão auxiliar-se mutuamente no levantamento de documentos e informações para a apresentação de defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.3.1.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços e, também, de acordo com os artigos 42 a 45 da LGPD.
- 11.3.2.** Caso as partes não garantam o tratamento adequado às finalidades da Ata de Registro de Preços e à LGPD, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, a parte infratora:
 - 11.3.2.1.** será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos colaboradores, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha acesso aos dados pessoais decorrentes da Ata de Registro de Preços, sendo-lhe aplicável a responsabilidade pela reparação de eventuais danos patrimoniais e/ou morais, individuais ou coletivos causados, nos termos do art. 42 da LGPD;
 - 11.3.2.2.** poderá ter a Ata de Registro de Preços rescindido, a critério da parte inocente.
- 11.4.** As partes se comprometem ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação de programas/sistemas.
 - 11.4.1.** As partes obrigam-se e garantem que seus colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em decorrência dos serviços registrados, abstendo-se de divulgá-los, utilizá-los ou reproduzi-los, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado na Ata de Registro de Preços.
 - 11.4.2.** Caso o Fornecedor Registrado seja obrigado, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, dever informar ao Órgão Gerenciador para que este tome as medidas que julgar cabíveis.
- 11.5.** As partes se responsabilizam pela adoção de medidas técnicas e boas práticas organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, dispondo de processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão da Ata de Registro de Preços original e compatíveis com a legislação aplicável.
 - 11.5.1.** Poderão as partes estabelecer mecanismos próprios visando a segurança no compartilhamento de dados em razão da Ata de Registro de Preços.
- 11.6.** O Fornecedor Registrado deverá informar imediatamente ao Órgão Gerenciador ao receber solicitação do titular a respeito dos dados pessoais e responder qualquer solicitação no que tange a dados pessoais do solicitante nas instruções documentadas do Órgão Gerenciador ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.
- 11.7.** Na ocorrência de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares cujos dados são tratados pela relação contratual, deverá o Fornecedor Registrado:
 - 11.7.1.** Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares de dados ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância do Órgão Gerenciador, que deverá controlar a redação final



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD;

11.7.2. Notificar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Órgão Gerenciador, em até 5 (cinco) dias úteis, devendo prestar as seguintes informações:

- 11.7.2.1.** data e hora do incidente e sua duração;
- 11.7.2.2.** data e hora da detecção;
- 11.7.2.3.** circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros;
- 11.7.2.4.** descrição dos dados pessoais e informações afetadas, como natureza e conteúdo dos dados pessoais, categoria e quantidade de dados e de titulares afetados e, se possível, a relação desses indivíduos;
- 11.7.2.5.** resumo do incidente de segurança com dados pessoais, com indicação da localização física e meio de armazenamento;
- 11.7.2.6.** possíveis consequências e efeitos negativos sobre os titulares dos dados afetados;
- 11.7.2.7.** dados de contato do encarregado ou, não havendo encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;
- 11.7.2.8.** medidas de segurança, técnicas e administrativas preventivas adotadas;
- 11.7.2.9.** resumo das medidas implementadas até o momento para controlar os possíveis danos;
- 11.7.2.10.** possíveis problemas de natureza transfronteiriça;
- 11.7.2.11.** outras informações úteis para elaboração do Relatório de Impacto a Proteção de Dados (RIPD), para proteção dos dados pessoais pelos titulares ou para prevenir possíveis danos.

11.8. A critério do encarregado do Órgão Gerenciador, o Fornecedor Registrado poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto da Ata de Registro de Preços Original no tocante a dados pessoais.

11.9. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Seção III, Capítulo VI da LGPD.

11.10. As partes consentem e concordam que para a execução da Ata de Registro de Preços original, o Fornecedor Registrado atuará como Operador de Dados, conforme preceitua o art.52, VII, da Lei 13.709/18 e o Órgão Gerenciador atuará como Controlador dos dados pessoais em consonância com o art. 52, VI, da Lei 13.709/18.

11.11. O Órgão Gerenciador poderá, a qualquer momento acessar, modificar, eliminar, armazenar, transferir, compartilhar, coletar, entre outras formas de tratamento previstas na LGPD, dados pessoais, observando os limites e responsabilidades previstas nos termos da Lei nº 13.709/2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.12.** O Fornecedor Registrado poderá, mediante solicitação por escrito do Órgão Gerenciador, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, eliminar os dados pessoais armazenados pelo Fornecedor Registrado e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos.
- 11.13.** Compete ao Órgão Gerenciador compartilhar com o Fornecedor Registrado apenas os dados que forem necessários para o estrito cumprimento da Ata de Registro de Preços.
- 11.14.** Caso o compartilhamento de dados seja necessário para o cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preços original, poderá o Fornecedor Registrado transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em virtude da presente relação contratual, e desde que haja autorização do Órgão Gerenciador para tanto, nos termos do artigo 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações do Órgão Gerenciador e do Fornecedor Registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
- 12.2.** É facultado Órgão Gerenciador, em qualquer fase da vigência desta Ata, a promoção de diligência destinada a esclarecer, sanar dúvidas, fiscalizar quaisquer assuntos inerentes à mesma.
- 12.3.** Integra esta Ata, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:
- 12.3.1.** Anexo I – Cadastro de Reserva

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

- 13.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte/MG, considera-se a data em que o último representante legal das partes assinou este instrumento.

Eng. Civil e de Segurança do Trabalho
Marcos Venícios Torres Gervásio
Presidente do CREA-MG
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR REGISTRADO

Página **196** de **257**

Ata de Registro de Preços – Bens e serviços comuns / Obras / Serviços de Engenharia – Dispensa Eletrônica, Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica SRP
Atualização: 24/10/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

TESTEMUNHAS:

1)

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF OU MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXX

2)

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF OU MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com **preços iguais ao do Fornecedor Registrado**:

Fornecedor								
Razão social ou nome completo: XXXXXXXXXXXXXXXX								
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Contatos: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total:								R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores **que mantiveram sua proposta original:**

Fornecedor								
Razão social ou nome completo: XXXXXXXXXXXXXXXX								
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Contatos: XXXXXXXXXXXXXXXX								
Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de torque igual ou superior a 13,0 kgfm	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total:								R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO

BENS E SERVIÇO COMUNS

CPS-XXXX/XXXX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS Nº CPS-XXXX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG E A PESSOA JURÍDICA XXXXXXXXXXXX, COM VISTAS A ATENDER ÀS DEMANDAS DESTA AUTARQUIA.

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG**, AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ SOB O Nº 17.254.509/0001-63, SEDIADO NA AVENIDA ÁLVARES CABRAL Nº 1600, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE - MG, CEP 30.170-917, DORAVANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU PRESIDENTE, O **ENG. CIVIL E DE SEG. DO TRABALHO MARCOS VENÍCIUS TORRES GERVÁSIO**, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) SOB O Nº 519.863.536-72, E A PESSOA JURÍDICA **XXXXXXXXXXXX**, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ) SOB O Nº XXXXXXXXXXXX, ESTABELECIDA NA RUA/AV. XXXXXXXXXXXX, Nº XX, BAIRRO XXXXXXXX, NA CIDADE DE XXXXXXXX - XX, CEP XXXXX-XXX, DORAVANTE DESIGNADA **CONTRATADA**, NESTE ATO REPRESENTADA POR **XXXXXXXXXXXX**, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) SOB O Nº XXXXXXXXXXXX, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NOS AUTOS DO **PROCESSO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 0055/2025** E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONTRATO, DECORRENTE DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90005/2026**, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da Lei nº 14.133/2021)

- 1.1.** O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

1.3. Características dos Veículos:

1.3.1. Item 1 – 91 (noventa e um) veículos permanentes tipo hatch com motorização de torque mínimo de 13,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina) e as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Porta-malas com capacidade igual ou superior a 275 (duzentos e setenta e cinco) litros;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar-condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Limpador e desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos no mínimo nos vidros dianteiros com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.

1.3.2. Item 2 – 8 (oito) veículos permanentes tipo hatch elétrico, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Cinco lugares, incluindo o motorista;
- Plotados;
- Motor elétrico com potência de 63 cv, bateria com autonomia mínima de 291 km por carga, torque igual ou superior a 11.5 kgfm.
- Combustível: 100% elétrico;
- Direção com assistência elétrica;
- Cintos de segurança;
- Tapetes de borracha;
- Central multimídia;
- Ar-condicionado;
- Travamento elétrico nas 4 (quatro) portas e alarme;
- Freios ABS;
- Vidros elétricos dianteiros e traseiros;
- Retrovisores com controle elétrico;
- Desembaçador do vidro traseiro.
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não PLUG-IN.

1.3.3. Item 3 – 1 (um) veículo permanente híbrido, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetros;
- 4 (quatro) portas;
- Carro Híbrido;
- Cor prata;
- Cinco lugares incluindo o motorista;
- Comprimento mínimo de 4.500 mm;
- Motorização com no mínimo 1780 cc no motor a combustão e potência mínima de 122cv combinada (motor a combustão + elétrico), podendo utilizar gasolina **ou** etanol como combustível no motor térmico;
- Transmissão automática;
- Ar condicionado digital;
- Mínimo de 6 (seis) air bags (dianteiros e traseiros);
- Tapetes;
- Trava elétrica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Rádio AM/FM, com entrada USB;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros com película automotiva;
- Vidros traseiros com desembaçador;
- Retrovisores elétricos;
- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Bancos de couro;
- Freios ABS;
- Sistema de navegação, tipo GPS, integrado ao painel do veículo;
- Ponto de energia de 12V;
- Carregador portátil, este requisito não será necessário quando o veículo for Híbrido não PLUG-IN.

1.3.4. Item 4 – 10 (dez) veículos permanentes tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina), com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- 4 (quatro) portas;
- Cor prata ou branco;
- Plotados;
- 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Bi-combustível, permitindo abastecimento a álcool e à gasolina;
- Ar condicionado;
- Câmbio automático;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Regulagem elétrica dos retrovisores;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V.

1.3.5. Item 5 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão, com as seguintes características:

- Veículos 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ar condicionado;
- Air bags frontais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Regulagem da coluna de direção (altura e profundidade);
- Direção hidráulica ou elétrica ou híbrida;
- Câmbio automático;
- Ponto de energia de 12V;
- Carga útil mínima de 1.300 (um mil e trezentos) kg.

1.3.6. Item 6 – 2 (dois) veículos permanente tipo furgão utilitário leve, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor branco ou prata;
- Mínimo de 02 (dois) lugares;
- Vidros elétricos no mínimo das portas dianteiras;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Ar condicionado;
- Air bags frontais (motorista e passageiro);
- Tapetes;
- Trava elétrica;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Ponto de energia de 12V;
- Carga útil mínima de 650 kg;
- Compartimento de carga fechado, com capacidade volumétrica mínima de 3,0 m³:

1.3.7. Item 7 – 2 (dois) veículos permanente tipo pick-up cabine dupla 4x4, com as seguintes características:

- Veículo 0 (zero) quilômetro;
- Cor prata ou branco;
- Tração 4x4 com reduzida;
- Cabine dupla com capacidade mínima para 05 (cinco) lugares, incluindo o motorista;
- Motorização a diesel ou flex, com potência mínima de 155 cv e torque igual ou superior a 25,0 kgfm (tanto para quando o veículo for abastecido à álcool quanto para abastecimento a gasolina);
- Câmbio automático;
- Ar condicionado digital;
- Air bags frontais e laterais;
- Tapetes;
- Trava elétrica remota;
- Central multimídia e sonorização originais do modelo com conexão Android Auto e iOS CarPlay;
- Controle de estabilidade e tração e assistente em rampa;
- Regulagem de altura do banco do motorista;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Vidros elétricos nas 4 (quatro) portas com acionamento de subida ao trancar o veículo;
- Vidros com película automotiva em conformidade com a legislação vigente;
- Freios ABS;
- Ponto de energia de 12V;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- Caçamba com capacidade mínima de 1.000 litros.

1.4. A Administração Pública não se vincula a marcas ou modelos específicos, sendo o certame regido pelos princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. Todavia, com o intuito de facilitar o entendimento técnico do objeto, e considerando o interesse público na contratação de veículos que atendam a padrões mínimos de qualidade, desempenho e conforto, foram utilizadas como base referências de mercado amplamente reconhecidas, conforme disposto no Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual dispõe: ***"A indicação de marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão 'ou equivalente', 'ou similar', ou de 'melhor qualidade'."***

1.5. SISTEMA DE GESTÃO E RASTREAMENTO ELETRÔNICO DOS VEÍCULOS (SGE):

- 1.5.1.** É responsabilidade da Contratada todo e qualquer pagamento a título da utilização do Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico dos Veículos (SGE). Os custos e despesas em questão deverão compor o "valor unitário mensal por tipo de veículo".
- 1.5.2.** A Contratada deverá submeter o SGE à apreciação do CONTRATANTE, antes do início da prestação dos serviços.
- 1.5.3.** Deverá ser utilizada para localização e controle dos veículos, modem celular digital GPRS, com redundância para situações de falha de GPRS. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços deverão ter a certificação da ANATEL válida.
- 1.5.4.** Nos casos de pane no sistema de monitoramento/rastreamento a Contratada obriga-se a realizar o atendimento em até 08 (oito) horas a contar da abertura do chamado.

1.6. Especificações técnicas mínimas do SGE:

- 1.6.1.** Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, deverá ser disponibilizado, em plataforma web, sistema de B.I. (Business Intelligence), compatível com navegador Google Chrome e Mozilla Firefox ou superior, que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo e aos demais requisitos do Termo de Referência:
 - 1.6.1.1.** Possuir base cartográfica Google Maps, com possibilidade de visualizar nome de ruas, avenidas e imagens via satélite;
 - 1.6.1.2.** Permitir visualizações individuais, parciais e globais de todos os veículos no mapa;
 - 1.6.1.3.** Permitir a criação de pontos de referência personalizados no mapa digital, com possibilidade de listagem dos veículos próximos ou no ponto de referência, em tempo real e em qualquer período anterior a partir do início da operação do SGE;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 1.6.1.4.** Possibilitar a realização do traçado do roteiro percorrido com filtro de data;
- 1.6.1.5.** Permitir o cadastramento de informações sobre os veículos, a critério do CONTRATANTE;
- 1.6.1.6.** Possibilitar a consulta dos dados agrupados de acordo com as informações cadastradas para cada veículo;
- 1.6.1.7.** Possibilitar a definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- 1.6.1.8.** Coletar o registro de trajeto do veículo, no máximo, a cada 10 (dez) segundos, com a ignição ligada. Quando a ignição estiver desligada os dados poderão ser enviados com intervalo máximo de 60 (sessenta) segundos.
- 1.6.1.9.** Permitir que seja armazenado no equipamento instalado no veículo o histórico de posição e velocidade a cada segundo dos últimos 30 (trinta) dias, no mínimo. Estas informações serão solicitadas pelo CONTRATANTE, conforme demanda específica.
- 1.6.2.** Fornecer o status do veículo em tempo real com, no mínimo, as seguintes informações:
 - 1.6.2.1.** Número de frota e placa do veículo;
 - 1.6.2.2.** Nome do motorista;
 - 1.6.2.3.** Data da operação;
 - 1.6.2.4.** Quilometragem percorrida do veículo no período;
 - 1.6.2.5.** Localização do veículo.
 - 1.6.2.6.** Disponibilizar histórico do veículo mediante filtro/busca por placa relativo a período de interesse do contratante contendo:
 - 1.6.2.6.1.** Placa do veículo;
 - 1.6.2.6.2.** Registro do início e do fim da operação, com informações de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
 - 1.6.2.6.3.** Permitir a interface de gestão do abastecimento junto com o contrato de locação, incluindo localização do veículo no momento do abastecimento;
 - 1.6.2.6.4.** Realizar a gestão e consulta das multas e notificações envolvendo os veículos da frota;
 - 1.6.2.6.5.** Realizar o registro detalhado do plano de manutenção e conservação da frota e da metodologia de execução dos serviços, no qual devem ser pormenorizados:
 - 1.6.2.6.5.1.** o planejamento de revisão de garantia, manutenção



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

preventiva e manutenção corretiva,

1.6.2.6.5.2. compreendendo a disponibilidade ininterrupta de todos os veículos, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo;

1.6.2.6.5.3. os locais e instalações próprias ou de terceiros vinculados à Contratada para execução de todas as manutenções citadas neste item.

1.7. Especificação dos Sistema de B.I. (Business Intelligence):

- 1.7.1.** O Sistema de B.I. deverá estar disponível na assinatura do contrato, porém deve estar totalmente funcional em até 90 (noventa) dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço. Ficam dispensados da obrigatoriedade de possuir o Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico apenas os veículos provisórios que permanecerem sob a posse do CREA por período inferior a 90 (noventa) dias.
- 1.7.2.** O Sistema de B.I. deverá ser totalmente web, permitindo o acesso ao CONTRATANTE a todas as informações necessárias à gestão da frota.
- 1.7.3.** Deverá ser disponibilizado Manual de operação via web, com todos os parâmetros para utilização do SGE para fins de operação e obtenção de informações.

1.8. Central de Monitoramento:

- 1.8.1.** A empresa prestadora do serviço deverá ter Central de Operações 24h, adequada para o atendimento e suporte.
- 1.8.2.** O acesso à plataforma web deverá ser fornecido em níveis diferenciados aos usuários remotos do CONTRATANTE, sendo esses níveis definidos em conjunto com o CONTRATANTE.
- 1.8.3.** O acesso à base de dados, relatório, telas de operação e mapas do sistema deverá ser disponibilizado a mais de um posto de monitoramento ao mesmo tempo, sendo possível que um determinado veículo possa ser monitorado concomitantemente por mais de um operador.
- 1.8.4.** O Sistema de monitoramento deverá possuir auto verificação para detecção do funcionamento dos equipamentos de rastreamento.
- 1.8.5.** O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive finais de semanas e feriados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 1.8.6.** Os softwares dos sistemas, bancos de dados e firewall deverão estar instalados em Data Center profissional, que tenha redundância de operadoras de telecomunicações para garantia do acesso à internet e toda a segurança necessária a esta prestação de serviços.
- 1.9.** Considerando que os sistemas descritos nos itens 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 tratam dados institucionais e, eventualmente, dados pessoais do CREA-MG, a Contratada deverá observar os requisitos técnicos de segurança da informação, garantindo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações. As exigências a seguir visam assegurar a conformidade com as boas práticas de governança, com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e com os princípios da segurança da informação.
- 1.9.1.** A Contratada deverá Realizar cópias de segurança (*backups*), de forma periódica, para garantir a proteção contra perda de dados e facilitar a recuperação em caso de incidentes.
- 1.9.2.** A manutenção da plataforma deverá compreender as atividades regulares de atualização, otimização e correção de falhas identificadas durante o uso, garantindo a continuidade operacional e a segurança dos sistemas.
- 1.9.3.** A gestão de acesso e uso da plataforma deverá ser baseada em boas práticas de governança e segurança da informação, contemplando:
- 1.9.3.1.** Controle de acessos com base em níveis de permissão.
- 1.9.3.2.** Garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas, por meio de logs de acesso.
- 1.9.3.3.** Caso seja necessário, poderá ser designado um funcionário do CREA-MG com acesso administrativo à plataforma, autorizado a realizar ajustes e configurações conforme as necessidades institucionais e as definições técnicas acordadas entre as partes.
- 1.9.4.** A infraestrutura necessária para a operacionalização da plataforma deverá ser composta, no mínimo, por equipamentos e serviços que assegurem alta disponibilidade, desempenho e segurança. Inclui:
- 1.9.4.1.** Servidores localizados **no território brasileiro**, para hospedagem da plataforma.
- 1.9.4.2.** Ferramentas de monitoramento e suporte técnico.
- 1.9.4.3.** Criptografia de dados, assegurando a confidencialidade e integridade das informações armazenadas.
- 1.10. Condições de entrega:**
- 1.10.1.** Os veículos deverão ser entregues com o SGE já instalado e com o Software de monitoramento totalmente funcional.
- 1.10.2.** O Sistema de B.I. deverá estar disponível na assinatura do contrato, porém deve estar totalmente funcional em até 90 (noventa) dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço. Ficam dispensados da obrigatoriedade de possuir o Sistema de Gestão e Rastreamento Eletrônico apenas os veículos provisórios que

Página 209 de 257



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

permanecerem sob a posse do CREA por período inferior a 90 (noventa) dias.

1.11. Especificações técnica para integração via API:

1.11.1. API RESTful compatível com padrões HTTP/JSON

1.11.2. Requisitos de Segurança:

1.11.2.1. Comunicação via HTTPS com certificado SSL válido;

1.11.2.2. Autenticação via OAuth2, chave de API ou token.

1.12. Frequência de atualização mínima: Dados atualizados a cada 5 minutos;

1.12.1. Aplicação de Filtro Temporal:

1.12.1.1. Start date: Data/hora inicial (formato ISO 8601);

1.12.1.2. End date: Data/hora final (formato ISO 8601);

1.12.1.3. Capacidade de consultar histórico mínimo de 12 meses.

1.12.2. Paginação:

1.12.2.1. Parâmetros page (número da página) e per page (itens por página);

1.12.2.2. Suporte a até 10.000 registros por requisição;

1.12.2.3. Resposta deve incluir metadados.

1.12.3. Documentação:

1.12.3.1. Especificação OpenAPI/Swagger detalhada;

1.12.3.2. Exemplos de requisições em cURL e Python;

1.12.3.3. Lista completa de códigos de erro (HTTP Status Codes).

1.12.4. Garantias e SLA:

1.12.4.1. Disponibilidade mínima de 99% mensal;

1.12.4.2. Latência máxima de resposta: <2 segundos;

1.12.4.3. Suporte técnico permanente durante horário comercial.

1.13. INSTALAÇÃO DE SISTEMA PARA PASSAGEM EM PRAÇAS DE PEDÁGIO

1.13.1. O serviço será prestado sem qualquer taxa adicional, quer seja de adesão, instalação, ativação, inatividade e desativação do sistema;

1.13.2. Qualquer substituição do sistema deve ser isenta de ônus para o Contratante;

1.13.3. A Contratada deverá manter site com acesso on-line visando a consulta de extrato de pagamentos, relatórios de utilização, substituição de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

equipamentos de identificação dos veículos, alteração de senha de acesso e de forma de pagamento.

- 1.13.4.** A modalidade a ser contratada é a pós-paga.
- 1.13.5.** Encaminhar mensalmente a nota fiscal/fatura referente ao serviço utilizado no mês anterior, discriminando, por veículo, todas as passagens realizadas e estacionamentos utilizados, indicando locais, valores, datas e horários relativos a cada cobrança. Nesta nota fiscal/fatura mensal a Contratada não poderá incluir a taxa de manutenção ou mensalidade do equipamento de autocobrança em praças de pedágios e estacionamentos, valores estes que deverão ser absorvidos pela Contratada, ficando o Contratante responsável pelo pagamento apenas das despesas inerentes à utilização.
- 1.13.6.** As TAGS deverão seguir os padrões de qualidade e funcionamento determinados pela ANTT, em especial a Resolução ANTT nº 4.281, de 17 de fevereiro 2014.
- 1.13.7.** A utilização do serviço será conforme demanda do CONTRATANTE.
- 1.13.8.** A Contratada emitirá declaração de correta instalação, com vistas a atender procedimento estabelecido pela ANTT, a fim de integrar ao seu sistema as isenções de pagamento de tarifa de pedágio concedidas ao CONTRATANTE. Tal declaração deverá ser entregue no momento de mobilização da frota.
- 1.13.9.** Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto ao Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento das passagens em pedágios e/ou permanência em estacionamentos conveniados, propiciando ao Contratante, gestão e controle detalhado das informações de forma transparente.
- 1.13.10.** A Contratada deverá disponibilizar o acesso a seu sistema através de cadastramento dos usuários e treinamento.
- 1.13.11.** Durante a execução do contrato, será de responsabilidade da Contratada a aplicação de medidas que inibam ou identifiquem com agilidade e segurança eventuais utilizações não autorizadas.
- 1.13.12.** O site deverá disponibilizar relatórios gerenciais, contendo a base de dados atualizada, que deverão permitir a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações cadastrais e gerenciais:
 - 1.13.12.1.** Cadastro de veículos por marca, modelo, ano de fabricação, chassi, placa e unidade de lotação;
 - 1.13.12.2.** Cadastro de usuários gestores do contrato;
 - 1.13.12.3.** Relatório por veículo, por data, por período e por unidade de lotação;
 - 1.13.12.4.** Relatório de utilização do serviço, tanto passagens em pedágios quanto a permanência em estacionamentos: por veículo, por estabelecimento credenciado, por data, por período, por unidade de lotação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 1.13.12.5.** Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização;
- 1.13.12.6.** Outras informações de interesse do CONTRATANTE.
- 1.13.13.** Para gastos relativos a pedágios e estacionamento, projetou-se o valor de **R\$3.828,00 (três mil, oitocentos e vinte e oito reais)** mensais, totalizando **R\$45.936,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais)** para **12 (doze) meses**. Esse valor foi calculado com base no contrato de prestação de serviços vigente.
 - 1.13.13.1. Despesa média mensal** com pedágios e estacionamento para toda a frota do Conselho de R\$3.118,03 (três mil, cento e dezoito reais e três centavos), porém com o acréscimo de unidades do Crea-MG e de demandas, principalmente de fiscalização em diversas localidades, tivemos de aumentar o número de veículos e modelos. Diante do exposto foi realizada uma estimativa mensal para essa nova contratação de **R\$3.828,00 (três mil, oitocentos e vinte e oito reais)** mensais;
 - 1.13.13.2. Despesa anual** estimada para a vigência inicial da **Ata de Registro de Preços** com pedágios e estacionamento para toda a frota do Conselho de **R\$45.936,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais)**.

1.14. SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

- 1.14.1.** Com o objetivo de sanar as falhas recorrentes identificadas no sistema atual de identificação de condutores por meio de cartões RFID, o CREA-MG passa a exigir, no âmbito deste certame, a **substituição desse modelo por uma solução tecnológica completa, integrada e avançada de identificação do condutor**, operada por meio de **aplicativo acessível via dispositivos móveis (smartphones) através da Play Store**, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.14.2.** O aplicativo requerido deverá superar amplamente as funcionalidades limitadas de sistemas baseados apenas em etiquetas RFID, oferecendo:
 - 1.14.2.1.** Identificação individualizada e segura do motorista, via login, senha, biometria ou outro meio equivalente;
 - 1.14.2.2.** Monitoramento em tempo real de rotas, horários, paradas e desvios;
 - 1.14.2.3.** Integração com sistemas internos do CREA-MG e geração de relatórios gerenciais;
 - 1.14.2.4.** Controle efetivo sobre o uso da frota, permitindo rastreabilidade e responsabilização em caso de irregularidades;
 - 1.14.2.5.** Redução de custos operacionais, ao eliminar a necessidade de instalação e manutenção de dispositivos físicos adicionais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 1.14.2.6.** A solução tecnológica deverá ser totalmente funcional desde a entrega dos veículos e permanecer operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana, com suporte técnico imediato.
- 1.14.2.7.** Adicionalmente, todos os custos relativos à implementação e operação do sistema de rastreamento e gestão eletrônica da frota serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, devendo estar integralmente contemplados no valor unitário mensal por tipo de veículo.
- 1.14.3.** Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:
 - 1.14.3.1.** Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.
 - 1.14.3.2.** Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.
 - 1.14.3.3.** O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.
 - 1.14.3.4.** O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.
 - 1.14.3.4.1.** Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o Conselho conseguirá reforçar a accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.
 - 1.14.3.5.** O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora, encaminhado para a Contratada, e será mantido no histórico. Uma vez aceite, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.

- 1.15.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.15.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;
 - 1.15.2.** O Edital de Licitação da modalidade Pregão Eletrônico nº PE-90005/2026;
 - 1.15.3.** A Proposta da Contratada;
 - 1.15.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** A contratação em tela originará uma Ata de Registro de Preços, cuja validade será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor Registrado, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 2.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as eventuais demandas serão formalizadas por meio de Contratos.
- 2.2.1.** As demandas serão formalizadas por meio de Contrato, o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura da primeira Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.1.1.** O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que decorre da necessidade permanente do CREA-MG de fiscalização contínua do exercício e das atividades nas áreas abrangidas pelo sistema Confea/Crea em todos os municípios mineiros.
 - 2.2.1.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela Autoridade Competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.1.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.1.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 2.2.1.2.4.** Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.1.2.5.** Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.1.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).
- 2.2.1.3.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2.1.4.** Em havendo interesse entre as partes, o prazo de vigência será prorrogado por meio de aditivo contratual.
- 2.2.1.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.2.1.6.** O Contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 92, IV E VII da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1.** O regime de execução da contratação será o de empreitada por preço unitário.
- 3.2.** Os serviços deverão ser prestados diariamente, sendo solicitados sob demanda, conforme a necessidade do CREA-MG, devendo ser iniciados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura das Autorizações de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço a serem emitidas durante a vigência contratual.
- 3.3.** Caso não seja possível a execução do serviço até a data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.4.** Os serviços serão prestados nas seguintes cidades:

1	Alfenas	31	Guaxupé	61	Paracatu
2	Almenara	32	Ibirité	62	Passos
3	Andradas	33	Ipatinga	63	Patos de Minas
4	Araçuaí	34	Itabira	64	Patrocínio
5	Araguari	35	Itabirito	65	Pedro Leopoldo
6	Araxá	36	Itajubá	66	Pirapora
7	Arcos	37	Itaúna	67	Poços de Caldas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

8	Barão de Cocais	38	Ituiutaba	68	Ponte Nova
9	Barbacena	39	Iturama	69	Pouso Alegre
10	Belo Horizonte	40	Janaúba	70	Salinas
11	Betim	41	Januária	71	Santa Luzia
12	Boa Esperança	42	João Monlevade	72	Sta. Rita do Sapucaí
13	Bom Despacho	43	João Pinheiro	73	São Gotardo
14	Caeté	44	Juiz de Fora	74	São João Del Rei
15	Capelinha	45	Lavras	75	São Lourenço
16	Carandaí	46	Machado	76	S. Sebastião Paraíso
17	Carangola	47	Manhuaçu	77	Sete Lagoas
18	Caratinga	48	Mantena	78	Teófilo Otoni
19	Cássia	49	Minas Novas	79	Três Corações
20	Cataguases	50	Monte Carmelo	80	Três Pontas
21	Centro de Documentação	51	Montes Claros	81	Turmalina
22	Congonhas	52	Muriaé	82	Ubá
23	Conselheiro Lafaiete	53	Muzambinho	83	Uberaba
24	Contagem	54	Nanuque	84	Uberlândia
25	Curvelo	55	Nova Lima	85	Unai
26	Diamantina	56	Nova Serrana	86	Varginha
27	Divinópolis	57	Oliveira	87	Viçosa
28	Frutal	58	Ouro Branco	-	-
29	Gov. Valadares	59	Ouro Preto	-	-
30	Guanhães	60	Pará de Minas	-	-

3.4.1. Caso seja inaugurada alguma unidade do Crea-MG após a assinatura deste documento, esta contratação também deverá contemplá-la.

3.5. Os serviços serão prestados 24 horas por dia.

3.6. A execução contratual observará os métodos, rotinas, tecnologias, procedimentos e frequência de execução do trabalho descritos abaixo:

3.6.1. Os serviços deverão ser iniciados em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura da Autorização de Fornecimento e/ou Prestação de Serviços, por meio da entrega dos veículos.

3.6.1.1. Na impossibilidade de entrega em até 30 (trinta) dias dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos), deverão ser entregues veículos provisórios, com quilometragem máxima de 30.000 (trinta mil) quilômetros, que deverão atender às condições mínimas operacionais especificadas no Termo de Referência, permitindo o início imediato da prestação do serviço. A entrega dos veículos 0 (zero) quilômetro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

(definitivos) deverá ser realizada em até 90 (noventa) dias contados, também, da assinatura das Autorizações de Fornecimento e/ou Prestação de Serviço.

3.6.1.2. Quando da entrega dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos), será emitido um termo de recebimento para registrar a data de entrega dos mesmos. Tal termo servirá como marco para contagem dos 2 (dois) anos de uso dos veículos para fins de troca da frota, conforme especificado no item 6.6.2 abaixo.

3.6.1.3. Os veículos provisórios estarão dispensados da obrigatoriedade de possuir sistema de monitoramento e dispositivo para passagem em praças de pedágio, excetuando-se aqueles fornecidos em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro. Tal dispensa justifica-se em razão de que referidos veículos permanecerão sob a posse do Crea-MG por período não superior a 90 (noventa) dias, circunstância que afasta a necessidade de onerar a Administração com custos adicionais desnecessários.

3.6.1.4. O ano do modelo dos veículos 0 (zero) quilômetro (definitivos) deve ser a última versão lançada no mercado na efetiva entrega do veículo, e o ano de fabricação deve ser, no máximo, 01 (um) ano anterior ao ano do modelo.

3.6.2. Os veículos da frota que completarem 2 (dois) anos desde a efetiva entrega ao Crea-MG deverão ser substituídos por novos veículos definitivos, 0 (zero) quilômetro, com todos os equipamentos e tecnologias exigidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência (inclusive o sistema de identificação através de aplicativo mobile), e deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após os veículos terem completado 2 (dois) anos de uso.

3.6.2.1. O Crea-MG comunicará à Contratada sobre a necessidade de troca dos veículos com 90 (noventa) dias de antecedência ao prazo em que os veículos completarão 2 (dois) anos de uso.

3.6.2.2. Ressalta-se que, na hipótese de celebração de termo aditivo para prorrogação de prazo dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, caso, na data de sua assinatura, ainda existam veículos que não tenham completado 2 (dois) anos desde a efetiva entrega, estes poderão permanecer sob a posse do Crea-MG, sendo sua renovação efetuada apenas após o atingimento do referido prazo.

3.6.3. Os veículos contratados deverão estar disponíveis para entrega em todas as cidades onde o Crea-MG mantém unidades operacionais, incluindo suas sedes regionais, inspetorias e escritórios de representação. Inicialmente, essas cidades são as mencionadas no item 6.4 acima, porém o CREA-MG poderá mudar ou inaugurar novas inspetorias durante a vigência dos contratos.

3.6.3.1. Caso sejam inauguradas novas unidades no Estado de Minas Gerais, durante a vigência contratual, a Contratada será formalmente notificada com antecedência mínima de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

20 (vinte) dias da data prevista para a inauguração, a fim de que possa viabilizar a prestação dos serviços na nova localidade, garantindo padrão de qualidade e desempenho técnico igual ou superior ao atualmente ofertado.

- 3.6.4.** Todos os veículos, inclusive os provisórios, só poderão ser entregues ao CREA-MG com o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV vigente. Os veículos devem estar registrados e licenciados em nome da Contratada, sendo esta a legítima proprietária dos veículos, tendo o CRLV em seu CNPJ. A relação contratual estabelecida é entre o CREA-MG e a Contratada. Desta forma os veículos deverão estar no nome da empresa que assinará o contrato. Os veículos podem ser emplacados em qualquer localidade do país.
- 3.6.5.** Os veículos deverão ser entregues ao CREA-MG com todos os itens obrigatórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito, tais como estepes, triângulos, macacos e quaisquer outros.
- 3.6.5.1.** As chaves reservas dos veículos deverão ser entregues ao CREA-MG juntamente com os veículos.
- 3.6.6.** A falta de determinado veículo para locação não desobriga a Contratada de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um veículo de qualidade superior (upgrade), mantendo o mesmo preço previsto para o item do veículo solicitado inicialmente.
- 3.6.7.** A empresa Contratada deverá apresentar ao Crea-MG lista com o nome e contato dos responsáveis para acionamento em caso de problemas ocasionados por falhas técnicas, segurança e dúvidas operacionais.
- 3.6.8.** A prestação de serviços se dará mediante a disponibilização de veículos sem condutor, de acordo com as quantidades, especificações técnicas e condições expressas neste Termo de Referência.
- 3.6.9.** A Contratada deverá disponibilizar número(s) telefônico(s) com plantão funcionando 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, e através de mensagens de texto e/ou pela plataforma/aplicativo, para que o condutor possa entrar em contato com a mesma.
- 3.6.10.** Para o faturamento mensal, a Contratada deverá enviar, para o e-mail informado após a assinatura do contrato, relatório contendo as placas de todos os veículos locados e o período da locação, sejam eles titulares ou reserva, e seus respectivos valores, para conferência do Crea-MG.
- 3.6.11.** O faturamento deverá ter a discriminação separada dos valores de gestão da frota (custos fixos) dos valores consumíveis (custos variáveis – despesas com pedágios e estacionamento) a serem ressarcidos.
- 3.6.12. PLOTAGEM (ADESIVAGEM) E IMANTAGEM:**
- 3.6.12.1.** Será determinado e identificado pelo Crea-MG quais veículos deverão ser adesivados e/ou imantados.
- 3.6.12.2.** O Crea-MG irá fornecer tão somente as especificações básicas, a arte e os quantitativos, por veículos, das imagens da plotagem, cabendo à Contratada todo o custo com o desenvolvimento e dimensionamento das mesmas de acordo

Página **218** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

com os modelos de veículos fornecidos, bem como a aplicação destas nos veículos nas dimensões e materiais especificados pelo Crea-MG.

- 3.6.12.3.** As artes para confecção da plotagem e imantagem dos veículos serão entregues na assinatura do contrato, adaptadas e dimensionadas em conformidade com os veículos ofertados, bem como com as especificações do Código de Comunicação Visual vigentes naquela ocasião.
- 3.6.12.4.** Nos casos em que as avarias ocorridas com um veículo causem danos à plotagem, o veículo só poderá ser devolvido ao CREA-MG depois de consertado se a plotagem tiver sido refeita.
- 3.6.12.5.** Os veículos provisórios não precisam ser plotados, excetuado aqueles em substituição aos veículos 0 (zero) quilômetro, uma vez que ficarão na posse do Crea-MG pelo prazo de 90 (noventa) dias, evita-se assim a descaracterização da frota e a imagem fiscalizatória do Crea-MG, uma vez que trata-se da atividade fim do Conselho.

3.6.13. VEÍCULOS RESERVA:

- 3.6.13.1.** Consideramos como veículos reservas aqueles que serão disponibilizados a título de temporariedade em detrimento de ocorrências com o veículo da frota, dentro de um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da solicitação formal via e-mail. Os veículos devem ser entregues nas mesmas condições e características dos veículos titulares. O veículo provisório deverá ser entregue ao condutor no endereço indicado por ele.
- 3.6.13.2.** A Contratada deverá disponibilizar um veículo reserva em caso de avaria ou sinistro.
- 3.6.13.3.** O limite de rodagem para os veículos reservas será de no máximo 30.000 (trinta mil) quilômetros rodados.
- 3.6.13.4.** Caso seja decretada perda total do veículo avariado/sinistrado, a Contratada terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do comunicado oficial da seguradora sobre a decisão para entregar ao CREA-MG um veículo 0 (zero) quilômetro da mesma marca, modelo e características do veículo avariado/sinistrado, incluindo plotagem, se houver
- 3.6.13.5.** Para a categoria de carros elétricos não será obrigatória a substituição por um modelo elétrico e semelhante. Neste caso, serão aceitos veículos automáticos na categoria hatch, conforme especificação do Item 01.
- 3.6.13.6.** Os veículos reservas não necessitam ser plotados (adesivados).
- 3.6.13.7.** Em caso de manutenção, avarias ou sinistros, os veículos reservas deverão ser entregues na cidade onde o veículo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

titular estiver lotado. Os novos veículos que venham a substituir veículos com perda total também deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado.

3.6.14. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS:

3.6.14.1. Em Belo Horizonte, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados obrigatoriamente no próprio município. Para as demais localidades, admite-se a execução em cidade próxima, desde que assegurado o pleno atendimento às necessidades do Crea-MG, conforme tabela na cláusula 6.4.

3.6.14.1.1. Caso sejam inauguradas novas unidades, no Estado de Minas Gerais, durante a vigência contratual, a Contratada será formalmente notificada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para a inauguração, a fim de que possa viabilizar a prestação dos serviços na nova localidade ou nas cidades próximas, garantindo padrão de qualidade e desempenho técnico igual ou superior ao atualmente ofertado.

3.6.14.2. Em caso de manutenção, avarias ou sinistros, os veículos provisórios deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado. Os novos veículos que venham a substituir veículos com perda total também deverão ser entregues na cidade onde o veículo titular estiver lotado.

3.6.14.3. Os veículos serão devolvidos nas cidades onde os mesmos estiverem lotados. Inicialmente, essas cidades são as mencionadas no item 6.4 acima, porém o CREA-MG poderá mudar ou criar novas inspetorias durante a vigência do contrato.

3.6.14.4. No ato da entrega dos veículos, a Contratada deverá apresentar um cronograma de manutenções preventivas, de acordo as especificações dos fabricantes dos veículos, para que os condutores possam solicitar o agendamento dessas revisões em tempo hábil.

3.6.14.5. Os condutores, identificando a necessidade da realização de manutenções preventivas dos veículos de acordo com o cronograma de manutenções preventivas, ou de manutenções corretivas, quando necessário, entrarão em contato com a Contratada para o agendamento dos serviços. O prazo para que a Contratada dê um retorno ao condutor informando o local, dia e horário em que ocorrerá a manutenção é de no máximo 4 (quatro) horas após a solicitação. O retorno se dará por e-mail e/ou telefone.

3.6.14.6. A Contratada, por sua conta, deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso e segurança, e realizar as revisões necessárias, bem como as manutenções preventivas e

Página **220** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

corretivas que compreendem, inclusive, serviços mecânicos, elétricos, troca de óleo e filtro, pneus, vidros e retrovisores, correias, fluidos, peças e outros serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento dos veículos. Tais despesas são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não gerando quaisquer ônus para a CREA-MG.

- 3.6.14.7.** Apenas para a cidade de Belo Horizonte, a Contratada deverá disponibilizar o serviço de leva e traz para retirada e devolução dos veículos quando houver manutenções marcadas e em outras situações que surgirem em virtude da necessidade do CREA-MG.

3.6.15. EVENTUAIS INFRAÇÕES

- 3.6.15.1.** As Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados deverão ser encaminhadas à Sede do CREA-MG, situada na Avenida Álvares Cabral nº 1.600, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, pessoalmente (ou por e-mails indicados, caso a Contratada opte por esse meio de comunicação), para que o CREA-MG as envie aos condutores infratores para identificação, pagamento e/ou interposição de recurso, de acordo com o caso.
- 3.6.15.2.** Caso a Contratada não envie para o CREA-MG a Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, onde consta a Ficha para Identificação do Condutor Infrator (F.I.C.I), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do prazo limite para identificação, o pagamento da multa por NÃO IDENTIFICAÇÃO será de responsabilidade da Contratada.
- 3.6.15.3.** Caso a Contratada não envie para o CREA-MG a Notificação de Penalidade de Multa de Trânsito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de seu vencimento, a fim de proporcionar o benefício do desconto concedido pelo órgão de trânsito, a Contratada será responsável pelo reembolso ao condutor do valor equivalente ao desconto concedido pelo órgão.
- 3.6.15.4.** Caso algum veículo da Contratada seja clonado durante o período de locação e ocorra alguma infração de trânsito referente a este veículo, o CREAMG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à Contratada efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema. O CREA-MG se reserva ao direito de solicitar a troca do veículo clonado.
- 3.6.15.5.** Caso a Contratada opte por enviar as notificações por e-mail, o CREA-MG não se responsabilizará por mensagens não recebidas.
- 3.6.15.6.** Caso algum veículo da Contratada receba alguma infração de trânsito, onde comprovada a responsabilidade da falta

Página **221** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

cometida pela Contratada, o CREA-MG não se responsabilizará pela identificação do condutor infrator e nem pelo pagamento da multa, cabendo à Contratada efetuar todo o procedimento que julgar necessário para resolução do problema.

3.6.15.7. A Contratada deverá encaminhar ao CREA-MG as Notificações de Autuação de Infração de Trânsito e as Notificações de Penalidade de Multa de Trânsito dos veículos locados para que possa ser exercido o Direito do Contraditório e Ampla Defesa pelo Condutor, para que possa exercer, ainda, a identificação do condutor infrator e a realização do pagamento com o desconto concedido. Conforme pontuado nas condições pontas acima, a Contratada arcará com as multas e não haverá ressarcimento a pelo Contratante. O Contratante arcará com o pagamento das multas, caso a Contratada atender aos requisitos postos. As multas quitadas pela Contratada de forma antecipada serão por conta e risco, não havendo ressarcimento pelo Contratante, uma vez que é devido ao Condutor todo o procedimento de defesa, identificação e pagamento com desconto. Em tempo, o CREA-MG analisará ocorrência de condutor em procedimento interno, conforme a legislação (sindicância ou procedimento administrativo disciplinar – PAD), de forma discricionária e apartada da relação CREA-MG x Contratada, reportando à Contratada caso resulte em ressarcimento.

3.6.16. ABASTECIMENTO

3.6.16.1. O abastecimento dos veículos será de responsabilidade do CREA-MG, contudo todos (inclusive os provisórios) deverão ser entregues com o tanque cheio e serão devolvidos da mesma forma, com o mesmo combustível.

3.6.17. PRAZO PARA SERVIÇO DE RASTREAMENTO

3.6.17.1. A disponibilização do serviço de rastreamento deverá ocorrer junto da entrega do primeiro veículo.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, XVIII da Lei nº 14.133/2021)
--

4.1. O modelo de gestão contratual, assim como o recebimento do objeto, consta no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO
--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 5.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:
- 5.1.1.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste em:
- 5.1.1.1.** O fornecimento dos veículos, por meio de locação, conforme os requisitos constantes neste Termo de Referência;
- 5.1.1.2.** O gerenciamento dos veículos quanto a sua manutenção, seguro e demais despesas correlatas ao uso do veículo;
- 5.1.1.3.** A gestão da conformidade da plataforma e aplicativo diante das diretrizes explicitadas neste documento.
- 5.1.2.** Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 5.1.2.1.** a plataforma de gerenciamento e o aplicativo de identificação do condutor com todos os requisitos constantes neste Termo de Referência;
- 5.1.2.2.** a integração dos dados fornecidos por esta autarquia com o sistema da plataforma e o aplicativo;
- 5.1.2.3.** a instalação de qualquer mecanismo correlato à plataforma e o aplicativo no veículo;
- 5.1.2.4.** o dispositivo para passagem em praças de pedágio.
- 5.1.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 5.1.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1.** O valor total da contratação é R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX), conforme proposta comercial da Contratada, discriminado da seguinte forma:

Grupo 01								
Item	Descrição	Qtde. (A)	Unidade de medida	Marca/ modelo (Ano do modelo)	Preço unitário mensal (B)	Preço unitário para 12 meses (B x 12)	Preço total mensal (A x B)	Preço total para 12 meses (A x B x 12)
1	Veículo tipo hatch com motorização de	91	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

	torque igual ou superior a 13,0 kgfm							
2	Veículo tipo hatch elétrico, com bateria com autonomia mínima de 291km	8	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
3	Veículo tipo sedan executivo híbrido	1	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
4	Veículo tipo sedan com motorização de torque igual ou superior a 15,0 kgfm	10	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
5	Veículo tipo furgão	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
6	Veículo tipo furgão utilitário leve	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
7	Veículo tipo pick-up cabine dupla 4x4	2	Unidade		R\$	R\$	R\$	R\$
8	Despesas estimadas com pedágio e estacionamento (CUSTOS VARIÁVEIS) *	116	Serviço	-	R\$ 33,00	R\$ 396,00	R\$ 3.828,00	R\$ 45.936,00
Preço Total:								R\$

6.1.1. Não há valor fixo mensal para a contratação, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FATURAMENTO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O faturamento deverá obedecer ao seguinte:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.2.** O faturamento deverá obedecer ao seguinte:
- 7.2.1.** Prestação de serviços:
- 7.2.1.1.** Para pessoas jurídicas: emitir a Nota Fiscal/Fatura, no valor bruto, somente após o recebimento de cópia dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, enviados pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, que serão emitidos após o término do período de faturamento correspondente.
- 7.3.** O faturamento deverá ocorrer em parcelas mensais, em conformidade com a periodicidade da prestação de serviços estabelecida na cláusula de Modelo de Execução Contratual do Termo de Referência.
- 7.4.** O pagamento será processado:
- 7.4.1.** após a comprovação do recebimento, pelo Contratante, dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, e a anuência da Fiscalização do Contrato, através dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e da emissão de relatórios e/ou medições (quando for o caso), acompanhado das Notas Fiscais/Faturas discriminativas ou dos RPAs (Recibo de Pagamento de Autônomo) e de qualquer outro documento fiscal pertinente;
- 7.4.2.** por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, ou de boleto, na data do vencimento;
- 7.4.3.** considerando os dados bancários a seguir:
Banco: XXXXXXXX
Agência: XXXXXXXX
Conta corrente: XXXXXXXX
CNPJ **OU** CPF do titular: XXXXXXXX
- 7.2.4.** mensalmente, de acordo com o estabelecido no item relativo ao faturamento, supracitado.
- 7.2.5.** em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato e da apresentação dos documentos pertinentes.
- 7.2.5.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.** Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.
- 7.5.1.** Será apurada a validade das seguintes certidões, devendo as mesmas apresentar condição negativa ou positiva com efeito de negativa:
- 7.5.1.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 7.5.1.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- 7.5.1.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 7.5.1.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (somente para pessoas jurídicas);
- 7.5.1.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.5.2.** Caso conste no SICAF alguma certidão vencida, poderá ser realizada consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade para tentativa de emissão das mesmas.
- 7.5.3.** Caso as certidões utilizadas no momento da abertura do Processo de Compra/Serviço ainda estejam válidas, não se fará necessário consultar o SICAF ou emitir novas certidões.
- 7.6.** Para prestação de serviços periódicos, a Nota Fiscal/Fatura ou RPA deverá ser emitida(o) após o período de faturamento dos mesmos.
- 7.7.** O pagamento das parcelas está condicionado à apresentação dos relatórios/medições, quando for o caso, elaborados com observância do Termo de Referência.
- 7.8.** A emissão das Notas Fiscais/Faturas referentes a serviço ou dos RPAs estará condicionada à emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e dos Relatórios/Medições (estes últimos, quando for o caso) pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.
 - 7.8.1.** Em se tratando de serviços prestados por pessoas jurídicas, o Fiscal Técnico e o Gestor do Contrato disporão de 01 (um) dia útil, após a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo para autorizar a Contratada a emitir a Nota Fiscal/Fatura. Tão logo a Nota Fiscal/Fatura seja recebida, ambos deverão realizar o encaminhamento da mesma ao setor responsável pelo processamento do pagamento. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida, ficando a cargo da Contratada a sua correção ou reposição, sendo susinado o pagamento.
- 7.9.** As Notas Fiscais/Faturas da Contratada deverão conter os valores unitários e descrições idênticas às apresentadas na Proposta Comercial, conforme estipulado na planilha apresentada no certame, prevalecendo, para efeitos de pagamento, o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações de centavos.
- 7.10.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

- 7.11.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções previstas no Contrato, nos autos do Processo de Compra/Serviço correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 7.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou não seja possível realizar consulta direta aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções administrativas, podendo culminar em rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, por descumprimento de obrigações acessórias do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 7.13.** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.13.1.** Sobre o valor devido à Contratada, o CREA-MG efetuará a retenção dos seguintes impostos, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas alterações posteriores:

7.13.1.1. Para pessoas jurídicas:

- 7.13.1.1.1.** Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 1,2% (um vírgula dois por cento) para bens e 4,8% (quatro vírgula oito por cento) para serviços;
- 7.13.1.1.2.** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 1% (um por cento) para bens e serviços;
- 7.13.1.1.3.** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3% (três por cento) para bens e serviços;
- 7.13.1.1.4.** Contribuição para o PIS/PASEP – 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) para bens e serviços;
- 7.13.1.1.5.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – até 5% (cinco por cento) para serviços, observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.13.1.2. Para pessoas físicas:

- 7.13.1.2.1.** Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) – conforme tabela vigente de alíquotas e isenção;
- 7.13.1.2.2.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – até 5% (cinco por cento), observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;

Página **227** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 7.13.1.2.3.** Contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – 11% (onze por cento).
- 7.13.2.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.14.** O pagamento somente será autorizado depois de emitido o Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, referente à Nota Fiscal/Fatura ou ao RPA apresentada(o), condicionado este ato à verificação da conformidade da mesma e dos documentos pertinentes.
- 7.15.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 7.15.1.** Caso a documentação esteja irregular ou incompleta, o CREA-MG devolverá a Nota Fiscal/Fatura à Contratada até a regularização da documentação.
- 7.16.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.16.1.** não produziu os resultados acordados;
- 7.16.2.** deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.16.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.17.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CREA-MG, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, a incidir multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do mês de atraso e juros de mora, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
- $$I = (TX/100)/365$$
- EM = I x N x VP, onde:
- I = Índice de compensação financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

VP = Valor das parcelas em atraso.

- 7.18.** Em casos de aquisições de equipamentos eletroeletrônicos, é necessário informar o número de série dos mesmos no campo de Descrição dos Produtos ou de Informações Complementares da nota fiscal.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

- 8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026.
- 8.1.1.** A referência de orçamento estimado é a data do Despacho de Encaminhamento de Pesquisa de Preços **OU** de Comprovação de Conformidade de Preços Praticados constante no Processo de Compra/Serviço.
- 8.2.** Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.2.1.** Havendo reajuste, utilizar-se-á a variação do índice aplicável, acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado ou, na falta ou extinção deste, pelo índice permitido por lei vigente à época do reajuste, para efeito de correção do valor. Na hipótese da falta do percentual do mês de referência, utilizar-se-á o último disponível.
- 8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
- 8.3.1.** Na hipótese de o Contrato haver sofrido alteração em cláusula econômico-financeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da última alteração.
- 8.3.2.** São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice cabível, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de preços de periodicidade inferior à anual.
- 8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.4.1.** Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 8.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 8.8.** O reajuste será realizado por simples Apostila (Apostilamento), exceto quando houver negociação entre as partes, caso em que será firmado Termo Aditivo.
- 8.8.1.** O reajuste também poderá ser formalizado no mesmo Termo Aditivo de prorrogação da vigência do Contrato, quando houver.
- 8.9.** Quando for o caso, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Contratada poderá solicitar revisão do seu valor, na data do reajuste previsto no item anterior, desde que comprove o desequilíbrio contratual por meio de documentação pertinente, a qual seja analisada e aprovada pelo Crea-MG conforme critérios previstos na legislação aplicável.
- 8.9.1.** Caso a Contratada pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o Contratante obrigado a responder em até 45 (quarenta e cinco) dias da data do requerimento.
- 8.9.2.** O não cumprimento do prazo constante na subcláusula **8.9.1** não implica em deferimento do pedido por parte do Contratante.
- 8.9.3.** Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.
- 8.9.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV da Lei nº 14.133/2021)
--

- 9.1.** São obrigações do Contratante:
- 9.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- 9.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.4.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.1.6.** Comunicar à Contratada a permissão de emissão de Nota Fiscal/Fatura referente ao objeto recebido definitivamente, para fins de liquidação e pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.1.6.1.** Caso a Contratada seja pessoa física, o Contratante providenciará a confecção do RPA.
- 9.1.7.** Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.1.8.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento e/ou à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.9.** Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato, motivadas pela inexecução total ou parcial deste;
- 9.1.10.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.1.10.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratado;
 - 9.1.10.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela Contratada;
 - 9.1.10.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da Contratada;
 - 9.1.10.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 9.1.10.5.** demandar a funcionário da Contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 9.1.10.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.
- 9.1.11.** Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 9.1.12.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 9.1.12.1.** O Contratante terá o prazo de 03 (três) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.13.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;
- 9.1.14.** Havendo garantia de execução, notificar os emitentes das mesmas quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 9.1.15.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- 9.1.16.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133/2021)

- 10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 10.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 10.1.2.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 10.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal Técnico ou Gestor do Contrato ou Autoridade Superior (art. 137, II da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 10.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico do Contrato, os bens e/ou os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 10.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078 de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Contratada ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia de execução, caso exigida no instrumento convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 10.1.6.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço e/ou da entrega do bem no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabível.
 - 10.1.7.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento, os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a Certidão Negativa de Débitos Estaduais e a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 10.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente das categorias abrangidas pela Contratada, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributária, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- 10.1.10.** Comunicar ao Fiscal Técnico do Contrato tempestivamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.1.11.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.1.13.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- 10.1.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.1.15.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, observada a legislação pertinente;
- 10.1.17.** Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.1.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 10.1.19.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- 10.1.22.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.1.23.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato;
- 10.2.** O Sistema/plataforma web será o ambiente central de controle da frota, com funcionalidades voltadas à **gestão, acompanhamento de telemetria, análise de dados operacionais e administrativos**. A solução deverá ter alta disponibilidade sistêmica (mínimo 99,5% disponível por dia) e interface moderna e responsiva.
- 10.2.1.** Além da disponibilização para consulta via web, o B.I. deverá enviar semanalmente, via e-mail a ser informado após a assinatura do contrato, os relatórios abaixo relacionados:
- 10.2.1.1. Relatório por motorista:** Distância percorrida por motorista, com registro do início e do fim do deslocamento (odômetro inicial e final), data e hora; Horários e utilização do veículo dentro e fora do expediente por motorista.
- 10.2.1.2. Relatório por Veículo:** Distância percorrida por veículo, com registro do início e do fim do deslocamento (odômetro inicial e final), data e hora e definição do tipo de frota de acordo com especificação do CONTRATANTE; Distância percorrida por faixa de horário.
- 10.2.2.** Além das informações descritas nos relatórios previstos nos itens acima, devem ser disponibilizados para consulta online todas as informações e funcionalidades descritas acima e seus subitens, incluindo:
- 10.2.2.1.** Traçado do roteiro percorrido;
- 10.2.2.2.** Registro do início e do fim da operação (Km inicial e final), com informação de data e horário e resumo de total de horas de operação (diário e mensal).
- 10.2.3.** Todos os dados gerados deverão estar disponíveis em plataforma web e em arquivo (em formatos “.txt”, “.xlsx”, “.csv” ou semelhante, com leiaute definido em conjunto com o CONTRATANTE), que permita a tabulação dos dados a critério do CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

10.2.4. Funcionalidades e módulos da plataforma web:

- 10.2.4.1.** Monitoramento em tempo real da frota: Visualização da posição atual de todos os veículos em mapa digital, com atualização contínua de localização, velocidade, ignição, tempo de parada e status de rede. Os veículos deverão ter dispositivos embarcados com conectividade GPRS (mínimo 2G/4G) e redundância de rede, homologados pela ANATEL.
- 10.2.4.2.** Consulta ao histórico de rotas e eventos críticos: Acesso completo ao histórico de deslocamentos, com visualização de eventos como desvios de rota, acelerações excessivas e entradas em áreas restritas, do traçado do roteiro percorrido, com filtro de data.
- 10.2.4.3.** Gestão de manutenções preventivas e corretivas: Módulo para controle de revisões por tempo ou quilometragem, com alertas automáticos e status atualizado (em dia, próximo do vencimento ou vencido), além de histórico detalhado por veículo.
- 10.2.4.4.** Gestão financeira e faturas: Consulta e controle de faturas por período, veículo ou status de pagamento (em aberto, paga, vencida), com exportação de dados e integração com relatórios gerenciais.
- 10.2.4.5.** Gestão documental da frota: Repositório digital centralizado com documentos obrigatórios (como CRLV, seguros, laudos), contendo alertas por data de vencimento e acesso segmentado por perfil de usuário.
- 10.2.4.6.** Relatórios gerenciais e dashboards analíticos: Geração de relatórios customizados com indicadores operacionais, ambientais e financeiros, além de painéis interativos para tomada de decisão com base em dados consolidados.
- 10.2.4.7.** Consulta à identificação dos condutores por viagem: Autenticação do condutor no início da utilização do veículo, estabelecendo vínculo automático e inviolável entre o motorista e o evento, assegurando total rastreabilidade e controle de responsabilidade. O logout somente ocorrerá por iniciativa do próprio condutor, como, por exemplo, ao final do expediente, quando o veículo for recolhido às dependências de uma unidade do Crea-MG ou a garagem locada pela autarquia.
- 10.2.4.8.** Relatórios periódicos de utilização e custos para controle da Administração;
- 10.2.4.9.** Atendimento de demandas operacionais e administrativas do CREA-MG;
- 10.2.4.10.** Importante: a plataforma web é voltada exclusivamente a usuários com perfil gerencial ou técnico. Ela integra dados dos veículos e dos condutores autenticados via aplicativo mobile, permitindo visão estratégica e governança da frota.

Página **235** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

10.2.4.11. O sistema de dados deverá ser armazenado em cloud (nuvem) ou hardware localizado no Brasil.

10.2.5. O aplicativo mobile será utilizado exclusivamente pelos condutores da frota para garantir a identificação eletrônica/digital individual no início de cada uso do veículo. Seu objetivo é assegurar a verificação/credenciamento de identidade, rastreabilidade, responsabilidade e controle sobre o condutor de cada veículo no momento de sua utilização.

10.2.5.1. Sendo uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.

10.2.5.2. Funcionalidades e requisitos mínimos do aplicativo mobile referente a identificação do condutor:

10.2.5.2.1. Disponibilidade na Play Store: O aplicativo deverá estar publicado e constantemente atualizado na loja oficial Android (Google Play Store), com suporte para múltiplos dispositivos e compatibilidade com versões voltadas ao mercado corporativo. Tal exigência fundamenta-se no fato de que, em decorrência da contratação realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 0004/2022, originária do Pregão Eletrônico nº 018/2022, o CREA-MG adquiriu diversos smartphones com sistema operacional Android para uso dos fiscais e de outros servidores que também poderão atuar como condutores. Assim, em observância aos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, impõe-se que o aplicativo esteja disponível na plataforma compatível com os equipamentos já existentes, garantindo o aproveitamento eficiente dos recursos públicos.

10.2.5.2.2. Identificação/credenciamento do condutor por QR Code e/ou credenciais:

10.2.5.2.2.1. O condutor poderá realizar sua identificação de duas formas:

- a) Escaneando um QR Code fixado no interior do veículo;
- b) Realizando login com credenciais pessoais (usuário e senha vinculados ao sistema, digital, reconhecimento facial ou tecnologia similar).

10.2.5.2.3. Obrigatoriedade de autenticação para uso do veículo: O sistema deverá informar caso ocorra qualquer início de jornada sem identificação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

válida e registrada, para que toda viagem tenha um condutor vinculado formalmente.

10.2.5.2.4. A funcionalidade do veículo NÃO PODERÁ sofrer nenhum bloqueio durante seu uso para a segurança do condutor;

10.2.5.2.5. Associação automática da viagem ao condutor identificado: Uma vez credenciado/autenticado, todo deslocamento, evento ou infração será registrado automaticamente em nome do condutor logado no aplicativo.

10.2.6. O aplicativo mobile é uma ferramenta exclusivamente de campo, voltada ao controle de acesso aos veículos. Não possui funções de gestão administrativa ou visualização estratégica da frota — essas estão restritas à plataforma web.

10.2.7. Formalização do uso da ferramenta: O uso do aplicativo mobile de identificação obrigatória dos condutores deverá estar respaldado por normativas institucionais específicas e será operacionalizado por meio das seguintes funcionalidades do sistema:

10.2.7.1. Instrução de Serviço digital: Documento normativo que regulamenta, em ambiente digital, o procedimento de identificação obrigatória dos condutores antes da utilização de qualquer veículo da frota. Este conteúdo deverá ser acessível para consulta no aplicativo e poderá ser exibido no primeiro acesso.

10.2.7.2. Aceite eletrônico do Termo de Responsabilidade individual: O sistema mobile deverá contar com uma funcionalidade específica para a exibição e aceite do Termo de Responsabilidade por parte do condutor.

10.2.7.3. O aceite será realizado diretamente no aplicativo, por meio de autenticação digital (usuário e senha), e será pré-requisito obrigatório para liberação do uso do veículo.

10.2.7.4. O termo digital deverá conter, no mínimo, a declaração de que o condutor compreende e concorda com as normas de utilização do sistema de identificação, comprometendo-se a realizar a autenticação previamente a cada deslocamento, bem como a assumir integral responsabilidade pelo uso correto e seguro do veículo que lhe for vinculado.

10.2.7.5. O aceite será registrado no banco de dados do sistema, com registro de data e hora encaminhado para a Contratada, e será mantido no histórico. Uma vez aceito, o condutor não precisará repetir o processo, a menos que haja alteração substancial nas normas ou requisitos do sistema, o que exigirá novo aceite.

10.2.8. Em situações em que não houver registro eletrônico da identificação do condutor no sistema, a responsabilidade pela utilização do veículo será atribuída, após o devido Processo Administrativo para apuração das responsabilidades, que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

terá como embasamento os relatórios emitidos pela plataforma. Dessa forma, o CREA-MG conseguirá reforçar a accountability institucional e promover a correta aplicação da tecnologia na gestão da frota pública.

- 10.2.9.** São obrigações da Contratada, além do listado nesta cláusula, todas as condições previstas no Termo de Referência, independentemente de transcrição.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII da Lei nº 14.133/2021)
--

- 11.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- 11.2.** Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput do artigo 98 da Lei 14.133/2021.
- 11.3.** A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia de execução:
- 11.3.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - 11.3.2.** fiança bancária;
 - 11.3.3.** seguro-garantia;
 - 11.3.4.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 11.4.** Caso utilizada a caução em dinheiro, a garantia deverá ser efetuada em favor do Contratante, por meio de pagamento de boleto bancário a ser gerado pelo CREA-MG, e o valor a ser devolvido após o término do Contrato será corrigido pelo índice da poupança.
- 11.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.6.1.** É irregular a aceitação de cartas de fiança fidejussória, de natureza não bancária, como garantia de contrato administrativo, uma vez que não correspondem ao instrumento de fiança bancária (art. 96, § 1º, inciso III da Lei 14.133/2021), emitida por banco ou instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil. (Acórdão 1912/2024 Plenário)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 11.7.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.8.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.9.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **11.12**, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.10.** Nos Contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.11.** A garantia de execução nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, devendo apresentar o comprovante da prestação da garantia dentro deste prazo.

OU

- 11.12.** A Contratada optou pela modalidade seguro-garantia, tendo esta sido apresentada em XX/XX/XXXX, conforme apólice nº XXXXXXXXXXXX, constante nos autos do Processo de Compra/Serviço nº XXXX/XXXX.
- 11.13.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.13.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.13.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada; e
 - 11.13.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 11.14.** No caso de alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia de execução deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 11.15.** No caso de prorrogação da vigência do Contrato, a garantia deverá ser renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.16.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.16.1.** O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
 - 11.16.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 11.17.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e obedecendo o princípio do contraditório, o CREA-MG recorrerá à garantia de execução citada a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhes sejam causados pela Contratada, com o intuito de reparar tais danos. A Contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia de execução no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua notificação.
- 11.18.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.
- 11.19.** No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, a garantia de execução será executada para ressarcimento ao CREA-MG dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se, ainda, a Contratada a outras penalidades.
- 11.19.1.** A garantia de execução prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice da poupança.
- 11.20.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
- 11.21.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 11.22.** A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.23.** A garantia de execução é independente da garantia legal e de eventual garantia contratual do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 11.24.** A presente contratação possui previsão de garantia contratual dos serviços a serem executados.
- 11.24.1.** Tal garantia é independente da garantia de execução, e suas especificações estão previstas especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

- 12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- 12.1.1.** der causa à inexecução parcial do Contrato;
- 12.1.2.** der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano ao Contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 12.1.3.** der causa à inexecução total do Contrato;
- 12.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5.** não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- 12.1.7.** praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 12.1.8.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 12.2.1.** Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
 - 12.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **12.1.2**, **12.1.3**, **12.1.4** e **12.1.5** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
 - 12.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **12.1.6**, **12.1.7**, **12.1.8** e **12.1.9** do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens **12.1.2**, **12.1.3**, **12.1.4** e **12.1.5**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
 - 12.2.4.** Multa:
 - 12.2.4.1.** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 12.2.4.2.** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 12.2.4.2.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021:
 - 12.2.4.2.1.1.** a extinção do Contrato, nos casos em que a modalidade escolhida para prestação da garantia tiver sido a caução em dinheiro ou em títulos da dívida

Página **241** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

pública ou a fiança bancária;
ou

12.2.4.2.1.2. a decadência do direito de celebração do Contrato, nos casos em que a modalidade de prestação da garantia escolhida tiver sido o seguro-garantia.

12.2.4.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

12.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 12.9.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.12.** Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros Contratos Administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

- 13.1.** O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.1.1.** O Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 13.1.** O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
- 13.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.
- 13.2.** O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 13.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3.** Indenizações e multas.
- 13.3.** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).
- 13.4.** O Contratante poderá ainda:
- 13.4.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.4.2.** nos casos que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrente do Contrato.
- 13.5.** O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)
--

- 14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREA-MG deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Elemento de Despesa	
Código	Descrição
6.2.2.1.1.01.04.09.026	Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos

- 14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento do CREA-MG e liberação dos créditos correspondentes, mediante realização de Empenho.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

- 15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

- 16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 16.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 16.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.5.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes situações, dentre outras:
- 16.5.1.** variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos no próprio Contrato, exceto quando houver negociação entre as partes;
 - 16.5.2.** atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
 - 16.5.3.** alterações na razão ou na denominação social da Contratada;
 - 16.5.4.** empenho de dotações orçamentárias;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 16.5.5.** alteração de dados da conta bancária para recebimento dos pagamentos.
- 16.6.** As hipóteses não expressamente previstas no item **16.5** devem ser previamente encaminhadas à Procuradoria-Geral do CREA-MG para análise jurídica.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

- 17.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 18.1.** O presente instrumento está amparado na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 18.2.** O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 18.2.1.** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os arts. 7º e 11 da Lei 13.709/2018 para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 18.2.2.** o tratamento esteja limitado às finalidades do Contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 18.2.3.** os sistemas operacionais utilizados para o armazenamento dos dados pessoais coletados deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação no Governo Federal;
- 18.2.4.** os dados obtidos em virtude do Contrato serão armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e de adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil dos usuários, como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e
- 18.2.5.** encerrada a vigência do Contrato ou não mais havendo a necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

instruções e na medida do determinado pelo Contratante, eliminará completamente os dados pessoais e todas as suas cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo se a Contratada tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

- 18.3.** As partes serão responsáveis, por si e por seus colaboradores, pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito do Contrato, e caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos dados pessoais contra quaisquer das partes, elas deverão auxiliar-se mutuamente no levantamento de documentos e informações para a apresentação de defesa.
- 18.3.1.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no Contrato e, também, de acordo com os artigos 42 a 45 da LGPD.
- 18.3.2.** Caso as partes não garantam o tratamento adequado às finalidades do Contrato e à LGPD, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, a parte infratora:
- 13.1.1.1.** será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos colaboradores, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha acesso aos dados pessoais decorrentes do Contrato, sendo-lhe aplicável a responsabilidade pela reparação de eventuais danos patrimoniais e/ou morais, individuais ou coletivos causados, nos termos do art. 42 da LGPD;
- 13.1.1.2.** poderá ter o Contrato rescindido, a critério da parte inocente.
- 18.4.** As partes se comprometem ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação de programas/sistemas.
- 18.4.1.** As partes obrigam-se e garantem que seus colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em decorrência dos serviços contratados, abstendo-se de divulgá-los, utilizá-los ou reproduzi-los, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no Contrato.
- 18.4.2.** Caso a Contratada seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, dever informar ao Contratante para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 18.5.** As partes se responsabilizam pela adoção de medidas técnicas e boas práticas organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, dispondo de processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão do Contrato e compatíveis com a legislação aplicável.
- 18.5.1.** Poderão as partes estabelecer mecanismos próprios visando a segurança no compartilhamento de dados em razão do Contrato.
- 18.6.** A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante ao receber solicitação do titular a respeito dos dados pessoais e responder qualquer

Página **247** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

solicitação no que tange a dados pessoais do solicitante nas instruções documentadas do Contratante ou conforme exigido pela LGPD ou pelas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor.

18.7. Na ocorrência de incidente que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares cujos dados são tratados pela relação contratual, deverá a Contratada:

18.7.1. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares de dados ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância do Contratante, que deverá controlar a redação final dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD;

18.7.2. Notificar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Contratante, em até 5 (cinco) dias úteis, devendo prestar as seguintes informações:

18.7.2.1. data e hora do incidente e sua duração;

18.7.2.2. data e hora da detecção;

18.7.2.3. circunstâncias em que ocorreu a violação de segurança de dados pessoais, por exemplo, perda, roubo, cópia, vazamento, dentre outros;

18.7.2.4. descrição dos dados pessoais e informações afetadas, como natureza e conteúdo dos dados pessoais, categoria e quantidade de dados e de titulares afetados e, se possível, a relação desses indivíduos;

18.7.2.5. resumo do incidente de segurança com dados pessoais, com indicação da localização física e meio de armazenamento;

18.7.2.6. possíveis consequências e efeitos negativos sobre os titulares dos dados afetados;

18.7.2.7. dados de contato do encarregado ou, não havendo encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.7.2.8. medidas de segurança, técnicas e administrativas preventivas adotadas;

18.7.2.9. resumo das medidas implementadas até o momento para controlar os possíveis danos;

18.7.2.10. possíveis problemas de natureza transfronteiriça;

18.7.2.11. outras informações úteis para elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), para proteção dos dados pessoais pelos titulares ou para prevenir possíveis danos.

18.8. A critério do encarregado do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do Contrato no tocante a dados pessoais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- 18.9.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na Seção III, Capítulo VI da LGPD.
- 18.10.** As partes consentem e concordam que para a execução do Contrato a parte Contratada atuará como Operador de Dados, conforme preceitua o art. 5º, VII, da Lei 13.709/18 e a parte Contratante atuará como Controlador dos dados pessoais em consonância com o art. 5º, VI, da Lei 13.709/18.
- 18.11.** O Contratante poderá, a qualquer momento acessar, modificar, eliminar, armazenar, transferir, compartilhar, coletar, entre outras formas de tratamento previstas na LGPD, dados pessoais, observando os limites e responsabilidades previstas nos termos da Lei nº 13.709/18.
- 18.12.** A Contratada poderá, mediante solicitação por escrito do Contratante, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, eliminar os dados pessoais armazenados pela Contratada e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos.
- 18.13.** Compete ao Contratante compartilhar com a Contratada apenas os dados que forem necessários para o estrito cumprimento do Contrato.
- 18.14.** Caso o compartilhamento de dados seja necessário para o cumprimento do objeto do Contrato, poderá a Contratada transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em virtude da presente relação contratual, e desde que haja autorização do Contratante para tanto, nos termos do artigo 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MATRIZ DE RISCOS

- 19.1.** As Partes, quando for o caso, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual para ambas, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes de fatos supervenientes à celebração deste Contrato e, sem prejuízo de outras previsões contratuais e decorrentes das obrigações assumidas, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo VII-A – Matriz de Riscos, deste Contrato.
- 19.1.1.** É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da Contratada.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

- 20.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Belo Horizonte/MG, considera-se a data em que o último representante legal das partes assinou este instrumento.

Eng. Civil e de Segurança do Trabalho
Marcos Venícius Torres Gervásio
Presidente do CREA-MG
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF OU MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX

2)

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF OU MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

ANEXO VII-A – MATRIZ DE RISCOS

Protocolo: 2283955/2025

Processo de Compra / Serviço:

Descrição dos Materiais / Serviços: Contratação de serviços de locação de veículos com acesso ao sistema integrado de gestão, rastreamento e monitoramento via web, incluindo o dispositivo para passagem em praças de pedágio e identificação via mobile.

Requisitante: Nicolau Neder Pinheiro Damasceno

Setor Requisitante: Departamento Técnico e de Fiscalização

Gestor do Contrato: Douglas Lima Daniel

3ª FASE - EXECUÇÃO CONTRATUAL

RISCOS

1. **Ferramentas para o acompanhamento em tempo real (dashboard, relatórios automáticos) pode dificultar a gestão do uso dos veículos, quilometragem e ocorrências.**

Probabilidade: 4. Alta

Impacto: 4. Alto

Risco: 77

Alocação do Risco: Compartilhado

Danos: Uso inadequado de veículos, desperdício de

recursos. Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: O sistema de monitoramento fornece relatórios de controle e acompanhamento dos veículos, podendo ser acompanhado, também, pelo cruzamento de informações do sistema das TAGs de pedágio. Controle através de relatórios e checagem periódicas (amostragem).

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

2. **Inadimplência Técnica da Contratada. Falhas na prestação do serviço (ex: falhas no rastreamento, na leitura de TAGs, na manutenção preventiva) podem gerar problemas operacionais e riscos à segurança.**

Probabilidade: 3. Média

Impacto: 4. Alto

Risco: 75



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Alocação do Risco: Contratado

Danos: Interrupção de serviços, perda de controle e da gestão da frota.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato penalidades por falhas técnicas e prazo para substituição de veículos ou sistemas, exigindo plano de manutenção preventiva e relatórios periódicos. Cláusula XX – Da Responsabilidade Técnica e Plano de Manutenção Preventiva Item XX.1 - A Contratada se compromete a manter, durante toda a vigência contratual, o pleno funcionamento dos sistemas de rastreamento, monitoramento, identificação veicular (RFID ou equivalente) e demais tecnologias embarcadas nos veículos locados. Item XX.2 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, Plano de Manutenção Preventiva contendo: - Frequência e procedimentos de revisão dos veículos; - Cronograma de manutenção preventiva dos sistemas embarcados; - Política de substituição de veículos com falha técnica ou manutenção prolongada. Item XX.3 - Em caso de interrupção técnica dos serviços contratados, por falha no rastreamento, na identificação veicular, nos equipamentos de segurança embarcados, ou no funcionamento do veículo, a Contratada terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da comunicação formal pela Fiscalização, para: - Restabelecer integralmente a operação do equipamento ou veículo; ou - Efetuar a substituição imediata do veículo por outro da mesma categoria e condições técnicas. Item XX.4 - A Contratada deverá disponibilizar relatórios técnicos mensais, contendo evidências de manutenção realizada, funcionamento dos sistemas, ocorrências de falhas, medidas corretivas adotadas e tempo de resposta. Item XX.5 - O descumprimento injustificado da obrigação constante na Cláusula XX poderá ensejar: - Aplicação de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal da locação da unidade afetada; - Registro da infração para fins de avaliação de desempenho; - Eventual rescisão contratual, na hipótese de reincidência ou prejuízo relevante à Administração.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

3. Falhas recorrentes no sistema de rastreamento e monitoramento web.

Probabilidade: 2.
Baixa Impacto: 5.
Muito Alto Risco: 93
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Perda de controle operacional sobre uso da frota.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato a exigência de SLA de disponibilidade do sistema, aplicar penalidades em caso de descumprimento e prever substituição tecnológica.

Responsável: Contratante (Divisão Administrativa e Financeira)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

4. Não aplicação de penalidades à contratada

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 5. Muito Alto
Risco: 95
Alocação do Risco: Contratante

Danos: Incentivo à reincidência de falhas pela contratada, comprometimento da eficiência do contrato, prejuízo financeiro para a Administração e possível responsabilização do gestor por omissão.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Intensificar a fiscalização para identificar possíveis infrações cometidas pelo fornecedor.

Responsável: Contratante (Divisão Administrativa e Financeira)

5. Falhas no sistema de Monitoramento e TAGs de Pedágio podem gerar inconsistências no controle dos condutores e das multas.

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 4. Alto
Risco: 75
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Multas indevidas, cobranças erradas

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Incluir no contrato: Obrigação da Contratada: A contratada deve disponibilizar extratos automatizados de todos os monitoramentos e passagens em pedágios e estacionamentos. Cláusula XX – Da Gestão dos Sistemas de Identificação Eletrônica e Controle de Pedágios A Contratada será integralmente responsável pelo funcionamento e administração dos sistemas de identificação automática por radiofrequência (RFID) ou tecnologia equivalente nos veículos fornecidos, assegurando: - Registro individualizado de todas as passagens em pedágios e estacionamentos controlados; - Integração funcional do sistema com a fiscalização contratual do Crea-MG. Item XX.1 – A Contratada deverá disponibilizar extratos automatizados, mensais e individualizados por veículo, contendo: - Data, hora e local da passagem; - Valor cobrado; - Identificação do veículo; - Registro da autorização ou negativa de leitura. Item XX.2 – A ausência de controle ou a falha no envio dos extratos mencionados acima ensejará: - Suspensão do pagamento mensal correspondente ao veículo com pendência; - Aplicação de penalidade administrativa, se verificado prejuízo financeiro à Administração Pública. Item XX.3 – A Administração reserva-se o direito de auditar os dados apresentados, requisitar informações adicionais e confrontar os relatórios da Contratada com registros de sistemas públicos ou terceiros. Item XX.4 – Eventuais cobranças indevidas decorrentes de erro no sistema ou na gestão dos dispositivos eletrônicos correrão por conta exclusiva da Contratada, sem prejuízo da responsabilização por danos

Página **253** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

materiais e administrativos.

Responsável: Contratado (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

6. Frota entregue em desacordo com o previsto no contrato.

Probabilidade: 2. Baixa

Impacto: 4. Alto

Risco: 73

Alocação do Risco: Contratado

Danos: Interrupção de atividades operacionais que dependem diretamente dos veículos.

Plano de Ação:

a. Ação Preventiva: Definir especificações detalhadas no TR; Vistoria de recebimento dos veículos com checklist.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

b. Ação de Contingência: Rejeição da entrega não conforme.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

c. Ação Preventiva: Entregar os veículos com todas as especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de rejeição imediata e aplicação de multa contratual por veículo em desconformidade.

Responsável: Contratado ()

7. Interrupção dos serviços de transporte por falhas na manutenção da frota.

Probabilidade: 2. Baixa

Impacto: 4. Alto

Risco: 73

Alocação do Risco: Contratante

Danos: Comprometimento do cumprimento de prazos institucionais.

Plano de Ação:

a. Ação Preventiva: Exigir plano de manutenção preventiva e corretiva; Acompanhamento de relatórios mensais de manutenção.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

c. Ação Preventiva: Manter os veículos em condições plenas de uso, mediante manutenção preventiva e corretiva, responsabilizando-se por eventuais interrupções.

Responsável: Contratado ()

8. Atrasos na substituição de veículos em casos de avaria.

Página **254** de **257**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 4. Alto
Risco: 73
Alocação do Risco: Compartilhado

Danos: Redução da produtividade de equipes afetadas pela indisponibilidade dos veículos.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Exigir substituição em até 48hs.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Seção Administrativa)

- b. Ação de Contingência: Providenciar a substituição de qualquer veículo avariado ou inoperante no prazo máximo de 48h após solicitação do contratante.

Responsável: Contratado ()

9. O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis contribui para a emissão de CO₂ e outros poluentes, impactando a qualidade do ar e intensificando o efeito estufa.

Probabilidade: 4. Alta
Impacto: 5. Muito Alto
Risco: 97
Alocação do Risco: Contratado

Danos: Incompatibilidade com diretrizes de ESG (Environmental, Social and Governance).

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Preferência por veículos sustentáveis, de modo a priorizar a locação de veículos com menor emissão de poluentes, incluindo modelos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis. Serviço de lavagem do veículo adote, preferencialmente, práticas sustentáveis, como o uso de água de reuso ou sistemas de economia de água. Garantir que pneus, baterias, fluidos e óleos lubrificantes sejam descartados adequadamente por meio de fornecedores certificados, conforme o item 12, item 3 do ETP: "Logística Reversa e Reciclagem".

Responsável: Contratado ()

10. Vazamento ou uso indevido de dados de geolocalização dos veículos e condutores.

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 1. Muito Baixo
Risco: 13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

Alocação do Risco: Compartilhado
Exposição de dados pessoais, risco de responsabilização do órgão e dano reputacional.

Danos: Exposição de dados pessoais, Risco de responsabilização do órgão, Dano reputacional.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Monitoramento contínuo do sistema, exigência de relatórios de segurança, aplicação de penalidades em caso de incidente, plano de resposta a incidentes.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

11. Não aplicação de penalidades ao fornecedor em caso de falhas na proteção de dados.

Probabilidade: 2. Baixa
Impacto: 4. Alto
Risco: 73
Alocação do Risco: Contratante

Danos: Incentivo à reincidência de falhas, Prejuízo financeiro, Responsabilização do gestor.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Estabelecer matriz de penalidades específica para incidentes de dados pessoais, com registro formal das ocorrências e encaminhamento ao DPO e à assessoria jurídica.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização, Procuradoria Geral, Controladoria)

12. Falhas no sistema de identificação de condutores, sem resposta ágil da contratada, comprometendo a segurança dos motoristas e a confiabilidade do controle previsto no contrato.

Probabilidade: 3. Média
Impacto: 4. Alto
Risco: 75
Alocação do Risco: Compartilhado

Para a contratada, há o risco de eventuais avarias em sua frota de veículos; já para a contratante, os impactos se traduzem na perda de qualidade operacional e,

principalmente, na exposição de seus funcionários a riscos inaceitáveis à saúde e à segurança.

Danos: Patrimônio e segurança dos

funcionários Plano de Ação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

- a. Ação Preventiva: Implantar rotina de monitoramento semanal dos alertas e incidentes registrados no sistema.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

13. Indisponibilidade ou falta de confiabilidade dos relatórios operacionais da frota, prejudicando fiscalização, auditoria e controle.

Probabilidade: 3. Média

Impacto: 4. Alto

Risco: 75

Alocação do Risco: Contratado

Danos: Impossibilidade de coleta de informações para fins de

auditoria. Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Exigir da contratada a entrega periódica de relatórios validados (quilometragem, consumo de combustível, rotas).

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

- b. Ação Preventiva: Implantar rotina de conferência amostral dos relatórios por parte da fiscalização, para validar consistência dos dados.

Responsável: Contratante (Departamento Técnico e de Fiscalização)

14. Deficiências na atuação do fiscal de contrato.

Probabilidade: 4. Alta

Impacto: 4. Alto

Risco: 77

Alocação do Risco: Contratante

Danos: Falta de registros de não conformidades ou acompanhamento deficiente, ensejando dificuldade na responsabilização da contratada, falhas de execução.

Plano de Ação:

- a. Ação Preventiva: Capacitação do fiscal, elaboração de relatórios mensais e apoio jurídico contínuo na análise de ocorrências. A capacitação do fiscal é de responsabilidade dos setores ligados à gestão de pessoas e gestão de contratos. O setor de gestão de pessoas/capacitação institucional organiza a formação (treinamentos), enquanto a unidade de gestão de contratos garante a orientação prática. A assessoria jurídica atua como suporte técnico.

Responsável: Contratante (Divisão de Recursos Humanos)